Julius Evola
Imperialismo
Pagão
VVV

A "civilização" atual do Ocidente encontra-se a espera de uma mudança substancial sem a qual a mesma está destinada, cedo ou tarde, ao ocaso.

Tal "civilização" efetuou a perversão mais completa em cada ordem racional das coisas.

Enquanto convertida em reino da matéria, do ouro, da máquina, do número, nela já não se encontra mais revelação, nem liberdade e nem luz.

O Ocidente perdeu o sentido de mandar e de obedecer.

Perdeu o sentido da Ação e da Contemplação.

Perdeu o sentido da Hierarquia, da Potência Espiritual, dos Homens-Deuses.

Já não conhece mais a Natureza. Esta já não é mais para o homem ocidental um corpo feito de símbolos, de Deuses e de gestos rituais, um *cosmos* esplêndido, no qual o homem se move livre como "um reino dentro de um reino". A mesma, em vez disso, decaiu numa exterioridade opaca e fatal, da qual as ciências profanas buscam ignorar o mistério com pequenas leis e pequenas hipóteses.

O Ocidente não conhece mais a Sabedoria, não conhece mais o silêncio majestoso dos dominadores de si mesmo, a calma iluminada dos Videntes, a soberba realidade "solar" daqueles nos quais a Idéia se fez sangue, vida e potência. A Sabedoria foi substituída pela retórica da "filosofia" e da "cultura", o reino dos professores, dos jornalistas, dos homens do esporte,

quer dizer, o esquema, o programa, a disputa. A mesma foi suplantada pelas contaminações sentimentais, religiosas, humanitárias e pela raças dos charlatões que se agitam e correm ébrios na exaltação do "devir" e do "prático", posto que o silêncio e a contemplação lhe produzem medo.

O Ocidente já não conhece mais o Estado. O Estado-Valor, o *Imperium*, como síntese de espiritualidade e realeza, como via até o "supramundo", tal como sempre foi reconhecido pelas civilizações antigas, desde a China até o Egito, desde a Pérsia até Roma e o Sacro Império Romano-Germânico; foi submergido na miséria burguesa de um *trust* de escravos e de traficantes.

Aquilo que é a Guerra, a guerra querida em si mesma, como um valor superior, seja ao vencer como ao perder, como uma via sagrada de realização espiritual, pela qual a cede celeste de Odin, o Walhalla, é o privilégio dos Heróis que caíram no campo de batalha; pela qual no Islã a "guerra santa", a *jihad,* é sinônimo de "via de Deus"; pela qual na Índia ariana o guerreiro aparece ao lado dos ascetas, e na Antiguidade Clássica a *mors triunphalis* é concebida como uma vitória sobre a morte; aquilo que é uma tal guerra já não o sabem mais esses "formidáveis" ativistas da Europa, que não conhecem mais guerreiros mas sim que tão só soldados[1], e que uma pequena guerra lhes resulta suficiente para que se aterrorizem e recaiam na retórica do humanitarismo, do pacifismo e do sentimentalismo.

A Europa perdeu a simplicidade, perdeu a centralidade, perdeu a vida. O mal democrático e o veneno judaico-cristão corroeram todas as suas raízes, até no direito, nas ciências e na especulação. Líderes, quer dizer, seres que se destaquem não pela violência, não pela avidez de lucro, não pela habilidade demonstrada em explorar escravos, mas sim, pelas suas irredutíveis e transcendentes qualidades de vida, já não existem mais. A Europa é um grande corpo anódino, possuído e sacudido pela angústia, na qual ninguém anima-se a se expressar, que tem ouro em vez de Sangue, máquinas e fábricas em vez de carne, papel de jornal em vez de cérebro; um corpo informe que se revolve inquieto, impulsionado por forças obscuras e imprevisíveis, que esmagam, implacavelmente, qualquer um que intente opor-se ou tão só subtrair-se de tais engrenagens.

Tudo isso é o que pôde lograr a "civilização" do Ocidente. Este é o alardeado resultado da superstição do "Progresso" após ter afastado-se da imperialidade romana e da Hélade dórica, mais além de todas as outras formas exemplares das grandes civilizações arianas primordiais.

E o círculo fecha-se cada vez mais ao redor dos poucos que ainda são capazes de um grande enojo e de uma grande revolução.

Um novo Símbolo

Ainda é possível uma libertação e uma renovação deste mundo crepuscular?

Existe, todavia, na Europa tanta força para poder assumir a consciência e a vontade para tal tarefa?

Não nos iludamos. Tão somente após haver entendido isto se pode atuar: deve reconhecer-se a ameaçadora realidade de um processo espiritual destrutivo, cujas raízes remontam-se quase até o terreno da pré-história; cujas fases culminantes coincidem com aquilo que os homens contemporâneos exaltam como seus valores essenciais da civilização; cujos influxos manifestam-se em qualquer âmbito de pensamento e de ação.

Não se trata de compromissos, nem tão pouco de adaptações. É necessária toda a potência e o vigor de uma Idade Média. É necessária uma mudança radical e profunda, uma rebelião de barbárica pureza, tanto interior quanto exterior. "Filosofia", "cultura", política cotidiana: não queremos nada de tudo isso. Não se trata de ficar dando voltas nesse leito de agonia. Do que se trata é de despertar finalmente, de pôr-se de pé.

Por todas as partes existem, todavia, homens memoriosos de uma antiga nobreza, os quais, agora, como simples sujeitos, advertem o mal-estar convertido em algo insuportável e sentem-se impulsionados a reações em um como em outros domínios culturais. Antes de que seja demasiado tarde, devem ser elevadas às consciências destes extraviados o que são as linhas de altura, mais além de qualquer limite e qualquer dos interesses particulares que hoje em dia corroem as próprias forças. Uma ação implacável deve agir de modo que sua força mais pura chegue a se manifestar, como algo invencível, pronta para transformar em cacos as carapaças da retórica, dos sentimentalismos, dos moralismos e da hipócrita

[1] – Aqui o termo soldado é referido em sua origem etimológica de "soldo", no italiano "assoldato", quer dizer, daqueles que só lutam por um ganho financeiro.

religiosidade, com os quais o Ocidente recobriu e humanizou a tudo. Aquele que penetra no templo – seja também esse um bárbaro – tem o inegável dever de expulsar dali, como corruptores, todos aqueles que fizeram um "monopólio" do Espírito, do bem e do mal, da ciência e do Divino, e que obtêm vantagens de tudo isso proclamando-se como seus anunciadores, enquanto que em verdade, todos esses não conhecem outra coisa que não seja a matéria e aquilo que as palavras, o medo e a superstição dos homens estratificaram sobre a matéria.

É preciso que se diga basta a tudo isso, afim de que alguns homens sejam restituídos aos longos caminhos, aos grandes perigos, ao vasto olhar e ao vasto silêncio; afim de que o grandioso vento – o da Tradição Nórdica Primordial – sopre novamente e desperte os ocidentais que dormem.

Antifilosofia, anti-humanitarismo, antiliteratura, "antirreligião": esta deve ser a ordem. É preciso que se diga basta!, aos esteticismos e aos idealismos. Basta!, à sede da alma que se cria um Deus judaico que se tem que adorar e implorar. Basta!, à "necessidade" que forma conjuntamente homens-mendigos com um vínculo comum, para dar-lhes, numa recíproca dependência, aquela consistência da qual cada um carece.

É preciso ir mais além por cima de tudo isso, com forças puras, às quais se colocará em desígnio para uma Tarefa, que transcende a "política", que transcende o prejuízo social, que ignora o gesto glamoroso e a ressonância exterior, que é tal que a força material vibrada sobre coisas e sobre pessoas não pode satisfazê-la em nada.

No silêncio, através de uma dura disciplina, através do domínio e da superação de si mesmo, nós devemos criar, com um esforço tenaz e ativo, uma "**Elite**", a qual reviva a Sabedoria "**Solar**", aquela *virtus* que não se deixa falar, que surge do produto dos sentidos e da alma e que não se testemunha com argumentos e livros, mas sim, com atos criativos.

Devemos despertar uma renovada, espiritualizada e austera sensação do mundo, não como um conceito filosófico, mas sim como algo que vive em nosso próprio Sangue: a sensação do mundo como potência, a sensação do mundo como ritmo, a sensação do mundo como ato sacrificial. Esta sensação criará figuras duras, fortes e ativas, seres feitos de força – mas não apenas desta força –, abertos até aquele sentido de liberdade e de nobreza, àquela inspiração cósmica da qual os "mortos", que na Europa dela tanto falam, nem sequer sentiram seu sopro.

Frente à ciência profana, democrática e material, sempre relativa e condicionada, escrava de fenômenos e de leis incompreensíveis, surda à

mais profunda realidade do homem, devemos despertar – nesta Elite – a ciência sagrada, interior, secreta e criadora, a ciência da realização e da "dignificação" de si mesmo; ciência que conduz às forças ocultas que regem nosso organismo e se unem com as invisíveis raízes da raça e das próprias coisas, e que sobre estas forças cria um domínio pelo qual, já não como mito, e sim como a mais positiva das realidades, renasçe homens como seres não pertencentes mais à "vida", mas sim, pertencentes àquilo que já é "mais que vida", e capazes de uma ação transcendente.

Então haverá **Líderes**, uma raça de líderes. Chefes invisíveis que não falam nem se mostram, mas cuja ação não conhece resistência e que tudo é capaz. Então, só assim, um centro existirá novamente no Ocidente, neste Ocidente que tanto carece dele.

É absolutamente um erro pensar que se pode chegar a uma renovação sem se restabelecer uma hierarquia, quer dizer, se não se sustentar algo que se encontra mais além das formas inferiores, vinculadas à terra e à matéria, ao homem e ao humano, numa Lei mais alta, num direito mais alto, numa ordem superior que se possa achar confirmação tão só na realidade viva dos Líderes.

É absolutamente um erro crer que o Estado possa ser uma coisa diferente de uma *civitas diaboli*, se é que não ressurge como *Imperium*, e é também um erro querer construir o *Imperium* à base de fatores econômicos, militares, industriais ou ainda "idealistas" ou nacionalistas. O *Imperium* – de acordo com a concepção primordial enraizada na tradição – é algo transcendente, e o constrói somente aquele que tenha a força de transcender a pequena vida dos pequenos homens, com seus apetites e sentimentalismos, com seus rudimentares orgulhos nacionais, com seus "valores", "desvalores" e deuses.

Isso foi compreendido pelos Antigos quando, no mais alto de sua hierarquia, veneravam seres cuja natureza régia unia-se à sacral, onde a potência temporal impregnava-se de autoridade espiritual de natureza "não mais humana"; portadores de uma força secreta e invencível de "Vitória" e de "Fortuna"; quando viviam em cada guerra uma sorte de "guerra santa", algo universal, desconcertante, que tudo revolvia e reorganizava com a pureza e a fatalidade das grandes forças da natureza.

Compreenderão isso também aqueles que ainda podem e querem opor resistência? Compreenderão que não existe outra alternativa? Compreenderão que não há nenhum outro Espírito que – ainda que em outras formas e outras figuras – deva ser despertado? Que esta é a condição

pela qual qualquer uma de sua “revoluções” pode não ser apenas uma pequena contingência de uma nação em particular, senão converter-se num conceito universal, num primeiro raio de luz sobre a neblina espessa da “Idade Obscura” do Kali Yuga ocidental?, o princípio da verdadeira restauração, do único saneamento possível?

A Tradição Primordial Nórdico–Solar

Temos feito menção a uma Tradição Nórdica Primordial. Não se trata aqui de um mito, mas sim, de nossa verdade. Já na mais remota pré-história, ali onde a superstição positivista acreditava até pouco tempo atrás que existiam habitantes simiescos das cavernas, existiu uma civilização primordial unitária e poderosa, da qual ressoa ainda um eco em tudo o que o passado pode nos oferecer como o maior, enquanto símbolo eterno.

Os iranianos falam do *Airyanem-Vaêjô*, localizado no mais extremo norte, de onde vem a primeira criação do “deus da luz”, a origem de sua estirpe e também a sede do “esplendor” – *hvareno* – , daquela força mística própria das raças árias e, sobretudo, daqueles reis divinos; vêem nele – de maneira simbólica – o lugar onde a religião guerreira de Zaratustra houvera sido revelada pela primeira vez. De maneira correspondente, a tradição dos indo-arios conhece o *Cvêta-Dvipa*, a “ilha do Esplendor”, também localizada no extremo norte, no lugar onde Narâyâna, aquele que é a “luz” e que se encontra “por cima das águas” – quer dizer, por cima do azar dos acontecimentos –, tem sua sede. Essa tradição fala também dos *Uttarakura*, uma raça nórdica primordial, compreendendo como nórdico à via solar dos Deuses – *dêva-yâna* – , e no termo *uttara* deve compreender-se o conceito de tudo que é sublime, elevado e superior, daquilo que no sentido metafórico pode denominar-se *Ârya*, ário ou ariano, de acordo com o conceito nórdico. As estirpes dórico-aquéias são herdeiras dos legendários Hiperbóreos nórdicos; desde o norte tinha vindo o deus e herói mais característico destas raças, o **Apolo** solar, o aniquilador da serpente Píton; daqui, Hércules – o aliado dos Deuses olímpicos contra os gigantes, o aniquilador das amazonas e dos seres elementais, o “belo vencedor”, do qual mais tarde muitos reis gregos e romanos consideraram-se, por dizer assim, como seus *avatares* – levou a oliva de cujos ramos coroavam-se os vitoriosos (Píndaro). Mas na Hélade este tema nórdico está relacionado

também com o da Thule, a misteriosa terra nórdica, que às vezes se converte na "Ilha dos Heróis" e no "País dos Imortais", onde reina o loiro Radamante; a "Ilha do Sol" – *Thule ultima a sole nomem habens* – cuja lembrança permaneceu tão viva que, na convicção de reconhecê-la na Bretanha, Constâncio Cloro pôs-se em marcha com suas legiões, não tanto pela glória militar, mas para alcançar a terra que "está mais além do céu e a mais sagrada que qualquer outra região", no sentido de antecipar com isso a apoteose de César. Muitas vezes, nas tradições nórdico-germânicas, o Asgard, a sede dos Aesen e a sede dos heróis transformados, superpõem-se como similares moradas divinas, e os reis nórdicos, que eram considerados como semi-deuses Aesen – *semideos id est ansis* – e levavam seus povos até a vitória com sua potência mística da "fortuna", transferiram até àquela terra divina a origem de sua dinastia. Nórdico ou nórdico-ocidental é, nas tradições gaélicas, o *Avalon*, no qual teve sua origem a pura raça divina dos *Tuatha de Dannan*, os heróicos conquistadores da Irlanda pré-histórica, entre os quais o héroi Ogma corresponde exatamente ao Hércules dórico. É o Avallon, que por outro lado confunde-se com o *Tir nam Beo* – a "Terra dos Viventes" – o reino da Boadag, O Vitorioso. Também os Aztecas têm sua terra originária no norte, no Aztlan, que é também denominada a "Terra Branca" ou a "Terra de Luz", da qual partiram sob o guia de um deus-guerreiro, *Huitzilopochtli*; assim também os Toltecas reivindicam como sua sede originária *Tlalocan*, *Tollan* ou *Tula*, que, como a Thule grega, é também considerada a "Terra do Sol" e funde-se com o "paraíso" dos reis e dos heróis caídos no campo de batalha.

Estas são só algumas das referências concordantes, rastreáveis nas mais diferentes tradições como recordo de uma civilização nórdica primordial e de uma pátria na qual se uniu, de modo mais completo, uma espiritualidade transcendente extra-humana com o elemento heróico, régio e triunfal, em direção à forma vitoriosa sobre o caos, à super humanidade vitoriosa sobre tudo que é meramente humano e telúrico, em direção à "solaridade" como símbolo principal de uma virilidade transcendente, como ideal de uma dignidade que na ordem das forças espirituais corresponde àquilo que sobre o plano material é o soberano, o herói, o dominador. E, enquanto que os rastros da Tradição nos permitem uma via do norte até o sul, do Ocidente até o Oriente, que recorreram as raças que conservaram tal espírito; em tempos mais recentes, as maiores formações de povos arianos testemunham, nos tipos de valores e cultos mais puros, de suas divindades e instituições mais características, justamente essa força e essa civilização,

assim como a luta contra as raças meridionais inferiores, que se encontram ligadas à terra e aos espíritos da terra, à parte demônica e irracional do ser, ao promíscuo, ao coletivo, ao totêmico, ao caótico ou ao "titânico". Por outro lado, aconteceu – e as referências anteriores já mostram – que aquilo que era história converteu-se em supra-história, enquanto que a "Terra dos Viventes", a "Rocha dos Heróis", a "Ilha do Sol", por um lado encerraram o segredo da origem, por outro, desvendaram o segredo da via até o renascimento, até a imortalidade e até a potência sobre-humana; via que em medida eminente pode conduzir à tradicional dignidade régia. Os fatores históricos converteram-se, assim, em fatores espirituais, a tradição régia converteu-se na Tradição em sentido transcendente, e, por fim, em algo que, acima do tempo, encontra-se permanentemente presente. Símbolos, signos e sagas nos referem, através de vias subterrâneas, uma única Tradição, para dar-nos testemunho de uma única "ortodoxia" onde sempre tem sido alcançado os correspondentes ápices, onde sempre a espiritualidade solar tem reinado sobre as forças inferiores.

Assim, em tempos posteriores, já vinculados ao destino do obscurecimento do divino – *Ragna-rökk* – entre estirpes dispersar em suas forças e em seus chefes, o elemento racial nórdico, ao separar-se do elemento espiritual ao qual originalmente pertencia, converteu-se numa categoria, num tipo geral de civilização e de comportamento ante o supra-humano, o qual se pode reencontrar também ali onde não se conserva nenhuma lembrança de uma correlação étnica em sentido estrito, tipo que pode portanto reunir entre si civilizações diferentes no momento no qual estas revelem uma força espiritual formativa, do mesmo modo que no interno daquela tradição primordial influenciaram os elementos inferiores e a multiplicidade da matéria.

Portanto, a Romanidade Pagã deve ser considerada como a última grande ação criativa do espírito nórdico, como o último intento universal, e, em grande parte, logrado durante um ciclo completo, de fazer ressurgir as forças do mundo na forma de uma civilização heróica, solar e viril; uma civilização que se encontrava fechada a qualquer fuga mística, que se ateve ao tipo aristocrático-ário dos *patres*, os senhores da lança e do sacrifício, que foi misteriosamente confirmada pelos símbolos ários da águia, do lobo e da acha, que esteve viva sobretudo no culto olímpico-guerreiro de um Zeus e de um Hércules, de um Apolo e de um Marte; no sentimento de dever ao divino a própria grandeza e sua *aeternitas*; na ação como rito e no rito como ação; na experiência límpida e poderosa do sobrenatural; o que

foi reconhecido no próprio Império e culminou no símbolo de César como *numen.*

A queda da Roma pagã é a queda do maior baluarte tradicional e solar, e nas forças que mais prevaleceram nessa queda não é difícil reconhecer aquilo que abriu o caminho a todos os desvios e degenerações sucessivas até chegar ao estado da Europa atual.

A onda semítica, obscura e bárbara, inimiga de si mesmo e do mundo, que, na supressão frenética de toda hierarquia, na exaltação dos débeis, dos sem-heranças, dos carentes de nascimento e de tradição, no rancor frente a tudo aquilo que é força, suficiência, sabedoria e aristocracia, no fanatismo intransigente e proselitista; foi, com efeito, um veneno para a grandeza de Roma, foi, ao mesmo tempo, substância galvanizadora para todos os fatores asiático-meridionais da decadência, os quais já haviam penetrado na estrutura de Roma, e portanto a causa principal do ocaso do Ocidente.

Na judaização do mundo grego-romano, e logo nórdico, o qual deve-se em grande medida creditar-se ao Cristianismo, tem-se, de fato, a rebelião dos estratos inferiores daquelas raças, através de cujo domínio os povos nórdico-ários haviam elevado suas esplêndidas civilizações. O espírito de Israel, que já havia determinado o sentido coletivo da "culpa" e da "expiação", mas que sobretudo emergiu logo da derrota e da escravização do "povo eleito" e que com o profetismo sepultou os resíduos do espírito aristocrático dos fariseus, evoca as mesmas forças inferiores do telurismo egeo-pelásgico que as estirpes aquéias haviam subjugado, as mesmas forças da casta dos *çûdra*s, a denominada casta obscura – *krshña* – e da casta demônica – *asurya* – sobre a qual se elevaram na Índia, como forma sobre o caos, as hierarquias das três castas mais altas dos "renacidos" – *dvîpa* – até o tipo do *brâmanna* e do rei, compreendido como "uma grande divindade sob forma humana"; enfim, as forças daquilo que o mito nos refere sob a forma dos *Rinthursi* nórdicos ou das esquadras de Gog e Magog, as quais Alexandre Magno lhes havia impedido prosseguir com uma simbólica muralha de ferro.

Estas forças, que no cristianismo primitivo atuaram espiritualmente, destruíram o Espírito. Enquanto que por um lado, atenuando-se, definiram na Igreja Católica as formas de uma espiritualidade lunar, isto é, de uma espiritualidade cujo tipo não é mais do rei sacral, do iniciado solar ou do herói, mas sim, o santo, o sacerdote que se ajoelha diante de deus e cujo ideal não é mais a hierarquia guerreiro-sacral e a "glória", mas sim, a comunidade fraterna e a *caritas*; por outro lado, vemos na Reforma e no

humanismo a originária natureza anti-tradicional, primitiva, anárquica e desagregadora destas forças. E, através das revoluções políticas, no liberalismo, na aparição do coletivo, uma causa gera a outra, uma caída segue-se por outra caída. Em todas as formas da sociedade moderna – e também na ciência, no direito, nas ilusões da técnica e do poderio da máquina – revela-se, por mais paradoxal que isto possa parecer, o mesmo espírito; triunfa a mesma vontade niveladora, a vontade do número, o ódio contra a hierarquia, a qualidade e a diferença. Reforça-se o vínculo coletivo e impessoal, feito de mútua insuficiência, própria da organização de uma raça de escravos em rebeldia.

E ademais, assim como o misticismo judaico-cristão encontra-se no *pathos* órfico-dionisíaco, que já para a Grécia dórico-nórdica significava uma deformação do antigo culto olímpico, e no misticismo popular de Ísides, surgido da decadência da tradição solar egípcia; do mesmo modo, aquele elemento de paixão e de orgasmo, que determinou com o messianismo e o milenarismo a promiscuidade das plebes imperiais – em contraposição à superioridade calma dos líderes cesáreos, com a simples grandeza dos heróis homéricos, com a espiritualidade purificada e com o ideal autárquico do "filósofo" e do iniciado pagão – é também a raiz de todo desvio moderno em sentido romântico, infinitista e irracionalista. Logo de sua secularização, este misticismo nos conduz até os mitos do "ativismo", do "faustismo" e da superstição contemporânea do progresso, até a mística semítica do instinto e do "*elan vital*", até a exaltação do "evento" e da "vida", em síntese, até a divinização do elemento selvagem, subpessoal e coletivo do homem, o qual hoje parece haver-se desencadeado como nunca, de modo tal a impulsionar indivíduos e povos inteiros até uma direção não querida por eles.

Antes da queda, frente à maré judaico-cristã, uma vez mais levantou-se a outra força, quase como para apresentar uma alternativa decisiva para o ulterior curso da história ocidental do espírito. Foi a tradição dos Arianos do Irã a que surgiu na forma do culto guerreiro de Mithra, o avatar do antigo deus ário do céu luminoso, o "Dominador do Sol", o "Matador do Touro" com a chama e a acha, o símbolo dos renascidos "através da potência", que um mito sincretista, mas não por isso menos significativo, assimila com o Deus Hiperbóreo da Idade de Ouro. Contudo, forças mais fortes impediram também esta possibilidade "solar".

Portanto, sobrevirá logo a grande última reação: o **Sacro Romano Império da Nação Germânica.** Como tais "bárbaros", na realidade,

apresentam-se raças que estão estreitamente aparentadas com as aquéias, paleo-irânicas e nórdico-árias em geral, e que, por assim dizer, conservaram-se num estado de pureza pré-histórica. E se sua aparição, enquanto estas se achavam no reparo do aspecto material de um Império que já se encontrava semitizado e asiatizado, poderia parecer um fenômeno destrutivo, sem embargo equivaleu, desde um ponto de vista superior, a um fluxo revitalizador de espírito heróico, a um contato galvanizador com uma força espiritualmente semelhante àquela a qual a *romanitas* pagã havia devido em sua origem sua grandeza solar. Deste modo, ressurge no mundo o antigo símbolo romano, diretamente defendido pelas raças do norte.

A civilização ecumênica imperial e feudal do Medievo, mas além de sua profissão meramente nominal de fé cristã, foi valorizada sobretudo desde este ponto de vista. Nela se expressa uma espiritualidade nórdico-romana, cuja milícia foi a Cavalaria; cujo centro suprapolítico foi o ideal imperial Gibelino; cujo rito foi a empresa das Cruzadas. Estas últimas, no seu caráter essencial, devem ser compreendidas como o retorno à idéia pagã da *mors triunphalis*, mais que por seu impulso religioso exterior, cuja alma secreta, opondo-se ao cristianismo e fiel a uma tradição mais antiga e mais alta, era tudo o que continuava vivendo escondido nas lendas, mitos, ordens guerreiras e cavaleirescas, desde os Templários até aos Cavaleiros do Graal, até aos Fiéis do Amor.

Logo após a caída da civilização medieval, logo após a destruição da radiante primavera européia em seu primeiro florescimento, logo após o desencadeamento daquelas forças que levaram até a secularização, ao particularismo e ao humanismo desagregador, foram abertas as vias para a última queda. A força da Tradição passa do visível ao invisível, converte-se numa herança que se transmite por uma cadeia secreta de poucos a poucos. E hoje, alguns têm um pressentimento desta força, em intentos ainda que confusos, ainda vinculados com o humano e com o material. São aqueles que, por um obscuro instinto, como um sinal de reação, evocam os símbolos da Cruz Gamada, da Águia e da Acha. São homens muitas vezes desconhecidos, mas em outros casos deslumbrantes como trágicos meteoros – tal como Nietzsche – quebrantados pelo peso de uma verdade a qual, muito forte para eles, espera agora a outros que saibam retomar e impor de modo tal que novamente, dura e fria, erga-se sobre seus inimigos, na grande rebelião, na grande luta, aquela da qual dependerá se o Ocidente se confirma em um ocaso ou se ressurge numa nova aurora.

Nós, Imperialistas Pagãos

O círculo se fecha e aquilo que um antigo mito – irânio antes que judaico-cristão – oferece em termo apocalíptico do “juízo universal”, nos impõe a separação dos “eleitos” a respeito daqueles que, no “fim do mundo” – quer dizer, de nosso mundo, de nossa civilização – perecerão.

Nós invocamos um retorno decisivo, incondicional, integral, à Tradição Nórdico-Pagã. Nós pomos um ponto final em todo compromisso, a toda debilidade, a toda indulgência àquilo que, derivado de sua raiz judaico-cristã, infectou nosso sangue e nosso intelecto.

Sem o retorno a tal Tradição não há libertação, não há restauração verdadeira, não é possível a conversão nos valores verdadeiros do Espírito, da potência, da hierarquia e do império. Esta é uma verdade que não consente dúvida alguma.

Anti-Europa, antijudaísmo, anticristianismo: esta é, pois, nossa ordem. A mentira mais tonta e absurda é a que assinala o paganismo como sinônimo de materialismo e corrupção, e nos faz acreditar, por sua vez, que a síntese mais pura e exclusiva de tudo o que é espiritual é aquilo que uma religião exótica e anti-ária tem criado em nossa decadência, quase como se ela houvesse sido predestinada à totalidade da história de nossa civilização. E de que maneira esta superstição encontra-se sólida e profundamente radicada na mentalidade “culta” contemporânea!

Não, o Espírito vivente e imanente, o Espírito em ato como sabedoria e potência extra-humana, glória de reis e vencedores, nunca foi conhecido pela contaminação judaico-cristã; conheceu-o, pelo contrário, nosso Paganismo, nossa Tradição em meio à grande maré de povos que a levou do Norte ao Sul, do Ocidente ao Oriente. E quem hoje levante-se contra o mal europeu e contra a atual religião européia, este não é um negador, mas sim um afirmador, o único que realmente sabe o que é uma afirmação.

Nós, pois, damos testemunho da **Tradição Nórdico-Pagã** e invocamos a restauração de seus valores em um **Imperialismo Pagão**. A pessoa de quem fala e de quem se encontra unido a outra coisa diferente deste Imperialismo na mesma realidade espiritual – isolados, impassíveis e intransigentemente aristocráticos neste mundo de mercadores, de enjaulados e desviados – desaparece ante a realidade mesma, que por meio deles se dirigem àqueles de nossa Europa que não se encontram quebrados,

que não se encontram vencidos, àqueles que formam uma resistência, àqueles que têm um amanhã.

Lograr-se-á sentir que não se tratam de palavras? Nem de utopias? Nem de abstrações românticas, mas sim que se trata da mais positiva e poderosa das realidades, que espera ser desenterrada por meio de seres capazes de tudo, por meio de uma obra a respeito da qual tudo que para uma maioria pode significar a palavra “reação” converte-se em nada? Que mil forças esperam ansiosas na obscuridade, desejando tão só a chegada daquele que se apresse em libertá-las?

Confundir nossa Tradição com qualquer uma das novas pseudo ou especiais tradições, ou com qualquer das novas formas ocidentais de fé, inevitavelmente contaminadas pelo espírito judaico-cristão, seria o mais absurdo dos erros.

As forças primordiais de nossa raça nos põem, hoje, nesta fase decisiva para a história do Ocidente, pela última vez ante o dilema: **fidelidade ou traição**. Nossa restauração é um nome vazio se não é, antes de tudo, uma restauração “solar”, restauração da espiritualidade pagã. Seria uma tangível contradição querer evocar a defesa da tradição nórdica ou romana e não se lembrar daqueles forças que intensamente contribuíram para a decadência destas tradições; evocar o ideal do *Imperium* e não dar-se conta de que a inteira imagem judaico-cristã do mundo, despojada de sua máscara, significa a negação do pressuposto espiritual para o Império.

Mais além de todo fim contingente, de todo interesse empírico, de toda paixão e de todo vínculo pessoal ou partidário, quem, entre os que estão prontos para uma rebelião no solo romano e germânico, ousará retomar a tocha da Tradição Nórdico-Pagã?

Nós lançamos o chamado. Não queremos nem esperar nem desesperar. Nem aquilo que é poderia padecer de alguma alteração de parte do que não é.

Os valores que nós sustentamos “são”. Que se apresentem circunstâncias e homens, pelas quais os mesmos possam dar também uma forma e um conteúdo a um determinado período na contingência das coisas temporais e transitórias; tais coisas, em verdade, não devem interessar tanto a nós quanto àqueles cuja verdade se afinca nesta contingência.

Assim como um corpo vivente não se mantém de pé se não houver uma alma que o domine, da mesma maneira, toda organização social que não tenha uma raiz na realidade espiritual é precária e extrínseca, incapaz de manter-se firme e idêntica na conjuntura das diferentes forças. Não é propriamente um organismo, mas sim um composto, um agregado.

A causa verdadeira da decadência do ideal político no Ocidente contemporâneo reside no fato de que os valores espirituais, com os quais em outros tempos se compenetrava o ordenamento social, foram esquecidos, sem que nada tenha sido colocado em seu lugar. O problema tem sido rebaixado no nível de fatores econômicos, industriais, militares, administrativos ou, quando não, sentimentais, sem se dar conta de que tudo isto não é senão mera matéria, necessária por mais que não se queira, mas nunca suficiente, assim como também pouco capaz de produzir um ordenamento sólido e racional, apoiado sobre si mesmo, do mesmo modo que o simples encontro de forças mecânicas seria incapaz de produzir um ser vivente.

Inorganicidade e exterioridade são os caracteres dominantes nas "organizações" sociais contemporâneas. Que o Alto tenha que estar determinado pelo baixo, que a lei e a ordem, em vez de justificarem-se numa Aristocracia, numa diferença de qualidade e numa hierarquia espiritual, tenham que se fundar sobre o contingente ponto de equilíbrio de interesses e desejos de uma multidão anônima, que se encontra já

despojada de qualquer sensibilidade superior; tal é o erro fundamental que se acha na base destas organizações. A raiz desta degeneração remonta-se a tempos longínquos, justamente àquelas épocas nas quais se desenvolveram os primeiros processos de decadência da Tradição Nórdico-Solar. Encontra-se vinculada à separação dos dois poderes, ao **rompimento do princípio régio com o sacral,** ao dualismo através do qual por um lado delineia-se uma **virilidade material** – o estado laico, o soberano, como valores puramente temporais e, queríamos quase dizer, luciféricos –, e por outro lado uma **espiritualidade lunar**, antinórdica e antiaristocrática, uma espiritualidade de tipo "sacerdotal" e "religiosa", que sem embargo se arroga ao direito à soberania.

A formação de uma casta sacerdotal, como casta distinta e dominante, conduziu necessariamente à secularização e à materialização do ideal político, todo o resto não é senão conseqüência disso. A primeira revolução antitradicional foi aquela na qual o sacerdote substituiu o "Rei divino" e a religião tomou o lugar das Elites, que eram as portadoras da espiritualidade solar, vitoriosa e aristocrática.

Fenômenos deste tipo podem ser observados no limiar da pré-história, no mundo pré-cristão e no não-cristão; mas nestes períodos os fenômenos da decadência chocaram-se, quase sempre, com reações que limitaram seu influxo e impediram a possibilidade de ulteriores quedas. Inclusive na Índia, onde a casta dos *brâhmanes* converteu-se muitas vezes na casta sacerdotal, durou, apesar de tudo, o eco de uma espiritualidade própria de uma casta superior: a dos *kshatryas*; e Buddha (do mesmo modo que Zaratustra) foi um asceta de sangue real.

Tão só no Ocidente, com a ascensão da religião e do espírito judaico-cristãos, a ruptura parece haver se convertido de forma definitiva, e desde diferentes pontos de vista insanável.

O cristianismo primitivo, com a "transcendentalidade" de seus valores gravitantes, todos na espera daquele "reino que não é deste mundo", com a característica vontade judaica de submissão a Deus e de humilhação da criatura, feriu a síntese solar de espiritualidade e política, de realeza e divindade tal como o mundo antigo as conheceram.

Tomada em si mesma, em seu profundo desprezo por qualquer interesse mundano, a doutrina galiléia podia converter em impossível não apenas o Estado, mas a própria sociedade. Contudo, ao vir ao menos aquilo que era o pilar animador de tal doutrina – a vinda do "Reino" no qual todos os valores serão transmutados e os humilhados exaltados– manifestaram-se o

espírito e a intransigência da primitiva doutrina, surgiram novas forças afim de assegurar um espaço **no mundo** para aquilo que "não é deste mundo". Chegou-se a uma normalização. Ascendeu-se a um compromisso. O elemento judaico passou a conquistar o símbolo universal da romanidade. Surgiu a **Igreja Católica**, uma formação híbrida, na qual a romanização, quer dizer, a paganização, de alguns aspectos da doutrina das origens não impediu que a idéia lunar, sacerdotal e feminina de espiritualidade assumisse uma postura central: a atmosfera daqueles que "crêem" e "amam", que são tão apenas filhos e servos de Deus, e que transmitirão o direito de soberania à própria comunidade fraterna (a mãe igreja), concebida, por assim dizer, de maneira ginecocrática.

Fixemos de forma certa este ponto. **Uma coisa é o Cristianismo e outra coisa é o Catolicismo**. O cristianismo enquanto tal, quer dizer, em seu primitivo aspecto judaico e revolucionário, é o correspondente místico da Revolução Francesa de ontem, do Comunismo e do socialismo de hoje. O cristianismo, enquanto Igreja Católica, pelo contrário, assume, em parte, algumas formas da ordem romano-pagã, isso é algo sumamente contraditório, posto que tais formas prestam-se a um conteúdo, a um sistema de valores e de fé que são a pura contradição do espírito solar do paganismo romano, as mesmas encontram-se em intensa oposição a tal espírito.

Nesta intrínseca contradição encontra-se a causa do fracasso da pretensão hegemônica da igreja, de sua impotência em assumir, na verdade, a herança daquilo que desde a revolta asiático-semítica havia sido destruído: a "imperialidade" e a universalidade romana.

A Igreja Católica, com efeito, não é suficientemente pagã para ser capaz de eliminar totalmente o dualismo, e é assim como distingue, como separa o domínio espiritual do domínio político, a salvação das almas da salvação dos povos. Em vão, logo se esforça para unir estas duas partes. Encontra-se, assim, num labirinto sem saída.

Coerente é a atitude dos Guelfos, que não admitem a possibilidade de um estado laico autônomo ante a igreja, que querem a completa subordinação da Águia à Cruz. Sem embargo, em tal perspectiva, o que é que sobraria à própria igreja para poder definir-se ainda como cristã? O que lhe sobraria para poder reivindicar a descendência a respeito daquele que ensinou a renúncia, a negação dos interesses pelo mundo e a igualdade dos homens, servos por natureza de um Deus cujo reino não está na Terra? Como manter o domínio e a hierarquia se não for assumindo, de fato, os

valores pagãos de afirmação, de imanência e de diferença? Assim também aconteceu com a igreja em seu período áureo, na **Idade Média**, onde por um instante, galvanizada pelo espírito nórdico-germânico naquilo que se podia apresentar como mais romano, a mesma deu a impressão de novamente querer abraçar, de forma real, a todos os povos do Ocidente numa mesma ecumênica. Mas isso foi efêmero como uma fada Morgana, algo sem uma duradoura realidade, no fundo, tão só uma apresentação do problema na forma de uma solução, uma solução da contradição *de facto* e não *de iure*.

Mas então permanece como algo insolúvel o desacordo, na medida em que de sua parte um império, que seja verdadeiramente um Império, não pode tolerar por cima de si mesmo uma igreja como uma organização distinta. Um império cujo domínio seja puramente material pode, por certo, deixar coexistir uma igreja, e, mais ainda, remeter a ela o controle pelo interesse por coisas espirituais, das quais, em verdade, desinteressa-se.

Mas em realidade, tal império, tal como o temos mostrado acima, não é para nós nada mais do que uma aparência de um Império. Um Império somente é tal quando imbuído por uma imanente espiritualidade, mas em tal caso é evidente que esse Império não pode reconhecer qualquer organização que se arrogue a prerrogativa das coisas do espírito; ele quitará autoridade e suplantará a toda igreja, pondo-se a si mesmo como verdadeira e única igreja. De uma maneira ou de outra, consciente ou inconscientemente, voltar-se-á a uma concepção pagã e ária, à síntese solar da realeza e sacerdócio, ao ***Sacrum Imperium***.

Se observarmos mais atentamente na idéia imperial que se afirmou na Idade Média contra a Igreja, sobretudo graças aos **Hohenstaufen**, podemos dividir um singular aspecto: não havia no Medievo nenhuma potência temporal rebelada contra o poder espiritual, mas sim uma luta entre duas autoridades de mesma natureza espiritual, onde cada uma defendia uma origem e um destino sobrenaturais e um direito universal e suprapolítico. Por um lado, o Império retoma, ainda que com atenuações e compromissos, a idéia pagã de Reino divino, do dominador sagrado, *da Lex animata in terris*, centro vivente para as relações de uma ***fides*** transformadora e guerreira, personificação do pólo viril e heróico do espírito. Por outro lado, na Igreja subsiste o princípio de castração espiritual, em verdade sacerdotal, o pólo lunar do espírito, o qual com qualquer meio que seja, sem escrúpulo algum, busca apoiar e bendizer aos escravos e mercadores em revolta contra o Império (as Comunas), tratando

assim de impedir a restauração imperial afim de poder conservar, a qualquer preço, sua supremacia.

Na luta entre estas duas grandes idéias teremos, como se disse antes, o último fulgor espiritual do Ocidente. Logo seguiu-se uma fase de relaxamento e de progressiva separação. Se ao final deste processo o estado moderno converter-se-ia em autônomo com relação à igreja, isso aconteceu tão só porque o mesmo decaiu em relação ao princípio universal do *Imperium* até chegar ao princípio pluralista e plebeu de "nação", posto que se esqueceu que coisa significa, em sentido tradicional, a realeza; posto que ignorou que o problema político é inseparável do problema religioso e desinteressou-se por qualquer assunto que transcendesse os interesses materiais e as pretensões da respectiva raça e da respectiva nação. Abandonando o campo a todas as usurpações do humanismo e da denominada "liberdade de pensamento", o mesmo reduziu-se a uma mera potência temporal. Chegamos, assim, aos atuais horizontes dentro dos quais vemos, por um lado, um estado essencialmente laico e antiaristocrático que se esgota em problemas econômicos, militares e administrativos, declinando a respeito de qualquer competência em matéria de questões espirituais; por outro lado, uma religião lunar quebrada pelo cisma que se desinteressa por política e que se reduz, no caso específico da Igreja Católica, a uma espécie de grande associação internacional de crentes, capaz, tão só, de um enrustido paternalismo baseado em ostentosos e inúteis cuidados pela salvação dos povos – os quais, por sua vez, vão cada um por seus próprios caminhos e não seguem mais nenhum impulso religioso –, ou pela "salvação das almas", as quais perderam o sentido interior, vivente, concreto e viril da realidade espiritual.

Este estado de coisas não pode mais durar por muito tempo. Todo aquele que queira falar seriamente numa reação, todo aquele que não queira recair em algo para o qual valha o irônico dito: "*plus change, plus c´est la même chose*" (quanto mais as coisas mudam, mais eles permanecem as mesmas), não deve por mais tempo prestar consentimento a esta renúncia, a esta laceração.

Uma via de saída para a crise do mundo ocidental não pode ser de forma diferente daquela que trilha uma restauração da síntese absoluta dos dois poderes, o político e o sagrado, o régio e o espiritual, sobre a base de uma concepção de mundo ário-pagã e da constituição de formas superiores de interesse, de vida e de individualidade, como princípio de uma nova universalidade.

Não nos reprove os anacrônicos. Ainda em outras formas pode ser evocado este mesmo espírito. Que seja superada a decadência laica da idéia política, que o Estado volte a obter um significado sobrenatural e que represente o ápice da vitória sobre o caos, este é, pois, o ponto central.

Sentimo-nos até a medula fartos de uma "religiosidade" abstrata e de um "realismo" político. Esta antítese paralisante deve ser quebrada em nome de nosso saneamento e de nossa tradição.

O desvio protestante e a nossa Contra-Reforma

Temos já feito menção da circunstância de que a doutrina messiânico-galiléia, de acordo com sua natureza original, não apontava nada para constituir uma nova forma de vida social ou também de religião. A mesma tinha um caráter abertamente anárquico, antissocial, derrotista e subversivo a respeito de qualquer ordem racional das coisas. Tal doutrina possuía uma só preocupação obsessiva: a salvação da alma do indivíduo ante a vinda, declarada como algo iminente, do Reino de Deus.

Mas quando a perspectiva deste Reino retrasou-se e finalmente desapareceu, as forças que se haviam projetado a tal esperança recaíram sobre si mesmas, e de seu aspecto individualista dita religião passou a seu aspecto social. A "*ecclesia*", a comunidade dos fiéis compreendida como um *médium* impessoal e místico feito de recíproca necessidade – necessidade de amar, necessidade de servir, de comunicar-se, necessidade de recíproca confirmação e de recíproca dependência de vidas, cada uma insuficiente em si mesma – substituiu nas almas a já diminuída realidade do Reino de Deus.

É preciso distinguir de maneira clara a "*ecclesia*", da qual falamos agora, daquela que logo converter-se-ia na organização da Igreja Católica. Essa última surgiu a partir da sucessiva romanização da *ecclesia* em sentido primitivo, da qual, numa certa medida, traiu seu espírito, e cuja parte judaica foi sufocada em favor de um princípio de autoridade hierárquica e de um *corpus* simbólico ritual. Importa, em vez, compreender em sua realidade originária a *ecclesia* das primeiras comunidades cristãs que se estabeleceram ao fim da influência direta de Jesus e à atenuação do

sentido da iminência do “Reino”. Então encontramos a semente daquela força que havia conduzido ao tipo de sociedade moderna “euro-norte-americana”.

No Império o princípio era: hierarquia, investida desde o alto. Na *ecclesia* cristã o princípio foi o contrário: igualdade, fraternidade. No Império existiam relações de dependência personalizadas, existiam senhores e existiam servos. Nas formas mais completas houve também um regime de **castas**. Na *ecclesia* tais relações se despersonalizaram, foi um laço de seres iguais, sem chefes, sem distinção de classe ou de tradição, mantidos unidos tão só pela recíproca dependência e pela idêntica necessidade da alma. Nasceu, em outras palavras, a **sociabilidade**, a forma de um puro viver associado, de um estar junto em algo coletivo, numa solidariedade igualitária. E tal como temos dito: o espírito confirmou-se enquanto aniquilador do próprio espírito.

E agora desçamos mais abaixo até a Reforma. **A Reforma foi a grande queda da humanidade nórdica**; é a degeneração, o afundamento no negativo e no judaico daquela forma que havia animado a luta do Império contra o jugo romano. No ideal dos Hohenstaufen encontramos os princípios de liberdade, de independência e de individualidade, que são próprios do *ethos* originários das estirpes germânicas. E ditos valores, sustentados de modo tal a conciliarem-se com o ideal hierárquico, combateram no Medievo uma batalha espiritual: levantaram desde o mais profundo a pretensão de uma hierarquia mais alta, mais solar, mais viril e mais perfeita do que aquela que a igreja oferecia em seu compromisso. Na Reforma temos precisamente o oposto: tem-se aqui uma afirmação das mesmas forças nórdicas que, sem embargo, não se liberaram do vínculo de Roma senão para sepultar ao mesmo tempo aqueles resíduos de autoridade hierárquica, de romanidade e de universalidade que a igreja ainda oferecia. Através da Reforma ocorreu uma reanimação daquelas mesmas forças que haviam formado as primeiras comunidades cristãs e a vida na *ecclesia*. Na Reforma temos o retorno do cristianismo primitivo, propriamente em seu aspecto inferior, “socialista”, ao contrário do aspecto romano que possuía a igreja naquele momento. A intransigência protestante colocou fim ao compromisso católico, mas não a favor de uma direção até o Império, mas sim até o anti-império.

Apesar de tudo, os povos germânicos conservavam na herança de seu sangue demasiados fatores nórdicos para que esta subversão pudesse converter-se em fatal para eles. Apesar de tudo, apesar do cisma, os povos

germânicos foram até pouco tempo, até o estalido da Primeira Guerra Mundial, aqueles nos quais – mais do que em qualquer outro povo – pôde-se conservar um regime imperial e quase feudal, assim como uma viva sensibilidade pelos valores civis e nórdicos de Honra, de Fidelidade e de Hierarquia.

As coisas, para os povos Anglo-Saxões, ocorreram de forma totalmente oposta, sobretudo pelo fato de que após a rebelião religiosa lhe substituiria a rebelião política, fruto dos resultados do Humanismo e do Iluminismo, e sobretudo pelo fato de que a queda do princípio de autoridade no domínio espiritual seria seguida pela queda deste princípio no domínio social, e mais tarde também no moral, símbolos de que a substância de fermentação e decomposição da revolução jacobina se espalharia pelo mundo inteiro.

Em tal contexto vemos de fato como a Reforma – originariamente revolução religiosa – determinará uma profunda subversão na própria idéia política. Desvinculando as consciências de sua relação com a autoridade romana, a Reforma socializou e imanentizou a Igreja; levou ao ato, numa realidade política agora profundamente secularizada, a forma da *ecclesia* primitiva.

Em lugar de uma hierarquia do alto, através da Reforma tomou lugar a livre associação dos crentes, emancipados estes do vínculo da autoridade, convertidos anarquicamente cada um deles em árbitro de si mesmo como qualquer outro. Foi, em outras palavras, o princípio da decadência socialista européia. Frente ao ideal imperial a realização protestante abriu caminho a uma organização não mais apoiada sobre chefes, mas sim sobre a soma dos indivíduos particulares, numa organização proveniente de baixo e que se esgota em um laço impessoal, numa realidade puramente coletiva que se governa por si mesma e que também se justifica a si mesma.

Esta direção absorveu rapidamente os povos anglo-saxões, e hoje, tal direção tende também a uma "catolicidade" ou universalidade, contrária à romana e medieval imperial, como daquela que, em sentido estrito, foi própria da mesma igreja. Assim como no interior das diferentes nações a igreja, agrupando as pessoas, borra as diferenças entre os indivíduos no puro vínculo social, do mesmo modo ela tende a borrar também as diferenças e os privilégios das diferentes nações, pondo-as numa mesma categoria dentro do anônimo universalismo do ideal de uma "Sociedade das Nações". Ao mesmo tempo a religiosidade se humaniza sempre mais, tendendo sempre mais a identificar-se com a sociedade. As últimas

orientações até uma “religião do serviço social”, assistencialista, até uma “religião do trabalho”, e a crescente preponderância do interesse e da intransigência moralista sobre qualquer outro interesse ideal e metafísico nos países protestantes é uma prova de tudo isso.

Concluindo: a Reforma favorece uma postura coerente, separa do núcleo cristão-pagão apresentado pelos países católicos, o aspecto cristão (em sua forma moderada de ideal de uma mera vida social) e realiza um diferente tipo de estado: o **estado democrático**, o anti-império, o autogoverno da massa soberana com uma simultânea nivelação dos sujeitos num solidarismo anárquico, acéfalo, com aparências de governantes servos de servos, enquanto meros “representantes”, dependentes e responsáveis com respeito às massas, em vez de serem responsáveis com respeito a si mesmos e de permanecerem eles mesmos, enquanto chefes superiores, como o verdadeiro princípio da autoridade absoluta.

Naturalmente que nem tudo se esgota assim. Por vias subterrâneas a reconstituição secularizada da *ecclesia* evoca novamente o elemento judaico e os países protestantes tornam-se aqueles nos quais o capitalismo e a plutocracia desenvolvem-se de forma mais significativa, onde por trás dos bastidores da “liberdade democrática” reaparece o onipotente hebreu, senhor das forças e dos homens de um mundo profanado pela finança sem pátria. Enquanto isso, simultaneamente se anuncia a última queda: o nascimento do puramente coletivo, em correspondência com o mito proletário da “Terceira Internacional” e da missão profética dos soviets.

Estamos assim em frente a um decisivo *aut-aut* (encruzilhada).

É em vão combater efeitos sem conhecer as causas remotas e secretas das quais derivam. É em vão pensar numa reação política de alguma eficácia se não se radica em uma correspondente revolução espiritual.

A igreja é algo parcial. A igreja é algo para nós demasiado pouco. Temos necessidade de muito mais. Temos necessidade de uma verdadeira Contra-Reforma. **E esta Contra-Reforma consiste no retorno ao originário *ethos* ariano, às forças puras da tradição nórdico-romana, ao símbolo imperial da Águia.**

Essa é a primeira restauração. Será questão de tempo, mas nossas nações deverão se decidir: ou elas se converterão de fato em vítimas das forças convergentes do protestantismo e do judaísmo, com uma organização definitiva de tipo republicano e democrático da sociedade anglo-saxã, elegendo uma religião imanente à sociabilidade, onde o

espírito converte-se tão somente em um meio para realizações temporais, a serviço da uma mística arimânica do “homem coletivo” sem face; ou devem reagir e comprometerem-se a um saneamento e a uma restauração, quer dizer, comprometerem-se com uma revolução num outro sentido, levando assim ao cumprimento o ideal do outro Estado.

Assim como a revolução protestante superou o compromisso católico e conduziu o Ocidente a formas e valores da sociedade democrática, nós, em nossa Contra-Reforma, devemos superar o mesmo compromisso e afirmar a outra alternativa possível, aquela que se havia anunciado na luta do Império pelo Reino Sacro Romano. Sobre a base de uma integral restauração nórdico-romana nós devemos criar um Estado, que seja novo e antigo ao mesmo tempo, regido pelos valores da hierarquia, da organização desde o alto, Estado de aristocracia, de domínio e de sabedoria, quer dizer, um Estado formado por aqueles valores imperiais que a Igreja, em seu período áureo, tomou de empréstimo, e que logo do saque destes valores pela mesma Igreja – no transcurso de um experimento bimilenar – eles devem ser, mais do que nunca, afirmados em sua forma crua, clara e despojada de qualquer máscara ou de qualquer atenuação, por homens que não se envergonham de sua nobreza primordial, por homens que em sua fidelidade às forças originárias do ***arya*** nobre, a sua espiritualidade urânico-solar, a seus símbolos heróicos, no sentido contrário a toda Europa em decadência, socializada, judaizada, cristianizada, atrevem-se, por fim, como nós, a se declararem **imperialistas pagãos**.

Vontade de Hierarquia

Mais adiante, ao falar das raízes do mal europeu, teremos oportunidade de recordar os princípios através dos quais se pode realizar a necessária Contra-Reforma.

Aqui nos deteremos brevemente em um ponto particular: o sentido do princípio da **hierarquia**, pressuposto para a nova idéia de Estado. Aqui não contam os anúncios e os programas dos partidos, contam apenas as coisas atuadas e não as faladas, conta só o impulso decisivo, tão forte como para investir contra os costumes que se consolidaram nos homens contemporâneos e pelos quais se encontram sempre dominados, por mais que com a mente e a boca afirmem o contrário.

Hoje em dia se fala muito em hierarquia, mas ao mesmo tempo continua-se fazendo concessões a uma mentalidade burguesa e anti-aristocrática, que se encontra em precisa contradição com este conceito. Naturalmente, em primeiro lugar nos deveríamos desembaraçar de todo resíduo do sistema democrático e "representativo" e de tudo aquilo que de qualquer maneira revele o espírito socialista e coletivista. Toda relação deveria temperar-se, revitalizar-se e virilizar-se através de uma atitude guerreira, de uma fidelidade, de uma retidão e de um zelo viril pelo serviço. Esta ***fides***, que já foi uma das mais antigas divindades da Roma pagã e da qual Tito Lívio afirmou que no fato de sua posse encontrava-se a diferença entre romanos e bárbaros, aquela *fides* que se reencontra na *bhakti* hindu e na entrega com a qual os guerreiros irânios consagravam seus chefes, consagrando não só suas ações, mas também seu pensamento e sua vontade; tal *fides* encontra-se também como cimento espiritual nas diferentes unidades políticas feudais e no laço destas com o *unum ad quod nos est pars*, com o centro suprapolítico do Sacro Império medieval.

Temos necessidade ainda hoje, e sobre tudo hoje, de tal *fides*.

Nos subordinados deve-se voltar a despertar o orgulho de servir a seus superiores. O serviço deve ser despertado como liberdade e como superação, quase como uma oferta transfigurante, que não humilha, mas que eleva em todas as partes, tanto nas coisas de guerra como em coisas de paz, tanto nas coisas particulares como nas gerais.

Sobre esta base espiritual deve delinear-se uma estrutura que corra perpendicularmente do alto até o baixo, na qual os chefes sejam também raios de um único centro e, por sua vez, centro de unidades de ordens inferiores, agrupados como soldados ao redor de seus oficiais.

Um tal sistema implica naturalmente a necessidade de criar sobretudo **Elites**, elites de fato e não apenas de palavras, nas quais a autoridade não se encontre fundada no cargo, mas sim o cargo na autoridade, e que essa, por sua vez, esteja baseada numa efetiva superioridade. Toda hierarquia que parta de pressupostos diferentes não é senão uma aparência de hierarquia, e mais, representa o contrário de uma hierarquia: uma criação violenta e artificial que esconde em si um princípio de injustiça e, portanto, de anarquia.

Por outra parte, deve-se manter firme a idéia de que a hierarquia não pode, de nenhuma maneira, esgotar-se no plano daquilo que hoje se conhece como "política". Deveria mais bem a política – como parte do Estado, quer dizer, parte de caráter econômico-industrial e administrativa,

que estabelece um equilíbrio em sentido material – subordinar-se aos valores de caráter superior para servir como meio até um fim. A idéia de uma diferenciação qualitativa reclama da elaboração de uma quantidade de graus suprapolíticos que correspondam efetivamente às diferentes formas de vida e de interesse, e justamente por isso sejam aptos para conferir aos líderes aquela verdadeira e indiscutível autoridade, que não pode manifestar-se através de nada que seja condicionado pelo temporal e contingente.

Por suposto que este ideal implica não só a afirmação do conceito de direito da nobreza, mas também a afirmação do conceito de monarquia. Que se trate de estados republicanos, de Estados nominalmente ainda monárquicos ou de Estados erigidos por ditadores (que desde o ponto de vista tradicional não são outra coisa que tribunos do povo), com relação a isso na Europa existe tão somente um espaço vazio. Ali onde ainda subsista a monarquia, a mesma converteu-se apenas em sobrevivência, um símbolo vazio, uma função que perdeu seu verdadeiro sentido e que se encontra alheia a toda realidade. É, por suposto, melhor que nada; mas àqueles que não só de nomes senão também de espírito são de sangue real, haveria que lhes reclamar coragem para não tolerar por mais tempo compromissos e acomodamentos incertos; haveria que lhes exigir que desdenhem das dignidades régias quando as mesmas não lhes corresponder a mais nada, ou bem que voltem como centro e como chefes do Estado para varrer todas as usurpações "legais" dos últimos tempos e converterem-se novamente, em sentido absoluto e transcendente, em **Líderes do Povo**.

Ali onde a monarquia, ao encontrar-se em mãos não mais capazes de reger uma espada e um cetro, tem sido abatida por intrigas da plebe de mercadores, a mesma deve ser restabelecida. Ali onde por força da inércia ela ainda subsista, deve ser renovada, reforçada, convertida em dinâmica, com uma função orgânica, central e absoluta, que encarna simultaneamente o poder da força e da luz do espírito em um ser único, que seja verdadeiramente o ato de toda uma estirpe e ao mesmo tempo o ponto que transcende tudo aquilo que se encontra condicionado pela terra e pelo sangue. Somente assim ter-se-á o direito de se falar em Império. Somente se for restaurada numa realidade gloriosa, sagrada e metafísica, que represente a culminação da hierarquia política militarmente ordenada, então assim a monarquia retomará o lugar e a função que tivera noutros tempos, antes da usurpação do poder por parte da casta dos sacerdotes.

Mas antes de elevar-se neste caminho ao verdadeiro ideal tradicional, é

preciso percorrer longa trilha. Por demais, temos nos expressado com bastante claridade afim de que não se pense que esta identificação dos poderes reduza-se a uma prosopopéia retórica ou a uma supersticiosa divinização de um ser pelo simples fato de o mesmo ocupar o grau mais alto de uma organização puramente material, tal como aconteceu, em períodos decadentes, com vários casos de teocracia. Nós insistimos em afirmar uma síntese real onde a espiritualidade não é apenas um nome, mas sim a realidade positiva de uma autotransformação que, uma vez operada, põe entre alguns homens e a massa humana tanta distância quanto essa mesma massa supõe a distância entre ela e os animais. Não queremos usar o termo "super-homem", por estar esse termo tão depreciado e envolto em retóricas nos dias de hoje, e por outro lado não podemos esperar sermos compreendidos senão por pouquíssimos, e incompreendidos pela maioria, quando nos referirmos ao sentido do rito da iniciação, que em muitos Estados antigos – quando não estavam presentes dinastias de sangue divino – confirmava a investidura do poder político. Em cada caso manteremos firme a idéia de que essa distância dos Líderes não é redutível a nada que seja "moral", nem "ideal", nem "religioso", nem a qualquer outro valor ou não-valor humano, tal distância consiste, por assim dizer, em uma diferente **qualidade de ser**, obtida com uma transformação substancial da consciência.

E nós afirmamos que esta superioridade efetiva e concreta dará sentido ao termo "espiritualidade" e será posta como o centro, do qual procederá a dignidade, o atributo e a função efetiva da realeza, a qual, por sua vez, ficará testemunhada no *Imperium*, segundos as tradições ário-pagãs, para as quais os Reis eram Reis em virtude de um "fogo" atraído do céu – *hvarenô* – que os investia, convertia-os em "imortais" e os atestava através da vitória.

Assim estaria presente o centro de uma estabilidade transcendente, a soberania, o princípio de toda outra hierarquia, o eixo de toda fidelidade, de toda honra no serviço e de toda ação heróica, a mais soberba força de equilíbrio vinda do alto.

O Verdadeiro Liberalismo

O princípio e vital fundamento do novo Estado deve ser a idéia orgânica.

No capítulo anterior fizemos menção de como o conceito concreto de organismo deve ser contrário ao de “composto”, que é a forma de um conjunto de elementos atomisticamente livres, mantidos juntos apenas por um laço impessoal, abstrato, que não se vincula a nenhum princípio superior, nem se baseia em uma diferença efetiva e substancial de seus elementos. A oposição que aparece entre o ideal imperial e o ideal liberal-democrático é totalmente semelhante à que se estabelece entre organização e composição.

Nosso imperialismo quer uma universalidade e uma unidade, mas não de forma abstrata, própria de uma lei impessoal, produto de uma irreal “vontade coletiva” e de um colapso internacionalista e pacifista, mas sim aquela que se identifica na realidade de um indivíduo superior no qual o sentido do transcendente vale como princípio de diferenciação e de articulação.

Nosso imperialismo transcende com firmeza o nacionalismo; mas enquanto que o “super-nacionalismo” democrático mostra um menoscabo e uma subordinação à reafirmação nacional, promiscuamente associada a

muitas outras reafirmações nacionais, a supranacionalidade imperial e romana é de uma reafirmação nacional que, em meio a um grupo de dominadores, sustenta-se mais além de si mesma numa síntese, seja dela mesma com outras nações subordinadas.

Por mais que possa parecer estranho, na base de nosso imperialismo encontram-se valores que aparecem também como pressupostos para as formas liberais da democracia. Os valores de liberdade e independência encontram-se, com efeito, no centro das melhores tradições árias. Nobre, segundo a antiga tradição germânica e mais tarde no ordenamento da civilização medieval, equivalia a livre. A primeira constituição romana baseia-se na idéia dos *patres*, sacerdotes, chefes e juízes supremos de seus povos, que são livres como tantos mundos dentro do mundo. Frederico II dirá: “Eu sou rei enquanto que sou livre”. Mas se trata aqui de uma identidade tão só na palavra, com uma radical contraposição no espírito.

A diferença encontra-se no fato de que no liberalismo esses valores são afirmados por uma raça de escravos, que não se atrevem a pensar e a querer tais valores de forma profunda, nos próprios indivíduos e por eles, mas sim que tal raça desloca os valores ilegitimamente de maneira igualitária, em direção à “sociedade” e à “humanidade”, causando a dissolução do significado primitivo e transformando esses valores em grandes equívocos.

Por tal fato, essa raça – segundo o primeiro de seus “imortais princípios” – teria instaurado a Época da Liberdade. Em realidade nada disso é correto. Tal raça ignora o que seja verdadeiramente a liberdade, se o soubesse saberia também que querer a liberdade é a mesma coisa que querer o império.

Observemos mais precisamente: a liberdade não tolera compromissos, ou ela é afirmada ou não é afirmada. Mas caso seja afirmada, é necessário afirmá-la até o fim, sem medo; há que afirmá-la como liberdade incondicional.

Isto foi compreendido perfeitamente por aquele que afirmou que livre, propriamente, pode ser um só. Muitos seres livres apenas limitam-se e negam-se reciprocamente, a menos que suponham que exista no mais profundo de cada um deles uma lei que regula suas ações segundo uma espécie de harmonia pré-estabelecida.

Agora bem, como uma lei, pelo mero fato de ser interna, não deixa de ser lei, e, posto que dita lei é por hipótese algo que transcende o poder consciente de cada indivíduo, também nesse caso não se tem mais do que

uma aparência do que é a liberdade verdadeira.

Coloca-se, pois, estas alternativas: ou se diminui a exigência, alterando o valor, quer dizer, negando a Liberdade para fazer permanecer as muitas liberdades, as liberdades singulares, atômicas, domesticadas e mecanizadas, numa recíproca limitação (democracia liberal); ou bem se confirma essa Liberdade de maneira firme e intransigente, e cria-se o ideal de um ser que – cessando em razão de uma interior superioridade de representar uma força entre tantas outras naquele sistema dinâmico que é a realidade social – faça-se ato, enquanto determinador da lei da própria realidade, e encontre-se ele mesmo livre a respeito da Lei, a qual, então, só para os outros será Lei e autoridade. Tudo isso quer dizer que tanta realidade tem a liberdade assim como tem o Império.

Império que deve ser concebido segundo a já indicada analogia de um corpo que se converteu em uno na síntese dominante de uma alma. A unidade na qual converge um tal corpo – diferente de qualquer outro que não possua alma – é um princípio superior, que tem início e fim em si mesmo, que não vive para as necessidades do corpo, mas sim o tem como instrumento; unidade que não é produzida pelo corpo, e sim o contrário, no sentido de que a alma é o fim último e representa o profundo princípio organizador do corpo, corpo esse que, sem ela, desagregar-se-ia (Aristóteles).

Analogamente, nós diremos que o Líder, enquanto portador do valor da liberdade, não será um mero “representante das massas” (tese democrática), símbolo impessoal de uma mítica auto-organização, da qual estas sejam capazes. O que afirmamos é exatamente o contrário: são as massas que recebem uma ordem e uma forma tão somente graças a esta força superior, qualitativamente diferente das outras e a qual as demais forças logram, incansavelmente, expressá-la. E essa força, longe de viver para as massas, subordina os interesses destas àqueles mais vastos horizontes que só uma tal força pode determinar, sem reconhecer a ninguém o direito de dar um sanção à sua lei, que não é pelo fato de ser lei que é justa, mas sim que é justa porque é lei, e lei própria (em decidida oposição aos princípios democráticos de sanção popular e de entrega do governante a abstratos “princípios” ou àquilo que se supõe que seja o interesse geral). De outro modo o Vértice não seria verdadeiramente um homem livre, e sim o **primeiro dos servos**, não um espírito, mas a voz do corpo.

Lamentavelmente hoje em dia não se sabe mais o que é liberdade,

não existe o valor de pensá-la profundamente. Lamentavelmente hoje em dia não existe quase mais ninguém que saiba mandar e que saiba obedecer. O risco da absoluta responsabilidade e da absoluta entrega desapareceram totalmente ante a mediocridade da coletividade mecanizada.

E, paradoxalmente, hoje se pretende que vivamos numa época de liberdade e de liberalismo, fazendo-se alarde pela eliminação da escravidão, sem ser entendido que a liberdade só pode existir quando existem senhores ante escravos, quando existem condutores soberbos e massas que, audazmente e generosamente, referem suas vidas e seus destinos aos seus Líderes; sem ser entendido também que a abolição da escravatura não pode ter sido desejada senão por uma raça de escravos, que permaneceram escravizados mesmo com as correntes rompidas e as hierarquias abatidas, na medida em que sua necessidade de servir e de depender criou novos e mais terríveis tiranos: de um lado o Deus-árbitro judaico-cristão da predestinação e da graça, do outro o ouro e a opinião pública, o fetiche da lei social impessoal e do moralismo das nações protestantes, o homem onipotente das massas bolcheviques.

A Hierarquia segundo a Potência. A Conquista do Estado

É um conceito fundamental da concepção pagã e solar do mundo, aquele que afirma que o **Espírito é potência e a potência, por sua vez, é Espírito**, de acordo com uma síntese indestrutível.

Voltando as nossas primeiras considerações, afirmamos sem hesitar **que a medida da liberdade é a potência.**

Assim como a alma – na qual, de acordo com a analogia já dada, tem um fim em si mesma – considera como uma imperfeição as condições e limitações que vem do corpo e não deve tolerá-las, mas sim superá-las num domínio perfeito, num organismo que se encontre em situação de plena plasticidade a respeito do espírito; da mesma maneira o dominador comportar-se-á em relação às diferentes condições próprias das massas, ou a raça superior com relação a outras raças, as quais serão organizadas numa unidade ecumênica.

A Liberdade do Dominador, seu direito, seu valor – como fim em si

mesmo – estender-se-ão na medida em que ele tenha o poder de executar aquilo que ele queira. A responsabilidade, sobre todos os aspectos, só tem sentido quando a ação fracassa ou quando se depara ante si uma potência mais alta. Quando isso acontece, ele perderá o direito, e esse direito passará àquele que saiba reafirmar a própria lei por cima, ou contra, qualquer outra. Portanto, a hierarquia não será um fato, mas sim uma tarefa, ela não surgirá por sua conformidade a respeito da abstração de uma lei transcendente sobre o bem e o mal, sobre a justiça e a injustiça, sobre a humanidade, a nacionalidade, ou tradição no sentido mais estrito e empírico, senão, em vez disso, a hierarquia será um preciso "pôr-se em relação", equilibrar-se, subordinar ou subordinar-se a forças determinadas, para expressar a quem é mais ou menos digno de um certo grau de hierarquia. Sustentamos com firmeza que sem a potência o *Imperium* – e com ele o ápice do ser-livre – não tem fundamento, e, por mais que subsistisse, esse *Imperium* o faria de forma contingente e precária, baseado não sobre sua própria força, mas sim sobre a debilidade e a vileza alheias.

Mas, tais afirmações devem vir acompanhadas de uma explicação a respeito daquilo que nós compreendemos precisamente como potência, sem tal explicação nasceriam inúmeros equívocos, os quais, neste contexto, não teriam razão alguma de existir.

Portanto, queremos, em primeiro lugar, destacar que potência, para nós, não significa nada de força puramente material, e que o domínio e o *Imperium* não se identificam em absoluto com a violência e a opressão que se pode exercer através dessa força. Deixar isso claro é bem necessário, haja vista que muitos utilizam essa confusão de forma proposital para poder construir a mais barulhenta retórica *ad hominem* contra a "besta humana", contra o "*homo hominis lúpus*", contra os "inumanos dominadores" e os "tiranos" e assim sucessivamente. A violência é algo demasiadamente pouco. A potência não é a violência, na medida em que esta expressa tão só um estado de "ser contra" (e, portanto, não saindo de um mesmo plano) e não um verdadeiro estado de "ser superior". Pressupondo-se e tomando sentido e justificação de uma resistência, quer dizer, pressupondo-se que outra vontade possa resistir, ela, a violência, acusa uma relação extrínseca, polêmica, contingente, não verdadeiramente hierárquica e dominadora. Um corpo livre não se move por violência, nem também a violência pode fazer vibrar a ágil palavra, aquele que verdadeiramente pode não conhece a violência, não tem necessidade dela na medida em que não tem antítese e se impõe diretamente, invisível e

irresistivelmente em virtude de sua interior e individual superioridade com respeito àquele que obedece.

Tudo isso é afirmado de um ponto de vista absoluto, com o qual não pretendemos negar alguma utilizada à violência, mas tão somente mostrar que a mesma ainda não é verdadeiramente potência. Sendo necessária ali onde se tenha de enfrentar rígidas privações na vida, as quais não se pode superar se não for destruindo-as, necessária também no ato de uma primeira e direta impressão organizadora no caos das várias forças materiais subversivas; mesmo assim a violência ainda encarna uma fase rudimentar e provisória.

Podemos nos convencer de que tudo isso seja assim refletindo acerca do fato de nos acharmos sustentados por forças propositalmente desencadeadas e suficientemente vivas e que tais forças nos provêm muito, mas, sem embargo, é preciso conhecer como desencadeá-las primeiro para depois dirigi-las, pois não se pode obter nada com uma força puramente material, mas sim com uma força de persuasão ou sugestão.

É aqui que somos conduzidos a um plano mais sutil, onde a ação e o domínio exercitam-se através de idéias. Idéias que devem ser compreendidas não como noções abstratas, mas sim, ao contrário, como **ideias-força**, como **mitos** (no sentido soreliano), quer dizer, como princípios dirigidos no sentido de despertar energias, movimentos e correntes sociais através das diferentes sugestões morais, emocionais, de crença, de tradição, etc., as quais são capazes de influenciar as massas. Mas aqui é preciso sustentar dois pontos básicos com firmeza: em primeiro lugar, o Dominador deve permanecer como um senhor das diferentes ideias ou mitos, não deve, crendo nelas, ele mesmo padecer à sugestão convertendo-se num possuído, num escravo dos espíritos que ele mesmo evocou; não deve reconhecer nelas mesmas um determinado valor absoluto, senão que, em vez disso, deve assumi-las friamente como meios, como instrumentos de fascinação com os quais, no contexto de uma precisa ciência da psicologia das massas, ele exercerá as influências que deseja, despertando e dirigindo as forças cegas da coletividade social; o segundo ponto vincula-se com o primeiro e consiste em compreender o aspecto absolutamente positivo desta nossa atitude, seja do “idealismo dos valores”, dos “ideais princípios”, etc. Que a força puramente material não seja autossuficiente, que ela será sempre um instrumento para as ideias, isso é tão só um fato a se constatar. Partindo-se de um ponto de vista positivo, à ideia não se deve dar outro valor a não ser aquele que resulta da

constatação acima citada, quer dizer, valor de princípio sugestivo, medido por suas conseqüências práticas. A ideia, em outras palavras, tem valor enquanto atua e na medida em que atua, não porque é “boa”, “verdadeira”, “justa”, etc., tudo isso não passa de um nevoeiro frente a sua realidade de **ideia-força**. Controlar os “potenciais sugestivos” com os quais se encontram carregadas as diferentes ideias, examiná-los, dosá-los, combiná-los, usá-los, descarregá-los ou suspendê-los, constitui-se uma arte superior, invisível e de terrível domínio, a qual, uma vez controlada de forma consciente, pode se comunicar, tal como alguns dirão, com a “magia” no sentido mais alto.

Portanto, podemos definir verdadeiramente como ingênuas todas aquelas correntes que afirmam que apenas a ação (no sentido limitado mencionado mais atrás) valha, e que cada conflito e utilização de ideias é uma completa perda de tempo. Não podemos estar de acordo com isso, não por um “idealismo”, do qual nos encontramos sumamente distantes, mas sim porque esta é uma atitude que se revela abstrata e incompleta desde o ponto de vista da própria ação. Um impassível Dominador e suscitador de ideias-força abaterá, num primeiro choque, estes exaltadores da pura ação, arrancando e dirigindo-lhes contra precisamente a mesma força sobre a qual eles se baseavam.

Mas, sem embargo, também este grau é provisório, e, como tal, deve ser transcendido. O mesmo não conduz mais além do nível de um tribuno do povo. Permanece dentro de uma ordem para a qual poderiam valer, inclusive, as teorias psicanalíticas do inconsciente coletivo, da “tribo primitiva”.

O mesmo implica um compromisso. Os múltiplos “mitos” e as diferentes ideias-força não deveriam servir de apoio e de condição para o Dominador, posto que ele próprio deveria ser a condição. Agora bem, tais ideias – sobretudo as de nação e de pátria, nas quais as ideias culminam no âmbito em que estamos tratando aqui – contêm, forçosamente, algo transcendente e impessoal, do qual deriva uma margem de contingência que limita seu valor instrumental, do qual faláramos antes. Porque àquele que funda seu próprio domínio unicamente em nome de um certo grupo de ideias pode sempre acontecer-lhe de encontrar-se frente a outros que invoquem as mesmas ideias, mostrando inclusive situações que lhes correspondem mais que as dadas pelo grupo dominante, o pode deslocá-lo precisamente, atraindo até si essas mesmas forças sobre as quais ele se baseava.

Portanto, impõe-se, necessariamente, uma realização ulterior, dirigida a fazer de modo tal que o que conte não seja tanto a ideia em si mesma mas sim aquele que a afirma. **Não será mais a ideia que dará valor e poder ao indivíduo, mas, pelo contrário, será o indivíduo quem dará valor, poder e justificação a uma ideia.** É o que compreendeu muito bem Voltaire, quando, ao referir-se a um rei da França, manifestava que, se determinados atos do rei adquiriam valor, isso acontecia essencialmente porque era **ele** que os cumpria.

E então só nos resta cumprir um último grande passo: desenrrolar-se da superstição da "nação" e da "pátria", compreendidas em sentido democrático e impessoal. O Dominador, deslocando progressivamente o centro, desde o abstrato até o concreto, finalizará abolindo a mesma ideia de pátria, deixará de apoiar-se sobre ela, torna-la-á imanente e deixará a si mesmo como centro suficiente de toda responsabilidade e de todo valor, de modo tal que possa dizer: **" A Nação, o Estado, sou Eu".**

Neste nível, sem embargo, só pode mantê-las aquele no qual – de acordo com a expressão já usada – a superioridade não se funda sobre a potência, mas a potência sobre a superioridade. Ter necessidade de potência é uma impotência, e aquele que entende isso quiçá compreenderá em qual sentido a via para uma certa renúncia (uma renúncia viril, baseada apenas sobre um "poder-fazer-menos", sobre um "ser-suficiente") pode ser uma condição para a via da potência suprema, e compreenderá também a lógica escondida por trás dos ascetas, dos santos e dos iniciados (de acordo com tradições que a maioria reputa como mitos, mas que nós não podemos considerar como tais), além de que brotarão, inesperada e naturalmente, poderes sugestivos e suprassensíveis, mais fortes que qualquer outro poder dos homens e das coisas.

Como toda necessidade, todo rugido e toda paixão expressam sempre uma privação do ser, o "não" dito a tudo isso integra, acrescenta, exalta o ser, e o dirige até uma vida superior, central e solar.

E, assim, desaparece também qualquer aparência de titanismo que a ideia de uma elevação do poder, completamente centralizado e liberado de qualquer condicionamento de parte de uma só pessoa, pudesse possuir. Aqui o individual é o supraindividual, na realidade, ambos se fundem, e as tendências particularistas teriam tão poucas possibilidades de isolarem-se e afirmarem-se uma contra a outra, do mesmo modo que um pequeno rio em seu momento de confluência com o mar. Aqui o Dominador não é tanto um ser particular e mortal, é mais um elemento universal, uma força cósmica.

Assim, torna-se compreensível como os reis, em determinadas tradições orientais, no momento de suas coroações, depusessem seus velhos nomes humanos. Compreender-se-á, detrás do símbolo mitológico, até que ponto os antigos países nórdicos puderam considerar seus Dominadores como encarnações de Sangue de Odin, Freyr e Tyuz; os egípcios e os irânios, quase como imagens terrenas de divindades solares, como suas encarnações; os gregos e os romanos, como elevações de constantes influxos heróicos, testemunhados por figuras como Hércules e Apolo. "Residir constantemente na grande morada do mundo; manter-se constantemente no reto trono do mundo; proceder na grande via do mundo, e, quando se alcançar tudo isso, fazer partícipe o povo dos bens que se possui". "Pela vastidão e pela profundidade da própria *virtus* fazer-se semelhante à terra; pela altura e o esplendor desta, fazer-se semelhante ao céu; por sua extensão e duração, fazer-se semelhante ao espaço e ao tempo sem limites; formar um terceiro poder com o céu e com a terra"; este é o modo como fala a Tradição.

Dominador verdadeiro, natureza imperial, é justamente aquele que dispõe desta mais alta quantidade de ser, que ao mesmo tempo significa uma diferente qualidade de ser, *virtus* pela qual os outros – sem que num certo sentido ele o queira – são iluminados, atraídos, arrastados. É aquele que se impõe, por assim dizer, com sua simples presença, com um olhar vasto e temível, ao qual os outros não sabem resistir, como aquela calmíssima grandeza que detém magicamente um braço armado e um impulso de feras desenfreadas, e que diretamente desperta respeito, desejo de obedecer, de sacrificar-se, de buscar, nesta mais vasta vida, o sentido da própria vida mais verdadeira. Nele toda uma estirpe, toda uma tradição, toda uma história ardem, como em seu ato, deixam de ser abstrações, deixam de ser idealidades esgotadas, fazem-se realidade determinada, concreção, vida – vida absoluta porque fim em si mesma e liberdade pura – , espírito e luz.

E deste modo no ponto mais alto encontra-se aquele que efetivamente pode dizer: "Eu sou a via, a verdade, a vida". É aquele que dá a toda multidão de seres e à totalidade dos sistemas dos determinismos inferiores da vida, uma **unidade**, um **sentido**, uma **justificação** que antes eles não tinham. Posto que o inferior não vive de forma tão perfeita sua própria vida livre senão quando ela tem um centro e um fim em algo superior, quando a parte se sabe membro de um organismo que não está nela mesma, mas sim em uma alma (uma alma que é uma realidade e não um pálido ideal ou

uma abstrata lei); só assim ela tem a própria razão de ser.

Estas seriam um esboço das etapas principais da **conquista do Estado** e da **via da potência**. A ingenuidade da força bruta, a retórica da idealidade e dos "imortais princípios", a relatividade e a ambigüidade do jogo dinâmico das ideias-força, o mito da pátria e da nação, o apoio da mesma potência, são vários limites que, do mesmo modo como o sol nascente dissolve a neblina e os espectros da noite, devem ser dissolvidos pela realidade todo-poderosa de um indivíduo superior e verdadeiramente mais que humano, o qual, no fim, converte-se numa só coisa com as potências do "supramundo".

A Impossibilidade de um Autogoverno Democrático

Voltemos ao liberalismo.

Temos ressaltado a situação de compromisso que o domina em sua veleidade por afirmar o "imortal princípio" da liberdade. Compromisso que se transforma em uma verdadeira e própria contradição quando ao ser deslocado o problema do indivíduo para a sociedade, juntamente com o problema da liberdade, afirma-se outro "princípio imortal": o da igualdade. Como não dar-se conta de que se há igualdade não pode haver liberdade? Que a nivelação das possibilidades, a identidade dos deveres e dos direitos, e o despotismo de uma lei que se funda exclusivamente na quantidade, convertem em impossível a liberdade? Vamos repetir novamente: Liberdade verdadeira somente existe na hierarquia, na diferença, na irredutibilidade das qualidades individuais; somente existe ali onde o problema social encontra-se resolvido de maneira a favorecer o mais completo desenvolvimento das possibilidades humanas, sobre a base de um ideal de articulação, portanto, de desigualdade, cujo modelo mais perfeito é o antigo sistema de castas. Mas, prescindindo disso, só há liberdade verdadeira quando o sentido da fidelidade, do heroísmo e do sacrifício sabe adentrar os pequenos valores da vida material, econômica e política.

Contudo, vamos analisar mais profundamente o caráter de superficialidade e absurdidade próprios da postura anti-imperial.

Democracia é definida como autogoverno do povo. A vontade soberana é a dos muitos, os quais a expressam livremente através do voto no símbolo dos representantes que devem devotar-se ao interesse geral.

Mas, por mais que se insista no "autogoverno", surgirá sempre uma distinção entre governantes e governados, na medida em que um ordenamento estatal não se constitui, todavia, se a vontade dos muitos não se concreta em pessoas particulares, as quais lhes confiam o governo. É obvio que essas pessoas não serão eleitas ao azar, serão aquelas nas quais são reconhecidas maiores capacidades, portanto, bem ou mal, uma superioridade sobre os outros, de modo tal que não serão considerados como simples porta-vozes, pois ficará subentendido um princípio de autonomia, de iniciativa e de legislação.

É aqui que aparece, no seio do democratismo, um fator antidemocrático, que o mesmo busca inutilmente reprimir com os princípios da elegibilidade e da sanção popular. Digamos: inutilmente porque a superioridade dos superiores expressa-se, entre outras coisas, no fato de que eles são capazes de discernir aquilo que é verdadeiramente valor, como também de hierarquizar os diferentes valores, quer dizer, ordenando uns valores em relação aos outros. Agora bem, tais princípios democráticos subvertem totalmente a questão, na medida que remetem o juízo (seja no relativo à eleição, seja no referente à sanção) que deve decidir qual é o valor mais alto à massa, quer dizer, ao conjunto daqueles que, por hipótese, são os menos aptos para julgar, ou cujo juízo restringe-se forçosamente aos valores inferiores da vida mais imediata. Apesar disso, num regime democrático pode-se estar seguro de que aqueles que saibam prospectar os melhores horizontes (ainda que quiméricos) em função da utilidade prática, terão uma fatal preeminência sobre os outros. Em tal erro – similar ao de quem logo de haver concedido que os cegos devem ser guiados pelos que vêem, exigisse que deveria ser os próprios cegos que determinassem quem vê melhor – encontra-se a causa principal da degradação moderna da realidade política em realidade puramente empírica, utilitária e material.

Fica, todavia, uma objeção possível: o bem-estar material constatável por parte do povo poderia propiciar um desenvolvimento de ordem superior. Mas tal tese é discutível. É fato que em momentos de crise social brotaram valores mais altos e forças regeneradoras, ao contrário, como nos "ócios de Capua"[2], os períodos de opulência econômica muitas vezes propiciaram estancamento e torpor na vida espiritual. É um reflexo do que

ocorre na vida dos indivíduos em particular, onde certos valores brotam mais intensamente no terreno do sofrimento, da renúncia e da injustiça, e onde um certo grau de tensão, de viver perigosamente, sob certo ponto de vista é o melhor fermento para se manter desperto o sentido de atualidade do espírito. Mas, sem querer insistir nisto, limitamo-nos a perguntar: segundo qual critério a massa dos muitos deveria reconhecer àqueles que as deve dirigir: o critério daquele que a eleva até uma dimensão espiritual, ou daquele que a proporciona bem-estar material?

A verdade é que o democratismo vive de um pressuposto otimista totalmente gratuito. O mesmo não se dá conta do **caráter absolutamente irracional da psicologia das massas**. Tal como temos mencionado mais acima ao falar das ideias-força, a massa é conduzida não pela razão, mas pelo entusiasmo, pela emoção e pela sugestão. Como uma fêmea, ela segue aquele que melhor lhe saiba seduzir, aterrorizando-a ou atraindo-a, com meios que, em si mesmos, não tem nada de lógicos. Como uma fêmea, ela é inconstante e passa de um a outro, sem que tal passagem possa ser explicada de forma uniforme através de uma lei racional ou de um ritmo progressivo. Em especial a “lei do progresso” – referido não ao simples dar-se conta de que as coisas, desde um ponto de vista material, vão melhor ou pior, mas sim, referido à passagem de um critério material a outro mais elevado – é uma superstição ocidental, que surgiu da ideologia jacobina, contra a qual nunca saberemos reagir com energia suficiente. Falar de autogoverno das massas, sustentar que se pode deixar à coletividade o direito de eleição e de sanção representa uma falsidade, como o é considerar o fato de que o “povo” possa ser pensado como uma só inteligência, como um só grande ser, que vive uma vida una, própria, consciente e racional. Mas isso é um puro mito otimista que nenhuma consideração social ou histórica nos confirma, e que foi inventado por uma raça de servos, os quais, incapazes de suportar verdadeiros chefes, buscaram uma máscara para sua anárquica presunção de poder fazer tudo por si mesmos e para sua vontade rebelde.

Assim, tal otimismo colocado pela democracia, também é pressuposto de forma eminente por doutrinas anárquicas. E, levado a uma forma racional-teológica, reaparece também na base das correntes historicistas da teoria do “Estado absoluto”.

---

[2] – Refere-se à larga estadia de repouso na cidade de Capua que levou a cabo o cartaginês Anibal, após derrotar os romanos, permitindo que estes se reorganizassem após as derrotas.

Anti-Hegelianismo

Ao considerar o mundo moderno, nós, muitas vezes, usamos o termo "muitos" em lugar de outros mais em voga, tais como "nação", "humanidade", os quais nos foram transmitidos pela Revolução Francesa. A razão disso é que esses termos, já em si mesmos, refletem o hábito mental democrático e coletivista. Nós não podemos e não queremos aderir, de maneira alguma, àquele tenaz resíduo da mentalidade escolástica pelo qual se reificam ou substancializam-se, os denominados **universais**.

Expliquemo-nos desta maneira. O que seja aquilo a que chamam de Homem, mais além dos homens em particular, esperamos que alguém nos explique. Na realidade nós temos conhecimento dos homens, mas do "Homem" em geral, não sabemos nada, ou, melhor dizendo, sabemos que o mesmo não é nada, na medida em que sabemos que ele é um simples conceito construído, borrando, com a abstração própria de um pragmatismo classificatório, as notas específicas dos indivíduos singulares e concretos, os quais desta maneira se dissolvem numa vazia uniformidade. Enquanto tal, o "Homem" é algo que, em todo caso, tem existência em nossa mente, mas o qual na realidade não pode corresponder a nada.

Analogamente, sustentamos que a "nação", o "povo", a "humanidade", etc., em vez de seres reais, são simples metáforas, e que sua "unidade", por um lado, é simplesmente verbal, por outro não é a de um organismo já constituído segundo uma racionalidade imanente, mas, pelo contrário, é a unidade de um sistema de muitas forças individuais que se chocam e se equilibram entre si, e, portanto, dinâmica e sem estabilidade. Isto é o que queremos ter bem presente ao usarmos o termo "muitos", agregando ao caráter já destacado de **irracionalidade** da massa, o aspecto de natureza plural.

Desde tal ponto de vista, também o conceito-base democrático da denominada "vontade do povo" demonstra-se como inconsistente e a ser substituído pelo do equilíbrio momentâneo das muitas vontades, dos muitos indivíduos associados em maior ou menos medida; assim como a queda de uma cascata pode parecer algo silencioso e compacto, mas que de perto resulta ser composta por uma infinidade de elementos diferentes em incessante movimento; da mesma maneira, todo democratismo é, no fundo, liberalismo e atomismo disfarçados.

Sobre a base destas considerações que nos dão como conclusão a

irrealidade do ente povo, do ente nação, etc., e no caráter ilógico da realidade múltipla a qual eles concretamente se reduzem, não deixaremos de insistir nunca que tudo isso só poderá mudar se uma força do alto se manifestar e despertar a potência da fidelidade. Nisso é decisivo que se nossas considerações revelam aquilo no qual a doutrina democrática da organização inferior pode justificar-se como autogoverno do povo ou da nação, então elas nos mostrarão, por sua vez, uma ficção ainda mais perversa, da qual muitas concepções que se crêem e se dizem antidemocráticas apresentam de forma intensa. Pretendemos nos referir à superstição e à idolatria pelo Estado, especificamente nos referimos ao conceito neo-hegeliano[3] de "Estado Absoluto" ou Super-Estado, pelo qual se afirma que o que é real é o Estado e não os indivíduos, os quais, quaisquer que sejam, até mesmo os próprios chefes, devem desparecer detrás da figura do Estado.

Poucos fenômenos obsessivos apresentam um caráter tão aberrante como esse, cujo abstracionismo é por certo sumamente pior que o abstracionismo democrático. Com efeito, vimos que na democracia o "povo" é, no fundo, uma máscara que através da noção mais concreta de "interesse geral" revela-nos, especialmente em suas formas liberais, uma reconhecida realidade dos sujeitos sobre a qual se desloca o centro ainda em uma instância igualitária e anti-hierárquica. Na doutrina do "Estado Absoluto" esta realidade desaparece, devorada por uma mera ideia; não fica mais nenhum centro, nem no alto nem no baixo, na medida em que

---

[3] – Dissemos neo-hegeliano porque pretendemos combater sobretudo certas deduções políticas dos tempos mais recentes, das quais, só em parte, estão justificadas pela doutrina completa de Hegel. Enquanto ele escreveu: "*O Estado é, enquanto espírito vivente, simplesmente como um todo organizado, dividido em atividades particulares que, a partir de um único conceito, produzem o mesmo como resultado*"; e agrega: "*Na forma completa do Estado, na qual todos os momentos do conceito alcançam sua existência livre, esta subjetividade não é uma determinada pessoa moral ou uma decisão que resulte de uma maioria – forma na qual a unidade da vontade de decisão não tem uma existência real – senão como individualidade real, vontade de um indivíduo que decide: monarquia*." (Enciclopédia de Ciências Filosóficas - 545, 546); enquanto ele expressa tais ideias nossa crítica não poderia se dirigir de forma total contra ele. O que estamos tratando aqui é, sobretudo, de algumas recentes interpretações italianas do pensamento hegeliano em sentido de culto ao estado, nas quais a ideia do estado absoluto é associada a tendências de uma centralização despersonalizadora, de uma socialização absoluta de toda atividade, de uma intolerância ante todo conceito tradicional de casta e de aristocracia, de modo tal que, no marco do Fascismo, alguns chegaram ao limite de reputar como possível uma conciliação dessa concepção do estado não apenas com o marxismo, mas também com o sovietismo.

os próprios líderes não são senão os possuídos dos possuídos, instrumentos desta impessoalidade a qual tudo deve subordinar-se.

Temos nos expressado com suficiente claridade em relação ao valor pragmático que podem ter algumas ideias-força ou "mitos", e podemos também afirmar que, com as devidas reservas, o "Estado Absoluto" encontra-se entre elas. Sem embargo, é preciso que, de nenhuma maneira, o assunto transforme-se num "mercado de fraudes". Todo verdadeiro imperialismo deve ser intensamente positivo, assim como reconhecer uma só realidade: a do indivíduo. O império será para o indivíduo, para um indivíduo superior, para aquele capaz de dizer: "O Estado sou eu"; e não o contrário, o indivíduo para o império. Há uma hierarquia porque há líderes, e não líderes porque há uma hierarquia. A marca profunda, o domínio organizador, deixado por um grupo de dominadores, dará sentido à denominada "unidade nacional", à denominada "nação", e não o mito desta, à vida profunda dos que não têm necessidade dela. O Estado, a nação – e também a tradição – são abstrações, existem somente na realidade de alguns indivíduos que se impõem, que criam vias onde antes não havia, fazem unidade onde antes só existia multiplicidade, caos, confusão e domínio de forças infrapessoais.

Uma vez destruída esta realidade, este nível superior de força, vida e luz (cuja transmissão através de **elites** ou dinastias pelas gerações, contra o limite do tempo, constitui aquilo que, em sentido maior e positivo, pode-se chamar de **Tradição**), e com uma função que sobrevive por si mesmo, por inércia, com a vazia forma de uma organização imperial ou nacional sem nada que a justifique, com o centro de uma monarquia cujo trono está vazio, com esta sobrevivência obsessiva que logo adquire autonomia e reage contra qualquer indivíduo superior – do qual ela não é senão a sua sombra – ao pretender que nenhum indivíduo exista para dominá-la, e que ela permaneça como a suprema realidade; com toda esta degeneração coincide a gênese da idéia do "Estado Absoluto", da "nação" e de todas as análogas retóricas dos tempos mais recentes.

Esta superstição, esta heresia política que deriva de Hegel, foi conduzida por ele até os extremos de um sistema filosófico. É necessário que, decididamente, livremo-nos dela e de qualquer reflexo que emita, afim de que retornemos a uma visão nórdico-ariana de seres livres e viventes, que não conhecem a voz das multidões niveladas, que abatem e burlam-se dos ídolos de argila das ideologias modernas, e organizam-se

livremente, sobre a única base das diferenças irredutíveis que se definem na relação natural e dinâmica de suas intensidades. Homens chefes de homens, homens servos de homens como formas puras, e não homens convertidos em sombras por outras sombras.

Frente ao conceito coletivista, centralizador e uniforme de estado e de nação, sustentamos com firmeza o conceito pluralista, individualista e realista, como base para uma restauração em sentido hierárquico-viril e antidemocrático integral.

Que não se esqueçam: **a "nação" é um invento moderno, uma invenção francesa**. O nascimento da idéia de nação coincide com a queda de nosso ideal feudal, aristocrático e imperial. Para as raças germânicas primordiais a nação coincidiu com o conjunto das estirpes lideradas por senhores livres, senhores unidos pelo sangue, unidos na ação em uma única frente, prontos para se submeter com orgulho à disciplina de uma ordem guerreira, onde, contemporaneamente, convertem-se com seu séquito em "vassalos" do seu *dux* ou *heretigo*, conservando sempre, apesar disso, sua independência e o sentimento de serem eles mesmos princípios diferenciadores, e não simples irradiações do coletivo. O mesmo se poderia dizer a respeito da antiga constituição aristocrática de Roma. A mesma, *mutatis mutandi*, à dos Arianos na Índia: eles não tinham a "nação", conheciam apenas a casta, e ela expressava-se espiritualmente, como um princípio supremo e inviolável de ordem e hierarquia. A mesma dos Arianos do Irã: o fogo divino – *havarenô* ou *farr* – levado por sua raça, confluía nos três fogos, aos quais lhes correspondiam a articulação das três castas superiores: a dos senhores dos sacrifícios, a dos guerreiros e a dos chefes de família, vinculados com a solidariedade, mas sem nenhum vínculo coletivo e público.

A característica principal dos povos nórdico-ários é este sentido de singularidade, de anticoletivismo, o qual logo coincide com a civilidade, com "forma", em contraposição a promiscuidade, próprias das comunidades e das raças meridionais ou de formas inferiores de sociedade.

Quando no Ocidente os soberanos desentenderam-se com a aristocracia feudal, quando sistematicamente apontaram para a centralização no sentido da "nação" – e foi justamente a França o país que decididamente mais se encaminhou nesse processo – eles começaram a cavar seus próprios túmulos. Os "poderes públicos", instituídos pelos reis, com um nivelamento absolutista, eliminando os privilégios e as diferentes leis próprias de cada casta, constituíram aquilo desde o qual, ao desaparecer a

realeza, deveria tomar corpo e começar a exercer sua tirania justamente através do povo, da massa. Todo estado absolutista é um estado anti-aristocrático. Toda centralização aplaina o caminho à demagogia e, portanto, à caída do pessoal no coletivo.

Individualidade, diferenciação, articulação, uma ordem constituída por ninguém mais que por indivíduos e por claras, puras e viris relações entre indivíduos: esse é nosso ideal.

Nacionalismo significa retorno ao totemismo.

Superestado como encarnação do "espírito absoluto" é a máscara da idéia do *Leviathan*, a verdadeira antessala até os Soviets.

Anti-historicismo

Passemos a considerar agora o desvio democrático em relação a suas manifestações historicistas.

Para nossa crítica tomamos como exemplo a ideologia de um pensador italiano chamado Giuseppe Mazzini, como ponto de referência. As mesmas considerações poderiam se estender também a outras concepções que têm o mesmo espírito e que hoje se encontram sumamente popularizadas. Mas a ideologia mazziniana é particularmente interessante por sua intenção em querer mesclar temas diferentes, não fazendo exceção com respeito à própria idéia romana.

A vontade democrática desta tendência inventou uma "filosofia da história", a qual as considerações anteriores já seriam suficientes para refutá-la. Essa vontade democrática não só reifica, mas também "teologiza" o povo: o ente "povo" converte-se no corpo místico no qual a própria divindade, descida dos céus e devidamente socializada, viveria e se revelaria, como se fosse seu intérprete, de acordo com uma lei progressiva de desenvolvimento que é a própria evolução da humanidade através dos grandes ciclos, que refletem, cada um desses ciclos, uma idéia, ou "revelação" da mente divina.

Esta não é mais do que uma mísera mitologia moderna, a qual, com segurança, não terá nenhuma pessoa séria que lhe preste atenção e cujo caráter judaico-protestante não lhe salte à vista. Nós declaramos novamente que o ente-povo, se não for uma mera abstração, é um erro inferior, irracional e "demônico", que, em si mesmo, sem a ação dominante

de seres superiores, não poderá ter nenhuma relação com o divino. Consideramos como um verdadeiro desvio a idéia que sustenta que o divino deveria revelar-se sob qualquer aspecto em um âmbito de confusão, no elemento da massa, e não, ao contrário, naqueles que são eles mesmos quase naturezas divinas. Nós nos remetemos à idéia dórico-olímpica a respeito da superioridade dos Deuses sobre tudo o que é devir, e chamamos de superstição proveniente de níveis inferiores – mito antiaristocrático de *parvenus* – a idéia do "progresso" e da "evolução da humanidade"; chamamos de fantasia de almas débeis a idéia de um plano providencial, ou racional, da história, a idéia de que tudo que acontece deve ser decidido de forma racional e justificado e que se insere na realização de um fim transcendente, a respeito do qual penetre logo a opinião privada de um ou outro filósofo. Como seres livres, nós vemos na história a liberdade, e, em particular, rechaçamos a legitimidade da idéia de uma "filosofia da história", posto que tal idéia expressa apenas uma roupagem do determinismo: a incapacidade por ver e por querer a realidade viva que não se repete, única, dos fatos históricos. Enquanto Espíritos Aristocráticos nós contrapomos ao moderno mito da evolução e do desenvolvimento, a idéia tradicional de **estabilidade**, e , em todo caso, o mito tradicional da **involução**, da decadência, que, desde Hesíodo até os Persas, desde os Caldeus até os Hindus, desde egípcios até concepções nórdicas do *Ragna-rökkr*, unitariamente tem sido dado como verdadeiro "sentido da História", através de doutrinas como a das Quatro Idades.

O que quer a filosofia da história de Mazzini? Só uma coisa: demonstrar que o que dever ser – posto que incorpora a "finalidade" do mesmo progresso histórico, onde uma terceira Roma deveria assumir como missão profética – é o anti-império, quer dizer, o ideal de uma humanidade-realidade-única, realizado através da irmandade de povos iguais, através da impessoal associação dos povos em uma federação antimonárquica, inimiga de qualquer hierarquia superior, que se ilude em expressar uma mítica "vontade do povo", a superstição de uma "vontade de Deus". Se essa ideologia é despida de todos os elementos místicos, e se se fixa friamente nos impulsos escondidos e inconfessados que lhes dão alma, encontrar-se-á assim o sofisma próprio da democracia e da anarquia, com a mesma ilusão otimista sobre a racionalidade da massa e da História, encontrar-se-á ainda a expressão mesma, distinta, inequívoca, daquilo que, como ideal da *ecclesia*, surgiu a partir da rebelião cristã-plebeia contra o ideal romano; e encontrar-se-á, por fim, essencialmente o espírito da

Reforma, o mesmo espírito do qual deriva a organização moderna anti-imperial, antiaristocrática, antirreligiosa (pois reduz a religião à sociabilidade), antiqualitativa, elementos próprios das sociedades dos anglo-saxões e dos ianques.

A idéia maziniana, em verdade, resulta idêntica àquele produto essencialmente democrático e luterano que previamente se anunciaria com a denominada "Sociedade das Nações". Com efeito, uma confederação internacional, presidida não pela potência e não pela resplandecente realidade de um só ser superior – o Imperador da concepção ecumênico-gibelina dantesca, que "considerando as diferentes condições do mundo e ordenando os diferentes e necessários ofícios, tenha a função irrefutável de mandar em todo universal" (*Convivium* IV, 4) – mas sim por um povo, é mais que tal povo, é pela "humanidade". Posto que o "Povo Eleito" (outra superstição judaica: nós não conhecemos povos eleitos, mas sim, somente povos que são superiores ou que, na luta, se fazem a si mesmos superiores), segundo Mazzini, teria unicamente a missão de negar-se a si mesmo e de impor este novo evangelho: que todos os povos são livres e irmãos. A inconstância nacionalista mazziniana de querer manter para cada povo uma função e uma missão particular, desvanece-se ante a afirmação de que essa missão deve logo resolver-se, sem qualquer protesto, no interesse geral da humanidade. Se neste caso uma espécie de confederação universal, a ser constituída sob a base de um sistema de revoluções antimonárquicas e anticatólicas, é o centro de todo evangelho político-religioso de Mazzini, vemos como esse evangelho é, no fundo, um precursor das diferentes tendências modernas antiaristocáticas, pacifistas e democráticas, até a denominada "Pan-Europa".

Nem tampouco se preocupam os mazzinianos de captar na Roma verdadeira, na Roma enquanto Roma, algo superado pelo "progresso". Seu cego apriorismo evolucionista os faz subjazer à nunca suficientemente deplorada superstição de esgotar o paganismo romano no conceito de uma realidade puramente jurídica e material, e de fazer do cristianismo a prerrogativa dos valores do espírito. A missão da Roma pagã, segundo eles, haveria se esgotado na constituição de uma unidade jurídica e de um império material baseado na força; a segunda Roma – a católica – na constituição de um império espiritual; e a síntese seria a terceira Roma, que deveria afirmar a unidade social, constituindo um pálido associacionismo e federalismo, do qual faláramos mais acima. O Direito Romano haveria dado o fator "liberdade", haveria preparado sob o plano material uma

igualdade que no cristianismo realizou-se no plano espiritual; e profetizaria uma época nova na qual os dois termos, liberdade e igualdade, unir-se-iam em uma síntese, dada pelo conceito de humanidade associada.

Enquanto intransigentes custódios da tradição pagã, nós repudiamos estes sofismas historicistas. Não! Roma foi uma realidade simultaneamente material e espiritual, um ideal completo e resplandecente, o qual se aceita ou não se aceita, e que se rebela ante qualquer intento de submetê-la ao jogo de uma arbitrária dialética progressista. Foi a potência **augusta,** surgida com a finalidade de "ter o império do mundo, para impor leis de paz e outorgar o perdão aos vencidos e mortes às gentes soberbas" (Virgílio, *Eneida*, VI, 852-4), e foi ao mesmo tempo sacral; uma formação cultural na qual não houve nenhum gesto de vida, público ou privado, em guerra ou em paz, que não estivesse acompanhado por um rito ou por um símbolo; uma formação cultural de origem misteriosa, que teve seus semideuses, seus reis divinos, o culto ário do fogo e da vitória, a culminação de uma *pax augusta et profunda* , na qual quase materialmente se realizou um reflexo universal daquela *aeternitas* que se reconheceu na própria função imperial.

Não, a nova fé asiática não foi a "continuação" de Roma, ela deformou Roma. Justamente ela que muitas vezes não hesitou em identificar a cidade de César como a besta do Apocalipse hebraico, como a prostituta da Babilônia. Roma não conheceu a "igualdade", como a concebe a plebe moderna. A *aequitas* do direito romano é um conceito aristocrático, não corresponde senão à idéia clássica de **justiça**, que os conceitos cristãos de piedade, arrependimento, perdão, graça, compaixão e amor, minaram. Tão só a nivelação de todo valor terrestre em um idêntico não-valor e na igualdade de todos os seres perante Deus, perante o pecado original da fé hebraica e perante o arbitrarismo da graça, fundaram, no Ocidente, um princípio igualitário que era totalmente desconhecido pelas formas superiores das civilizações pagãs, formas estas que representavam uma hierarquia e que eram, no plano material, regidas por uma organização hierárquica, por relações militares, por relações de senhorio e escravidão, e de precedência das Elites.

A romanidade não teve necessidade de nenhum aporte semítico para reconhecer seu ideal universal e realizá-lo. Aquilo que nos tempos seguintes há todavia de grande, em verdade lhe pertence. Tal como já dissemos, a grandeza de Roma, surgida da força dos Arianos Nórdicos, criou a última grande época ecumênica do Ocidente: a civilização feudo-

imperial da Idade Média. Aquilo que havia permanecido como a obscura herança de uma seita palestina, pôde, através de nós, como Igreja, participar por um momento de um valor universal[4].

Mas nossa universalidade não é como a mazziniana, esta não é senão um internacionalismo, não é senão um desenvolvimento daquela tendência niveladora, "fraternizadora", socialista e democrática, que não tem nada de romana, cuja liberdade não é nossa Liberdade, cuja última palavra não é um organismo, mas sim um agregado; não universalidade, mas coletividade.

E os dois termos da pseudo-síntese mazziniana, romanidade e socialidade, representam dois conceitos irreconciliáveis. Entre eles não há eleição possível, nem compromisso, nem arranjo algum.

Que busque sua justificação no "sentido da história" aquela plebe que, rompidas todas as correntes, inunda todos os recantos, e que agora, em um mundo que não conhece mais nem imperadores nem pastores, exibe seus álibis envenenando toda fonte, impregnando as bases da ciência, da política, da religião e da cultura, com sua ausência de espiritualidade. Que reclame que o ritmo da história, da evolução, se acelere, converta-se em pandêmico; que o fim glorioso de seu "progresso" – o sol do porvir – aproxime-se, para que aconteça finalmente a última queda que a sepultará miseravelmente.

Nós pertencemos a um mundo diferente, que permanece imóvel segundo a estabilidade das coisas que são. **Nós possuímos uma verdade, não uma retórica**.

Nós possuímos uma Tradição. Roma para nós segue sendo um símbolo imutável, realizado e supra-histórico, que disse aos da Galiléia que "enquanto Roma existir, as convulsões da idade última não deverão ser temidas, mas, se Roma cair, a humanidade estará próxima a seu fim.

[4] – O mesmo pensamento foi seguidamente expresso, quase com as mesmas palavras, por Mussolini, logo do Concordato, no Senado italiano, coisa que gerou muita irritação por parte dos Güelfos.

Indivíduo e Humanidade

Outra forma de justificação, mais evolucionista que historicista, que pode assumir a democracia, pode-se achar a partir das afirmações do duque Colonna di Cesaro[5]. Esta forma tem a vantagem de poder ser considerada em si mesma, não sob a base de uma hipotética afirmação *ad usum delphini*, senão como uma possível concepção do mundo em geral. Ela é por certo mais coerente, mas, justamente por isso, é muito mais fácil de ressaltar quão furiosamente nesta instância tende a inverter-se na que anima os valores do ideal hierárquico.

Em acordo com esse ponto de vista, sustenta-se que há uma sociabilidade que, longe de representar um ponto de chegada de um avanço ideal, é, ao contrário, tão somente o ponto de partida. Tal estágio é encontrado ainda em certos povos primitivos, onde parece que os sujeitos não tiveram uma verdadeira consciência de si como seres autônomos, mas sim que viveram como partes de um ser coletivo indiferenciado, que era sua tribo ou seu povo.

Di Cesaro vê um progresso ao passar-se mais além desse estágio primitivo social; mas, além da humanidade, é necessário que se reafirmem os homens, enquanto centros diferentes e conscientes de si mesmos. Mas aos homens, em um terceiro momento, é pedido a restauração do laço universal da humanidade, que então não será mais um mero dado, como uma natureza na qual os sujeitos encontram-se vinculados imediatamente, mas sim, algo que os homens mesmos poderão se instalar espontaneamente, como um ato livre. A democracia corresponderia a essa terceira fase, enquanto que apontaria justamente ao ideal de um socialismo sobre a base de um conjunto de seres iguais, autônomos e livres. Frente a tal concepção, o ponto principal da crítica é este: ver em que consiste mais precisamente, a diferença entre aquela sociabilidade, que seria o ponto de chegada, e a outra que seria tão só o ponto de partida de um tal avanço.

---

[5] – O duque doutor Giovanni Antonio di Cesaro, pensador e político italiano, deputado “democrático-social”, ministro secretário de estado dos Correios e Telégrafos do primeiro gabinete de Mussolini, desde 31 de outubro de 1922 até fevereiro de 1924. Foi amigo de Evola, apesar de suas diferenças doutrinarias, colaborando com este em sua revista Ur e Krur.

Di Cesaro agrega à concepção exposta o conceito de uma lei de individualidade progressiva, e, uma vez dada, o assunto apresenta-se sob uma ótica muito diferente. Uma tal lei supõe que os graus inferiores da realidade diferenciam-se dos graus mais elevados pelo fato de que nos primeiros o indivíduo pode dividir-se em partes que conservam as mesmas qualidades (como as partes de um mineral, por exemplo; e algo semelhantes acontece com certas espécies de plantas, e na partogênese de animais inferiores), enquanto nos segundos isso não é mais possível, posto que nestes o indivíduo é uma unidade orgânica superior, que não se deixa mais dividir sem que decaia e sem que suas partes percam plenamente o significado vivo e específico, a qualidade que tinham nele. A natureza nos mostraria um impulso de individuação progressiva, que vai dos sistemas físicos minerais até a suprema individuação, dada pela simplicidade intangível própria da autoconsciência humana.

Segundo Di Cesaro é concebível, sem embargo, uma fase ulterior desse processo, na qual a lei de individuação progressiva tende a superar o indivíduo humano numa forma mais vasta de associação, que seria o **indivíduo social**, a unidade social e espiritual da humanidade. Unidade que se diferenciaria daquela outra, própria das sociedades primitivas, ponto de partida pelo fato de ser a culminação de um processo de individuação.

Em tudo isso achamos justamente o necessário para derrubar a postura democrática. Em que consiste o fato de ser indivíduo? Já foi dito: no fato de que o estado de simples agregado de partes separáveis (a forma mais tosca de individuação mineral) cessa e surge um princípio superior que se reafirma sobre elas, subordina-as a si e as faz obedecer a uma determinada lei. E a individuação é tanto mais alta quanto mais perfeito é a subordinação e domínio desse princípio superior. Então, assim como nós vemos que a unidade de compostos químicos é um domínio sobre múltiplos elementos diferentes e sobre forças puramente físicas (grau inferior), e a unidade vegetal o domínio sobre várias unidades e leis químicas sob um lei superior que as transcende, e assim sucessivamente; da mesma maneira, admitindo o desenvolvimento antes mencionado, a partir do indivíduo singular, na unidade do indivíduo social deveríamos compreender um domínio sobre os indivíduos singulares, e não a unidade democrática de um "representante dos muitos", mas sim, a unidade imperial de um "dominador dos muitos", um *Imperium*, em correspondência com aquela mesma hegemonia que resplandece irrefutavelmente na vida de uma alma senhora de si e do corpo.

Ainda admitindo a lei da individuação progressiva, nós falamos que, se deve haver uma diferença entre o ponto de partida e o ponto de chegada de todo o processo, para que tal processo seja algo mais que um *circulus vitiosus*, tal diferença pode consistir só nisto: que ao início cada Eu em si mesmo não era nada e idêntico a todos os demais, como uma espécie de *médium* no qual circulava a vida coletiva da comunidade, isso era, pois, a humanidade, mas, ao final, distâncias cada vez maiores criaram-se entre Eu e Eu, diferenciando graus inferiores de graus superiores de autoconsciência e potência humana, criando assim uma hierarquia. Surgirá quem possa dizer não mais humanidade, mas sim, **Senhor** da humanidade.

Este é o único modo de compreender coerentemente a lei, ou, para melhor dizer, a vontade de individuação progressiva no referente a um possível desenvolvimento mais além da forma própria da consciência humana normal; e agreguemos que, por outro lado, a idéia de "Senhor da humanidade" não é uma idéia inventada por nós, corresponde precisamente ao conceito ariano primordial de *Çakravartî*, que, em seus termos simbólicos das sagas e do mito, foi continuamente vinculado com figuras régias ou lendárias de grandes dominadores, desde Alexandre Magno até o Rei Arthur e o imperador Frederico II.

Vista de maneira unilateral, a questão pode ter um certo tom de anormalidade, quase como na idéia de uma parte do corpo que se advoga o direito de subordinar todas as restantes. Mas esse tom desvanece-se totalmente a partir do momento em que se toma conhecimento de que aquele que se denomina homem não é mais, na verdade, um "homem", e sim um dominador de homens, um ser de nível superior, mesmo que exteriormente ainda conserve uma aparência humana comum; pelo fato de que a hierarquia, cujos elementos são consciências, é imaterial e não pode ser distinguida por nenhuma característica fisicamente visível. Como tal, o dominador não poderia ser comparado mais, por exemplo, com uma mão que quisesse controlar todo o corpo, senão a uma própria unidade orgânica do corpo, que, numa síntese superior incorpórea, compreende a mão e todo o resto.

Assim como se pode conceber que aquela função organizadora e unificadora da natureza, correspondente a um composto mineral, transforme-se e passe (no sentido ideal, não histórico) para aquela potência superior própria, na qual os elementos e leis naturais convertem-se em meios subordinados ao indivíduo vegetal e assim sucessivamente, analogamente se pode pensar numa passagem da potência que rege

conjuntamente aquele agrupamento de seres e de elementos que constituem a personalidade de um homem comum, a uma potência superior, na qual os elementos que são dominados segundo uma mesma relação são as leis e as vontades das diferentes consciências dos homens ou das raças.

Com isto não é que se queira abolir o homem, ou sua consciência de liberdade, de individualidade e de autonomia dos sujeitos, conquistada frente à primitiva, indiferenciada e medíocre sociedade. Um verdadeiro Rei não deseja nunca sombras, fantoches e automatas como súditos, mas sim, indivíduos, guerreiros, seres viventes e poderosos, pois com isso seu orgulho seria maior ainda por sentir-se Rei de Reis.

Por outro lado, dissemos que, se somos intransigentes afirmadores da necessidade da hierarquia, sustentamos que essa hierarquia deve construir-se de forma dinâmica e livremente, através de relações naturais de intensidade individual. Assim se formaram as primitivas aristocracias – apesar de que em algumas ainda não se impunha algum princípio sobrenatural –, não por eleição e reconhecimento do inferior, mas sim por uma direta afirmação de indivíduos capazes de um grau de resistência, de responsabilidade, de vida heróica, generosa, vasta e perigosa, da qual outros não são capazes. É a “prova de fogo”: aquilo que aterroriza e destrói alguns, faz dos que resistem Líderes, ante os quais naturalmente e livremente as massas ajoelham-se e obedecem, até que apareça outro mais forte, do qual os líderes primitivos serão os primeiros em lhe reconhecer o direito e a dignidade, sem rancor ou inveja, senão lealmente, militarmente. Em nenhuma outra concepção como esta o valor de um indivíduo encontra-se melhor conservado. É, ao contrário, na solução democrática que esse valor tende a desaparecer pela ascensão de uma realidade impessoal, que nivela todos os indivíduos por uma mesma lei, lei que não se individua em ninguém e não se justifica em ninguém, e que serve de recíproco apoio, de recíproca defesa e de recíproca escravidão de seres cada um insuficiente em si mesmos.

A Irracionalidade da Igualdade

Voltando ao que já foi tratado no começo desse capítulo, detrás do “povo” do qual falam os democratas, achamos os “muitos”, os quais (e aqui se encontra a diferença) são compreendidos de maneira igualitária, na

medida que o reconhecimento dos chefes faz-se não pela qualidade, mas sim pela quantidade (o maior número, a maioria do sistema eleitoreiro). Mas a quantidade pode ser um critério tão somente no suposto da igualdade dos homens, que iguala o valor dos votos de cada um.

Agora bem, o "imortal" princípio da igualdade é aquele que pode ser refutado de forma mais fácil. A desigualdade dos homens é algo demasiado evidente para que se gastem palavras a demonstrá-la, basta tão só abrir os olhos. Mas os adversários, que afirmarão tal fato, farão dele uma questão de princípios, e dirão: "é certo que os homens são desiguais, mas o são *de facto*, e não *de iure,* eles são desiguais mas não deveriam sê-lo. A desigualdade é injusta, e não a ter em conta, buscar ir mais além dela, esse é justamente o mérito do ideal democrático.

Sem embargo, estas são apenas palavras. Pensemos, em vez disso, que o conceito de "muitos" é logicamente contraditório a respeito do conceito de "muitos iguais".

Assim o formula em primeiro lugar o princípio de Leibniz da identidade dos indiscerníveis, que se expressa assim: um ser que seja absolutamente idêntico a outro, é uma só e a mesma coisa que ele. Kant tratou de refutar esse princípio referindo-se ao espaço no qual, segundo ele, pode haver coisas iguais e, sem embargo, diferentes; mas, ainda prescindindo da incongruência de transferir para o terreno espiritual o que é pertencente ao mundo físico, a moderna noção do espaço rechaça a objeção, posto que para tal noção cada ponto converte-se em um valor diferente, assumido pela função do continuo quadridimensional de Minkowsky. No conceito de "muitos" está implícito o conceito de uma diversidade fundamental de "contínuos": os "muitos" que fossem iguais, absolutamente iguais, não seriam muitos, mas sim um. Querer a igualdade dos muitos é uma contradição terminológica.

Isso se sustenta, por sua vez, pelo princípio da razão suficiente, que se expressa assim: para cada coisa deve haver alguma razão para que tal coisa seja ela mesma e não outra. Um ser absolutamente igual a outro encontrar-se-ia privado de "razão suficiente", seria uma duplicação carente de significado.

Destes dois pontos resulta racionalmente fundado o conceito de que os "muitos" não só são desiguais, mas que devem ser necessariamente, e que a desigualdade é verdadeira *de facto* tão somente porque é verdadeira *de iure*, que ela é real tão só porque é necessária.

Mas formular a desigualdade quer dizer transcender a quantidade, ou

seja, passar à qualidade; e é aqui que se justifica a possibilidade e a necessidade da hierarquia, é aqui que o critério da maioria mostra-se absurdo, que toda lei e toda moral, que partam de pressupostos igualitários, mostram-se como antinaturais e violentas.

Afirmemos uma vez mais: são os superiores que devem julgar os inferiores. Posto que o caráter do erro é o de não se conhecer como erro, mas o caráter da verdade é o de formular-se a si mesma como consciência de verdade, conhecendo ao mesmo tempo o erro como tal, da mesma maneira que o caráter daquilo que é superior é o de formular-se diretamente como superior frente ao inferior, convertido este em tal coisa justamente em razão da postura do primeiro. A superioridade não deve reclamar por alguma sansão ou por reconhecimento, devendo fundar-se unicamente sobre a direta autoconsciência de superioridade daqueles que são superiores e se submetem, enquanto tais, a qualquer prova.

Por tal razão o denominado critério do "útil" não pode oferecer sustento algum. Deveriam começar dizendo o que é o útil, em relação a que coisa ou a quem. Por exemplo, também em um regime democrático subsiste uma margem de violência, que é a violência própria da autoridade constituída , a que implica um fisco, leis penais e civis, etc. Essa violência não é denominada como tal porque é considerada conveniente à utilidade da maioria. Mas quem é que define e justifica esse útil, e quem fixa os famosos limites entre legalidade e ilegalidade? Que a massa, numa ordem racional das coisas, não pode ser aquela que o faça, por causa de sua instabilidade e pela inferioridade de sua capacidade discriminativa, isso já foi demonstrado. Sem embargo, se não se desloca o centro até a qualidade, tudo decairá na pior das tiranias: a exercida pelo número sobre poucos qualitativamente superiores, que são arrastados inexoravelmente pela engrenagem dos determinismos da vida inferior, constituídas como leis, e da "sociedade organizada"; justamente o que acontece no Ocidente moderno.

Mas sucede que esse "útil" é em si mesmo algo sumamente menos absoluto do que se quer crer, em relação à mesma massa. A causa do já mencionado caráter irracional da psicologia das massas, poucas vezes tem sido esse "útil" puro e simples, e ainda menos essa vontade autônoma dos muitos; infinitamente mais vezes tem sido, em vez, a potência, a força sugestiva de pessoas particulares, de cuja potência o maior número dos sequazes foi tão só uma conseqüência e um eco. E os indivíduos poderosos souberam arrastar as multidões ali onde quiseram, deixando pelas bordas

todas as normas medíocres, burguesas, calculadas com precisão, de utilidade, de conveniência, de bem-estar geral. É a História a que nos mostra melhor que qualquer um: excitados pelo entusiasmo de um homem, por um símbolo, por uma ideia, milhões de seres superaram as barreiras da prudente normalidade, sacrificaram-se, arderam-se e destruíram-se.

A democracia sabe disso. E por isso, lentamente, sutilmente, serpenteando por toda Europa, ela trata de extinguir a raça dos líderes, dos animadores, dos sedutores, e de criar um nivelamento tal que tudo pode ser reduzido à autonomia própria das partes de um mecanismo econômico abandonado a si mesmo. E esse jogo lhe está saindo espantosamente bem nos últimos tempos. A Rússia bolchevizada e a América do Norte democrática e mecanizada contrapõem-se como dois símbolos, como dois pólos de um mesmo perigo.

Mas esta vontade de degeneração, esta treva em que vai naufragando a civilização ocidental, encontra a nós como seus enfrentadores. Nós, que após Nietzsche também lançamos um alarme e um chamado. Que nossas nações oponham um "daqui não se passa!" a esta maré ianque-bolchevique. Mas isso não com palavras, ameaças e discursos vazios, mas sim silenciosamente, isolando-se e criando uma aristocracia, uma elite que mantenha, na realidade viva dos indivíduos superiores, os valores de nossa Tradição.

A partir do qual o resto virá como conseqüência natural.

Do Clã ao Império. Nossa Doutrina da Raça.

Temos mencionado, ao considerar as idéias do duque Di Cesaro, a forma social própria das comunidades primitivas. Levantamos também uma relação – que a muitos pode parecer paradoxal – entre o totemismo e o nacionalismo. É necessário esclarecer este ponto, pondo o problema das relações entre o conceito de clã e o conceito de **império**, entre o conceito de **raça** e o de civilização em sentido superior.

Frente a certas formas abstratas e racionalistas de universalismo, há que se reconhecer o direito do sangue, há que reclamar verdade e valores, que voltam como expressão vibrante de nossa própria vida e que, portanto, encontram-se unidos com o sangue e a raça, em vez de serem pálidas

generalidades “válidas para todos”. Este é por certo um protesto justificado. Mas, sob este perfil, a teoria da raça representa uma premissa genérica que tem necessidade de ser ulteriormente esclarecida.

Não se deve esquecer que falar de sangue, no caso do homem, não é a mesma coisa que do animal. Se por sangue se entende a herança biológica de uma raça, a raça no animal é tudo, enquanto que no homem é só uma parte. O erro de certos fanáticos da raça, ao pensar que a reintegração de uma raça a sua unidade étnica signifique *ipso facto* o renascimento de um povo, encontra-se justamente nisto: eles consideram o homem do mesmo modo que consideram cavalos, gatos ou cães de raça pura. A preservação ou reintegração da pureza de uma raça, no sentido mais estrito, em um animal pode ser tudo, mas não no homem, no homem de tipo superior. Também para o homem pode constituir uma condição que, sob certos aspectos, apesar de necessária, não é em nenhum caso suficiente, posto que não é o fator raça o único que define ao homem.

Para elevar-se a um nível superior e para rechaçar a acusação de materialismo biológico, não é suficiente atribuir a cada raça uma alma mística, um “espírito” próprio dela. Isso já encontramos de fato, de modo mais significativo, nas formas primitivas de sociedades do tipo totêmico. Como é sabido, nesses tipos de sociedade, o *totem* é a alma mística do grupo, do clã ou da raça, os sujeitos membros não se sentem em seu sangue e em sua vida senão como outras tantas encarnações dessa força espiritual coletiva, não possuindo em si mesmos quase nenhum traço de personalidade.

Se a força “totêmica” permanece nesse estado, por assim dizer, difusa e sem face, se, consequentemente, não há nem líderes nem súditos, e os sujeitos que compõem o grupo não são outra coisa que alguns compostos, nos encontramos então no nível mais baixo da sociedade humana, num nível que se limita com o sub-humano, com o reino animal; coisa esta confirmada pela fato de que os *totens* – as almas místicas do clã – muitas vezes são simultaneamente considerados como os espíritos de determinados gêneros animais. É interessante assinalar que também quando os *totens* apresentam uma figura masculina, a composição dessas sociedades reflete sobretudo o tipo telúrico-matriarcal, próprio das raças não-arianas e particularmente, as raças meridionais. O princípio comunista joga aqui um rol decisivo. Este tipo corresponde espiritualmente à “via dos antepassados” – *pitr-yâna* – da qual falam as tradições hindus, denominada também via da terra ou da mãe, segundo a qual os sujeitos se dissolvem

completamente logo da morte nas estirpes originárias, nas forças da raça e do sangue dos antepassados, os quais lhes correspondem uma verdadeira existência. Mas, frente a essa via, existe a **via solar**, ou **via dos Deuses** – *deva-yâna* – denominada também via nórdica (enquanto a primeira via, a dos *totens*, é denominada via do Sul); uma via que podemos denominar como olímpica e que participam aqueles que se convertem em imortais, que se fazem Deuses, que "migram para não mais voltar".

Esta contraposição constitui a chave de nosso problema. Uma civilização, em sentido verdadeiro e superior – seja com referência aos sujeitos, seja com referência aos povos – surge só ali onde o nível totêmico é superado, onde o elemento raça, ainda compreendido misticamente, não é a instância última; onde, ademais do sangue, manifesta-se uma força de tipo superior, metabiológica, espiritual e solar, que não conduz para longe da vida, mas sim que determina a vida, transformando-a, afirmando-a, dando-lhe uma forma que antes não tinha, liberando-a completamente de toda mistura com a vida animal, e abrindo as diferentes vias para a realização dos distintos tipos de personalidade. Nesse caso, a tradição étnica não é destruída, permanece exclusivamente uma base que possui uma tradição espiritual como inseparável ponto de referência, e aqui, em ordem com a relação entre o fator biológico e o espiritual, é o segundo que deve servir de sustento ao primeiro, e não o contrário.

Temos dito que isto vale tanto em referência aos indivíduos como aos povos. Pelo que se refere ao primeiro ponto, a sociologia já nos mostra, nas formas primitivas de sociedade, a freqüente formação de grupos caracterizados pela **iniciação,** e que, portanto, obedecem a outra lei e gozam de uma superior autoridade; e, nestes grupos, a principal é a natureza puramente **viril**, o princípio da exclusão da mulher. Mas também entre os grandes povos tradicionais a situação não é diferente: de China à Grécia, de Roma às estirpes nórdicas primordiais, até aos Astecas e Incas, a nobreza não esteve caracterizada pela simples circunstância de ter antepassados, mas sim pela circunstância de que os antepassados da nobreza, diferente daqueles que pode ter também o plebeu e aos quais pode permanecer fiel também através da integridade do sangue (e no regime das castas o princípio da herança valeu não só para as castas superiores, senão também para as inferiores), eram **antepassados divinos**. Os nobres tiveram origem de "**semideuses**", quer dizer, de seres que efetivamente haviam seguido uma forma transcendente de vida, formando a origem de uma tradição em sentido superior, transmitindo a sua descendência um

sangue convertido em divino, e com isso também os ritos, isto é, determinadas operações cujo segredo cada família nobre conservava, e que permitiam fazer retornar à descendência a conquista espiritual a qual eles em primeiro lugar haviam se elevado, e conduzi-la lentamente do virtual ao atual.

Assim, pois, desde o ponto de vista tradicional, "não ter antepassados" distingui menos o plebeu do patrício que o fato de "não ter ritos". Nas hierarquias arianas uma única característica diferenciou as castas superiores das inferiores: o **renascimento**. O *ârya* ante o *sudra* era o *dviya*, quer dizer, o renascido. E é indicativa a afirmação do *Mânavadharmaçastra* (II, 172), segundo a qual o *brâhmana* mesmo abandonando a iniciação, não se diferencia do servo, quer dizer, do *sudras*.

Analogamente, o que caracterizou as três castas superiores entre os Irânios foi que a cada uma delas lhes correspondia um determinado "fogo" celeste. Os nobres nórdicos foram nobres pelo fato de que em seu sangue levavam o sangue dos **Aesen**, das forças celestes em contínua luta contra as forças elementais. Ainda a nobreza das grandes Ordens cavalheirescas medievais – entre as quais a mais significativa foi a dos Templários – estava vinculada à iniciação. Um dos pontos mais débeis na concepção de Nietzsche é justamente o naturalismo biológico, que na maior parte dos casos diminui e seculariza sua idéia aristocrática, levando-a ao nível da "besta loira".

Isto seria o essencial. Passado das castas à raças, deve dizer-se em conseqüência que a verdadeira diferença entre as raças não é naturalista, condicionada biologicamente, mas sim justamente aquela muito mais profunda que se acha entre as raças que conservam na profundidade do sangue a herança e a presença de um princípio que transcende o sangue, inoculado pela ação das **elites** dominadoras e solares, e as outras raças que não têm nada de tudo isso, nas quais prevalece apenas algo promíscuo e vinculado às forças da terra, da animalidade, da herança biológico-coletiva. No marco dessas últimas raças domina o totemismo, e não há nem verdadeira diferença, nem verdadeira personalidade; o culto resolve-se na nostalgia estático-panteísta ou mais ainda numa "religiosidade" de caráter lunar e comunista.

Para nós não há nenhuma outra diferença entre raças nobres do Norte e do Sul, e mais que uma diferença entre uma raça e outra, há uma diferença entre raça e superraça. Por mais escandaloso que isso possa parecer a uma mentalidade profana e plebéia, como a dos dias atuais, nós sustentamos

com firmeza o caráter **divino** – no sentido literal do termo – que algumas raças podem ter com relação a outras, as quais não podem transmitir através de seu sangue a herança de um fator suprabiológico e, podemos dizer, supra-humano.

Assim, pois, em nosso parecer, a doutrina do conde De Gobineau tem por certo um fundo de verdade, mas não mais que isso. A decadência das qualidades e dos fatores que constituem a grandeza de uma raça não é – tal como ele afirma – o efeito de mesclas acontecidas entre a raça e outras, não é o efeito de sua decadência étnica, biológica, demográfica; **a verdade é que uma raça decaí quando seu espírito decaí**, quando aquela íntima tensão, a qual a raça deve sua forma originária e seu tipo espiritual, é dissolvida. Então, uma raça muda ou se corrompe porque se encontra afetada na sua mais secreta raiz, com isso ela perde aquela virtude invisível e indomável, transformadora, cujo contato outras raças, longe de contaminá-la, assumem pouco a pouco a forma de sua cultura e são arrastadas por ela como por uma forte correnteza.

Este é o motivo pelo qual o retorno à raça para nós não pode significar tão somente o retorno ao sangue, em particular nestes tempos crepusculares, nos quais ocorreram mesclas sumamente irremediáveis. Deve significar um retorno ao **espírito da raça**, não em sentido totêmico, mas sim em sentido aristocrático, quer dizer, em relação com o germe originário de nossa "forma", de nossa civilização.

Se nós afirmamos o retorno à raça e o retorno à tradição, no centro desta ideia encontra-se, por sua vez, a ideia do **Líder**. Em sua solar individualidade os Líderes representam para nós a manifestação completa e ativa do Espírito como raça e da raça como Espírito, são despertares da mesma ideia primordial formativa, que dorme na profundidade do sangue, como fundamento da forma vitoriosa sobre o caos e a animalidade, levada, de maneira consciente ou não, em potência e em ato, por todos os membros não degenerados do grupo. Os Líderes restabelecem aquela íntima tensão, despertam os componentes divinos de um sangue transformado. Daqui a magia de uma autoridade que não tem nada de violento e tirânico, senão algo de **régio**; a magia de uma ação "através da presença", de um indomável "atuar sem atuar", como assim afirma esta expressão do extremo Oriente. Daqui temos a via até o renascimento. As forças múltiplas de uma estirpe, fatalmente encaminhadas para a alteração e a desagregação, quando se encontram privadas do íntimo suporte e são abandonadas ao conjunto das condições materiais , étnicas, e também

políticas em sentido estrito, voltam a achar então um ponto firme e vivente de unidade e participam de uma realidade superior, do mesmo modo que num corpo animal quando nele se infunde a potência de uma alma.

Toda defesa da raça e do sangue que prescinda desta instância superior, que, através dos símbolos da “nação”, do “povo”, do “grupo”, evoque de qualquer modo a mescla, a pura lei do sangue e da terra, não significa outra coisa que um retorno ao totemismo, uma inclinação a recair em formas sociais próprias de uma humanidade inferior. É exatamente a esta condição e a nenhuma outra que, no fundo, dirige-se a nostalgia das ideologias socialistas, democráticas e comunistas, e o fenômeno dos Soviets nos mostra justamente o efeito de uma tal ideologia que, seguindo Marx, dando vida ao velho coletivismo bárbaro, eslavo, levando-o até uma nova forma racionalizada, fez da mesma um perigoso foco de contágio para os resíduos de uma Europa tradicional.

Longe de ser uma tendência dirigida ao futuro, tudo isso não é mais do que – desde um ponto de vista ideal – uma tendência voltada para o passado, apontada ao que foi superado no ato da formação de toda verdadeira civilização tradicional e de todo império. Mesmo que se encubra com uma auréola o ideal “socialista” e democrático-nacionalista, sempre fica o fato de que, *mutatis mutandi*, nele há um perfeito reflexo de formas sociais inferiores antiárias e antinórdicas; e, se as correntes que tendem a esses ideais exigem a subordinação do sujeito e de toda superior possibilidade espiritual ao direito da terra e do sangue, as mesmas, no fundo, ensinam uma “moral” que não é diferente da que poderia tomar para si uma raça animal elevada até uma esfera consciente.

Frente a nossa verdade – vamos repetir mais uma vez – tais tendências expressam a direção da involução e da abdicação frente à verdadeira afirmação. É aquilo que se desperta em momentos de cansaço e de abandono, momentos nos quais se aproveita o elemento *caos* escondido no elemento *cosmos*, é um fenômeno que aparece quando uma época não está mais no grau de produzir seres superiores nos quais se determine, concentre e libere, em forma transcendente e solar, a plena tensão e tradição de uma raça superior.

A idéia aristocrática de uma tradição de Líderes – não a democrática ou “nacionalista” que se apóiam na mera comunidade de sangue, solo e nascimento – deve ser fundamento e eixo de toda doutrina da raça justamente compreendida ... de nossa restauração.

Dissemos que o mundo moderno chegou a um ponto no qual é inútil fazer ilusões sobre a eficácia de uma reação de qualquer tipo que não parta de uma profunda mudança espiritual. Liberar-se do mal que nos consome não é possível sem uma negação total, através de um impulso espiritual que nos faça verdadeiramente novos seres, voltando a abrir a possibilidade de captar um mundo novo, de respirar uma nova liberdade, mesmo que para isso tivéssemos que destruir tudo aquilo do qual o Ocidente de forma vã se orgulha.

Com a consciência de que nosso mundo é um mundo em **ruínas**, devemos nos dirigir novamente até aqueles valores que nos permitam reconhecer de forma inequívoca a causa de nossa ruína.

A primeira raiz da decadência européia é o "socialismo", a anti-hierarquia.

As formas fundamentais desenvolvidas por esta raiz são:

1 – **A regressão das castas**;
2 – **A insurgência de ciência e da filosofia positivistas**;
3 – **A técnica e a ilusão da potência mecânica**;
4 – **O novo mito romântico e ativista**.

Essas são as quatro principais raízes da decadência européia, que nós consideraremos agora uma por uma, para pontualmente lhes opor nossos valores hierárquicos.

Assim serão dados os traços fundamentais de outra concepção de mundo e de vida que, para nós, deve valer como uma força secreta e como

a alma de nossa batalha.

A Regressão das Castas. O Ouro e o Trabalho

Fizemos menção da circunstância de que, se num modo totalmente genérico fosse preciso formular uma lei que nos desse o "sentido da história", para os tempos atuais não poderíamos falar de progresso, mas sim de **involução**.

A tal respeito há um processo que se impõe sobre a consideração de cada um de modo mais objetivo e manifesto: o processo de **regressão das castas**. Como "sentido da história", a partir do período pré-histórico tem-se exatamente o descenso progressivo do poder de uma a outra das quatro grandes castas: Casta Solar (régio-sacral), Nobreza Guerreira, Burguesia (mercadores) e Servos; através das quais, nas civilizações tradicionais, e particularmente na Índia ariana, a diferenciação qualitativa das possibilidades humanas encontrou seu reflexo.

No primeiro momento assistimos ao ocaso da época da divindade régia. Os Líderes, que são seres "divinos", os chefes que reúnem em si completamente os dois poderes, a autoridade régia e pontifical, pertencem a um remoto e quase mítico passado. Através de uma progressiva alteração da força nórdico-ária, formadora da civilização, foi cumprida a primeira quebra. No ideal germânico do Sacro Império nos reconhecemos o último eco desta tradição, deste "nível solar".

Desaparecido o ápice, a autoridade passa ao nível imediatamente inferior: estamos na casta dos guerreiros. Trata-se de monarcas que agora são simplesmente chefes militares, senhores da justiça temporal, soberanos políticos absolutos. Subsiste às vezes a formula do "direito divino", mas como uma mera reminiscência vazia. Detrás de instituições que só formalmente conservavam os traços da antiga constituição aristocrático-sacral, muitas vezes já na antiguidade não se encontraram soberanos mais do que estes tipos. Em cada caso, logo após a queda da unidade ecumênica medieval, este fenômeno manifesta-se de forma decisiva e definitiva.

Segundo decaimento: a aristocracia decai, a cavalaria se extingue, as grandes monarquias européias se "nacionalizam" e colapsam. Através de "revoluções" e de "constituições", quando não são simplesmente

suplantadas por regimes de tipo diferente (repúblicas, federação) transformam-se numa vazia sobrevivência, sujeita à "vontade da nação". Nas democracias parlamentaristas, republicanas ou nacionais, a constituição das **oligarquias capitalistas** expressa a fatal passagem da autoridade e da potência da segunda para o equivalente moderno da terceira casta: dos guerreiros aos mercadores. No lugar dos princípios viris de fidelidade e honra, penetra agora a doutrina do "contrato social". O vínculo social é agora utilitário e econômico, é o contrato sobre a base da convivência e dos interesses dos sujeitos. Deste modo, tal vínculo passa necessariamente do pessoal ao impessoal. O ouro atua como trâmite para isso, e aquele que dele se torna senhor e que o sabe multiplicar (capitalismo, industrialização) eleva-se também virtualmente à tomada do poder. A aristocracia cede lugar à plutocracia, o guerreiro ao banqueiro, ao usurário, ao industrial. O tráfico com a moeda e com o interesse, antes confinados aos guetos, convertem-se na glória e no ápice da época última. A força escondida do socialismo, da anti-hierarquia, começa aqui a revelar visivelmente seu poderio.

A crise da sociedade burguesa, a revolta proletária contra o capitalismo, o manifesto da Terceira Internacional e a correlativa e lenta sublevação e organização dos grupos e das massas em formas puramente coletivas e mecanizadas – nos marcos de uma nova "**civilização do trabalho**" – nos indicam finalmente a terceira queda, pela qual a autoridade tende a passar ao nível da última das castas tradicionais: a do escravo do trabalho e do homem massa; com a posterior redução de todo horizonte e valor ao plano da matéria e do número.

Se a espiritualidade extra-humana e a glória caracterizaram o período solar; o heroísmo, a fidelidade e a honra o período dos guerreiros; o ouro o período dos comerciantes e mercadores, agora, com a ascensão dos servos, deve aparecer justamente a exaltação do princípio dos escravos: o trabalho, o qual é elevado à categoria de uma verdadeira religião. E o ódio do escravo se eleva para proclamar com sadismo: "*Aquele que não trabalha não come*"; e sua estupidez ao se glorificar forma perfumes sacrais com exalações de suor humano: "*O trabalho enobrece o homem*", "O *trabalho é grandeza*", "*O trabalho é um dever ético*". Assim, pois, é colocada a pedra sepulcral sobre o cadáver, e o ciclo de involução parece se cumprir de maneira definitiva.

Nenhum outro ideal oferece o futuro aos sacerdotes do progresso. Hoje em dia dura a luta entre o onipotente senhor do ouro e a revolta do escravo;

e aquela “civilização”, da qual os contemporâneos se encontram tão orgulhosos, sustenta-se sobre uma engrenagem monstruosa, movida por forças brutas e impessoais: o ouro, o capital, a máquina.

Os vínculos de dependência, longe de debilitarem-se, consolidaram-se. Mas junto à força não procede mais a autoridade, junto à obediência não se encontra mais o reconhecimento, junto ao grau não está mais a superioridade. O senhor não é mais tal por ser senhor, mas sim o é agora por ter mais dinheiro, porque é um homem que, não enxergando nada para além da pequena vida humana normal, domina as condições materiais da vida, através das quais lhe é possível também subjugar ou impedir aquele que tenha alento infinitamente mais casto que o seu de destacar-se; temos assim pois a possibilidade do mais infame engano e da mais dura escravidão. Ao despersonalizar-se e mecanizar-se, a potência e o laço de dependência converteram-se em capital e máquina. E assim não é, de forma alguma, um paradoxo o fato de hoje em dia poder falar-se seriamente em uma escravidão verdadeira. Pode-se falar disso dentro da organização econômico-mecânica ocidental através da direção ao embrutecimento, a qual a “América livre” nos dá o melhor exemplo.

E quiçá, após um breve ciclo de gerações, devida e cientificamente educadas nas formas do “serviço social”, o sentido da individualidade será borrado totalmente, e com ele o último resíduo de consciência necessário para saber pelo menos que se é escravo. E virá possivelmente aquele estado de renovada inocência, que se diferencia daquele do Éden mítico pelo fato de que o trabalho nele reinará como lei universal e como único fim da existência, tal como descreveu Chigalew em “Os Possuídos”: esse é pois o ideal dos Soviets.

Tratar-se-á então de uma dependência, mas sem Líder, de uma organização indiferente a qualquer exigência qualitativa; tal será o ideal “social”, impessoal, composto de mera quantidade de dinheiro, e realizado pela pura força bruta.

Já dissemos: sem Líderes. Não cairemos em ilusões. Repetimos que a raça dos Líderes, se ainda não desapareceram por completo, tende a isso. E tudo procede num crescendo de nivelamento que se precipita até a vida mais material e sem face. As denominadas “classes superiores” ou “dirigentes” de hoje em dia não são tais senão por ironia; os grandes chefes de organizações financeiras mundiais, assim como técnicos, industriais, funcionários, etc., não representam nada mais do que aqueles “libertos”, a quem os senhores de outros tempos delegavam o controle dos servos e a

administração de seus bens. Um mesmo jugo os envolve no imenso e cego turbilhão automatizado de trabalhadores e de empregados, e imediatamente por cima deles escravos e libertos diretores de escravos, e por cima destes, ninguém, esta é a terrível verdade dos "civilizados".

E, posto que interiormente muito mais estreita, dependente e pobre é a jornada sem trégua, acalorada, saturada de responsabilidade dos senhores do ouro e da máquina, que a jornada de um humilde artesão, da mesma maneira o é a das classes "superiores" as quais o ouro não lhes serve senão para multiplicar morbidamente sua sede de "distração", de luxo, de voluptuosidade ou de ganância ulterior.

Não existe o menor rastro de Líderes em tudo isso. E, em sua ausência, não há nenhum sentido em toda esta pseudo-organização. Se se pergunta por um porquê, por uma justificação pelos milhões de seres reclusos entre seus ofícios e as máquinas – mais além da efêmera ebriedade com a qual estes homens buscam imitar a "liderança" das classes superiores – não se terá nenhuma resposta. Mas se nos elevamos na escala e perguntarmos aos chefes da economia, aos inventores, aos senhores do aço, do carbono, do petróleo, dos povos (por acaso não se vê hoje em dia como o problema político tende a reduzir-se ao econômico?), do ouro, novamente nos achamos sem nenhuma resposta. **Os meios para a vida dominaram, hoje em dia, a própria vida**, mais ainda, reduziram-na a um simples meio para eles. E assim uma grande obscuridade invade as luzes das ilusões soberbas do orgulho ocidental, uma obscuridade que se expressa em um mito novíssimo e monstruoso: o mito do trabalho pelo trabalho, do trabalho como fim em si mesmo, como valor em si mesmo e como dever universal.

A infinidade de homens sobre a terra deserta de luz, reduzidos à pura quantidade – somente à quantidade –, convertidos em iguais na identidade material de partes dependentes de um mecanismo abandonado a si mesmo, lançados no vazio sem ninguém que possa fazer mais nada, esta é a perspectiva que se encontra no fundo da direção econômico-industrial que dá o tom a todo Ocidente.

E aquele que sente que esta é a morte da vida e da ascensão da bruta lei da matéria, o triunfo de um destino muito mais espantoso, pois não se tem mais pessoas, sente também que não há mais que um remédio: destruir o jugo do ouro, superar o fetiche da socialidade e da lei de interdependência, restaurar os valores aristocráticos, os valores de qualidade, de diferença e de heroísmo, restaurar o sentido da **realidade metafísica** a qual hoje tudo a ela se contrapõe e que nós, portanto, afirmamos contra tudo.

E se tudo é compreendido como uma rebelião contra a tirania econômica, contra o estado das coisas no qual não o indivíduo, mas a quantidade de ouro, é o que manda; no qual a preocupação pelas condições materiais da existência dissolve a própria existência; se é compreendido como uma busca de equilíbrio econômico, sobre a base do qual tenham maneiras de libertar e desenvolver formas de vida já não apenas redutíveis ao plano material; se é compreendido de tal perspectiva, mas tão só dela, então poderemos reconhecer a certas correntes extremistas uma função necessária e um futuro.

A causa maior de uma falta de diferenciação qualitativa na vida moderna depende do fato justamente de que a própria vida moderna não deixa margem a um gênero de atividade que não se valorize em termos de utilidade prática e social. O prejuízo econômico cria um nivelamento, impondo-se converte todos em iguais, enquanto que as diferenças em função do ouro e das hierarquias mecânico-econômicas não são diferenças, pois as mesmas se relacionam com um nível único, com uma qualidade única; mais além desse nível, tomado na totalidade de suas possíveis diferenciações, seria necessário que existissem outros níveis que hoje não existem, independentes do primeiro e aos quais deveriam estar subordinados, e não o contrário como o vemos hoje em dia nas sociedades contemporâneas.

É por isto que à hipertrofia deste mal, a través de monstruosos trustes bancários e industriais, advoga-se o título de "imperialismo"; nós, como não sabemos chorar, só nos resta rir. Contrapor friamente a tudo isso a ideia de que uma revolução radical contra o ouro, o capital, a máquina, o interesse e o mito do trabalho, é o pressuposto imprescindível do verdadeiro *Imperium*. Passando à instância que no fundo serpenteia em toda a ideologia revolucionária como sintoma de rebelião contra a escravidão moderna, nós, sem embargo, a transcendemos, constatando que ela mesma encontra-se invadida do mesmo mal. Ela própria não vê nada além de problemas econômicos e sociais, não reclama a libertação do jugo econômico em nome de valores diferentes, **metaeconômicos** e **metafísicos** – não age para que forças desvinculadas do selo econômico possam trabalhar de forma profunda –, mas sim tão só em função de um ordenamento igualitário e ainda mais socialista, reputado como melhor, do mesmo problema econômico ordenado pelas necessidades puramente materiais e utilitárias das massas. Daí que em tais tendências exista uma desconfiança, um sofrível e enrustido ressentimento, não digamos pelo

espiritual, mas sim pelo próprio intelectual, reputado como um “luxo”. Mais além do equilíbrio econômico essas tendências não enxergam diferenças não econômicas. Elas não as vêem e não as querem ver, com o mesmo espírito de intolerância plebéia e igualitária de escravos em rebeldia que já se revelou na queda da antiga romanidade.

Concluindo, com duas armas se faz necessário lutar contra esta primeira raiz do mal europeu. Sobre uma delas não é necessário insistir: consiste em criar uma Elite, em buscar duramente profundas diferenças, interesses, qualidades novas na indiferenciada substância dos indivíduos de hoje em dia, de modo tal que se volte a despertar uma aristocracia, uma raça de Líderes e Dominadores. Sobretudo isso.

Em segundo lugar, é necessário um impulso, uma rebelião desde dentro que remova as correntes da máquina, da dependência extrínseca, inorgânica, automática e violenta, que parta o jugo econômico-capitalista, que não aceite o pensamento do trabalho imposto como lei universal e fim em si mesmo, que nos liberte, em suma, que abra a janela para o ar e para a luz. E que essa liberdade logre-se não pela violência, não pelo domínio das necessidades e jogos das paixões, interesses e ambições, mas sim por um reconhecimento espontâneo, dado pelo sentido de valores e de forças transcendentes, por fidelidade a nosso próprio modo de ser, qualquer que o seja; por consciência de natureza, de dignidade e de qualidade, isto é, reconstituir a hierarquia. Uma hierarquia orgânica, direta, efetiva, sendo mais livre e mais férrea que qualquer outra.

Como não reconhecer então que a realidade do passado é também um mito profético para um porvir melhor? O retorno ao sistema de castas é um retorno a um sistema de verdade, de justiça e de forma em sentido superior. Nas castas se tem um ideal de uma comunidade ativa, de profissão, de sangue, de hierarquia, de lei, de **deveres** e de direitos, que correspondem mais precisamente a pré-estabelecidos e típicos modos de ser, manifestações orgânicas de naturezas congenitamente refinadas. Nas castas se encontra justamente a vontade de ser aquilo que se é, a vontade de realizar a própria natureza e o próprio destino como qualidade, pondo em silêncio as veleidades individuais e oportunistas, princípios de toda desordem e desorganização, nisso se encontra a superação da uniformidade quantitativa, da centralização, da “standartização”, nisso se encontra a base para uma hierarquia social que imediatamente reflete uma hierarquia de modos de ser, de valores e qualidades, e que se eleva ordenadas por graus, do material ao espiritual, do informe ao formado, do coletivo ao universal

e supraindividual.

A antiga Índia nos mostra da maneira mais perfeita este ideal que, de modo diferente, encontra-se também em outras civilizações, até nosso Medievo Nórdico-Romano.

E outro não pode ser nosso ponto de referência.

Como substrato encontra-se a laboriosidade sã da classe inferior (*sudras*), não mais anarquizada por ideologias demagógicas, dirigidas por "experts" do intercambio, do tráfico, por dirigentes de uma organização econômico-industrial simplificada, em razão de necessidades simplificadas (*vaishya*); mais além dos *vaishyas* encontramos os *Kshatryas*, a nobreza guerreira, que na guerra reconhece o valor e o fim, no heroísmo, na glória e no triunfo pelos quais pode arder a superior justificação de todo um povo; mais além dos *kshatryas*, os *brahmânes*, a raça solar do espírito e da sabedoria, daqueles que "veem" (*rshi*) e que "podem", e que testemunham através de suas vidas que nós somos desta terra obscura, mas que nossas raízes vitais se perdem no alto, como mito e limite, o ideal do *Cakravarti*, o "Rei do Mundo", o Imperador invisível cuja força é oculta, todo-poderosa e incondicional.

Ciência contra Sabedoria

Assim como a potência ao despersonalizar-se e socializar-se converteu-se em ouro, em capital, da mesma maneira a sabedoria, ao despersonalizar-se e socializar-se, converteu-se em conceito e em racionalidade. E esta é a segunda raiz do mal europeu.

Tanto a filosofia quanto a ciência positiva ocidental são, em sua essência, fundamentalmente socialistas, democráticas e anti-hierárquicas. Elas propõem como verdadeiro aquilo que deve ser universalmente reconhecido, aquilo ante o qual qualquer pessoa – não importando a vida a qual se leve, sendo necessário apenas certa instrução – pode aceitar. E assim, da mesma maneira que no critério da maioria do democratismo político, as mesmas pressupõem a igualdade, e dominam sob o critério da quantidade tudo o que neste âmbito poderia ser qualidade, irredutibilidade da qualidade, privilégio da qualidade.

E não tem valor algum proclamar doutrinas individualistas ou também relativistas, quando já no modo de proclamá-las, que é o modo conceitual

da filosofia profana, demonstra-se haver aderido a ditos pressupostos democráticos, impessoais e coletivistas, que se encontram na base daquela filosofia. A via é sem embargo outra. Aqueles mesmos pressupostos deveriam em primeiro lugar ser refutados se não se quer cometer o mesmo absurdo de um imperialismo que, em lugar de impor-se por uma hierarquia desde do alto, da qual já tratamos, invoca a própria justificação ao reconhecimento popular. E aqui começaremos a saber com quais inimigos temos de lutar, em que maneira espantosamente a mesma cultura, não só a sociedade dos contemporâneos, seja uma democracia em ato e qual tipo de renúncia esses contemporâneos devem exigir para recuperarem a saúde.

Assim como o ouro é uma realidade que se converteu em indiferente com respeito à qualidade dos indivíduos que o possuem, da mesma maneira sucede o "saber" dos homens contemporâneos. Melhor dizendo: enquanto obediente a uma vontade de igualdade, a uma insofribilidade anti-hierárquica, e, portanto, a uma preocupação socialista, o saber dos europeus tem tido que se inverter necessariamente até alguma coisa sobre a qual a eficiência das diferenças individuais e da condição – para que se saiba – de uma ativa diferenciação individual, seja reduzida a um mínimo. Assim, esta se referiu ou à experiência física, igual aproximadamente para todos os homens enquanto animais (ciência positiva), ou ao mundo da abstração e das convenções verbais (filosofia e racionalismo).

A exigência da socialização do saber conduziu fatalmente a abstração do próprio saber, do mesmo modo que criou um hiato insuperável entre o saber e a vida, entre o conhecer e o ser, ademais que com aquilo que pode ser qualidade dos fenômenos e "**realidade metafísica**". É assim como no Ocidente o pensamento, quando não se reduz a um instrumento para descrever em maior ou menor medida convencional o aspecto mais exterior, geral-quantitativo e uniforme das coisas materiais, não é senão um criador de irrealidades, de "palavras reificadas", de vazios esquematismos lógicos, quando também não se resolve num esporte intelectual dos mais ridículos, por quanto mais feito com boa fé.

É daqui que vem toda a irrealidade do espírito moderno: separado da vida, o homem é hoje quase uma sombra que se agita entre esquemas, programas e superestruturas intelectuais, impotentes para dominar a realidade e a própria vida, enquanto que se faz sempre mais dependente de uma ciência que agrega abstrações a abstrações, escrava de leis fenomênicas constatadas por ela mas nunca compreendidas e que se esgotam todas numa exterioridade mecânica, sem que qualquer das

possibilidades tenha algum valor de possibilidade para o ser interior do homem.

Pelos limites próprios deste trabalho nós não podemos ir até o fundo desta questão. Não acreditamos que ela seja estranha ao problema do império, tal como nós o formulamos. O problema do império é o problema *par excellence*, com respeito ao qual não é possível que problemas particulares possam se separar e constitui um domínio em si mesmos. O particularismo, a indiferença recíproca das várias formas de atividade humana – aqui a ciência, ali a política, aqui a prática, ali a religião, e assim sucessivamente – são outro aspecto já ressaltado da decadência européia e um sintoma inequívoco de sua **essência inorgânica**.

Sobre o saber deve-se apoiar as dobradiças da hierarquia imperial; "*devem governar os que sabem*", isso já foi dito por Platão, e representa o ponto central, absoluto e definitivo em qualquer ordem racional das coisas. Entretanto, nada seria mais ridículo do que identificar um tal saber com qualquer tipo de competência técnica, ciência positiva ou especulação filosófica. Coincidindo, tal saber, com aquilo que no começo, com uma expressão tradicional usada tanto pelo Ocidente clássico quanto pelo Oriente, temos denominado Sabedoria. E a Sabedoria é algo tão aristocrático, individual, efetivo, substancial, orgânico, qualitativo, do mesmo modo que ao contrário o saber dos "civilizados" é democrático, social, universalista, abstrato, nivelador e quantitativo. E aqui, novamente, há dois mundos, dois olhos, duas concepções diferentes a serem formuladas uma frente à outra, sem nenhum tipo de atenuações.

Conhecer, segundo a Sabedoria, não quer dizer "pensar", mas sim, "ser a coisa conhecida", vivê-la, realizá-la interiormente. Não conhece realmente uma coisa aquele que não possa transformar ativamente sua consciência nessa mesma coisa. E sem embargo, somente o que resulta de uma experiência direta ou individual é o que valerá como conhecimento. E em oposição à mentalidade moderna, a qual àquilo que acontece de maneira imediata no indivíduo singular o denomina "fenômeno", aparência subjetiva, e põe detrás alguma outra coisa que é simplesmente pensada ou suposta (a "coisa em si" dos filósofos, o Absoluto das religiões profanas, a "matéria", o "éter" ou a "energia" da ciência) como a "mentalidade verdadeira", a Sabedoria é ao contrário um positivismo absoluto que denomina de real àquilo que se pode captar numa relação de direta experiência, e irreal, ilusório e abstrato todo o resto.

Objetar-se-á que deste ponto de vista todo saber se reduziria a coisas

finitas e contingentes dadas pelos sentidos físicos, e de fato assim se encontram as coisas e assim devem estar para a grande massa dos homens, a qual tão só desta finitude e contingência – que permanece também mesmo com todas as pseudo-explicações científicas – pode falar de saber efetivamente. Mas, ademais disso, nós sustentamos a possibilidade de formas de experiências diferentes da sensível do homem comum, não "dadas", nem tão pouco "normais", se bem possíveis de alcançar através de certos processos ativos de transformação interior. O próprio de tais experiências transcendentes (das quais o "supramundo", o "âmbito dos seres", os sete céus, as esferas de fogo, etc., da humanidade vinculada à Tradição foram apenas diferentes representações) é o de serem diretas, concretas e individuais quanto à experiência sensível mesma, e, sem embargo, capazes de captar a realidade fora do plano contingente, espaço-temporal, próprio de tudo o que é sensível, aspecto que também a ciência intenta superar, mas com a condição de transcender também tudo o que é verdadeiramente saber – visão, evidência individual e vivente – em meras probabilidades, em "uniformidades" incompreensíveis, em abstratos princípios explicativos.

Este seria o sentido com o qual falamos de realidade metafísica. Mantêm-se firme em todo caso a idéia de que queremos ter que ver com a experiência e só com experiência, que não há, desde o ponto de vista tradicional, uma realidade finita e uma realidade absoluta, senão um modo finito e um modo absoluto de experimentar a realidade, um olho finito e um olho absoluto, que todo o denominado "problema do conhecimento" se encontra encerrado na interioridade de cada ser, não depende da cultura, mas sim de sua capacidade de livrar-se do humano, seja do sensível seja do racional e emocional, e identificar-se a esta ou aquela forma de experiência metafísica, ao longo de uma hierarquia que procede até culminar em um estado de identidade perfeita, de visão espiritual, de plena atuação, suprassensível, suprarracional, da coisa no eu e do eu na coisa, que realiza um estado de potência, e simultaneamente um estado de absoluta evidência a respeito da coisa mesma, a partir do qual não se pede mais nada e se constata como supérflua qualquer atividade racional, tanto mais que qualquer falar.

Tal é, em poucas palavras, o sentido da Sabedoria que constitui a dobradiça do ensinamento metafísico e da ciência espiritual tradicional (cujo rito de iniciação operava originalmente justo a **transformação da consciência** necessária para o "saber" e o "ver" metafísico) e cuja tradição,

ainda por meios subterrâneos, conservou-se no Ocidente mesmo com toda judaização e a decadência da antiga civilização.

O ponto que se deve fazer presente é que a ciência sagrada e sapiencial, ao não ser como a profana "um conhecer", mas sim "um ser", não pode ser ensinada por livros ou universidades e transmitida em palavras; para conquistá-la é necessário **transformar-se**, transcender a vida comum numa vida superior. Ela mede exatamente a qualidade e a realidade da vida individual, da qual se converte em privilégio inviolável e parte orgânica, em lugar de ser o conceito e a noção que se pode fazer entrar na cabeça como uma coisa dentro de uma bolsa, sem que contemporaneamente por isso alguém tenha que se transformar ou se modificar.

Daqui que vem a natural aristocracia da Sabedoria, daqui sua decidida não vulgaridade, não comunicabilidade. Outro tabu dos europeus é justamente a comunicabilidade: eles reputam a tal respeito que o ser inteligível e o ser falante são a mesma coisa. Não se dão conta de que se isso pode ter sentido no referente a abstrações intelectuais e a convenções sobre a base de experiências – as que são próprias dos sentidos físicos –, supostas iguais aproximadamente para todos, ali onde cessa tal uniformidade, ali onde se reafirma uma diferença qualitativa, a comunicabilidade discursiva não pode ser mais usada como critério.

Fundando-se precisamente na evidência de experiências em ato, mais além de tudo aquilo que é experiência de homens comuns, a Sabedoria deixa aberta só uma via: intentar conduzir-se, por meio de um ato livre e criativo, ao mesmo nível daquele que expõe o ensinamento, no modo de saber por experiência o que o outro sabe ou disse com uma palavra que de outra maneira ficará tão só palavra. À socialização, despersonalização e conceitualização do saber, à inclinação democrática para vulgarizar, retirar a potência do superior para ser usado pelo inferior para que a maioria possa participar sem mover-se ou cessar de ser inferior, nós opomos de forma intransigente a atitude contrária, aristocrática: devem existir hierarquias no próprio saber, devem existir muitas verdades separadas entre si por fossos profundos, vastos, insuperáveis, correspondentes exatamente a muitas qualidades de vida e potência, a muitas diferentes individualidades; deve existir uma aristocracia do saber, e a "universalidade", comunicativamente democrática e uniformemente compreendida, deve deixar de ser um critério. Nós devemos descer até eles, mas eles estão obrigados a se elevarem até nós, de forma digna, ascendendo seriamente – de acordo com suas possibilidades, através da hierarquia dos seres –, se querem participar

das formas superiores e metafísicas, critérios em si mesmos e nas inferiores e físicas.

É daqui também que resulta a liberdade, o campo aberto, o alívio que deixa a Sabedoria. No saber socialização há, em vez disso, um sempre escondido "tu deves", existe sempre uma obscura e intolerante imposição moralista, aquilo que é "verdade científica ou filosófica" deve, enquanto verdade, ser reconhecida por todos, ante ela não é permitido atuar de maneira diferente. Enquanto expressão de um despotismo coletivo ela quer reinar sobre todos os indivíduos, convertendo-os em iguais com respeito a ela, e justamente sobre a base de uma tal vontade a mesma organizou-se, construiu suas armas, suas provas, seu método, sua violência. Na Sabedoria, pelo contrário, o indivíduo encontra-se "emulsionado", reintegrado, restituído a si mesmo, tem sua verdade, aquela que expressa exata e profundamente a sua vida, que é um modo todo particular de experimentar e de expressar a realidade, a qual não contradiz ou exclui outros modos diferentes que são igualmente possíveis na diferenciação sobre a qual se baseia a hierarquia da Sabedoria.

E que isto baste para o que se refere à segunda raiz do mal europeu e seu corretivo. Justificando-se assim por esta púnica questão o princípio de que **devem governar os que sabem**. Na ordem da Sabedoria a hierarquia do saber é coextensiva à hierarquia da força e da superioridade dos indivíduos. O **saber** é **ser**, e o ser é **poder**, em qualquer sentido, poder que atrai até si a dignidade do ***Imperium***. Não outro foi o verdadeiro fundamento do conceito original radicado, na Tradição, da **realeza divina**.

Frente a isso, iremos repetir: existe uma Europa toda com uma herança e uma organização plurisseculares, existe, por sua vez, o reino dos professores, dos intelectuais, dos "óculos" sem olhos, o mundo universitário, "culto", acadêmico, que ao arrogar-se o privilégio do saber e do espírito, servem tão só como testemunhas de qual grau pode chegar a decadência a abstração do homem moderno.

Os que Sabem e os que Crêem

Mas existe uma usurpação ainda maior: aquela que cumpre a religião – num sentido mais restrito e mais novo do termo – ao querer monopoliza o domínio e a competência do sagrado e do divino.

Sagrado e divino são matéria de fé: essa é a verdade que se impôs à Europa nos últimos séculos. Nossa verdade é outra: **melhor saber que não se sabe antes de crer**.

Na mentalidade contemporânea há um ponto central no qual a atitude da ciência materialista e da religião se encontram: numa idêntica renuncia, num idêntico pessimismo, num idêntico agnosticismo a cerca do espiritual, declarado e metódico em um caso e mascarado em outro.

O pressuposto da ciência materialista é que a "ciência" – no sentido de conhecimento efetivo, positivo e experimental – só pode saber a respeito do que é físico, e daquilo que não é físico não pode haver ciência, de modo tal que o método científico abandona tudo não-físico, por incompetência, à crença, à abstração apagada e arbitrária da filosofia, ou às "exigências" do sentimento e da moral.

Por outro lado, a religião, enquanto se concentra exclusivamente sobre a fé e não admite um ensinamento esotérico-iniciático mais além da religião profana exposta às massas, uma **gnose** mais além da superstição devota, cumpre a mesma renúncia. Com efeito, não se crê senão exatamente ali onde não se sabe e se reputa não poder saber. Por tal fato se reencontra o mesmo agnosticismo dos positivistas no relativo a tudo que não é tosca realidade material

Nós, pelo contrário, fundamo-nos numa tradição muito mais antiga do que possa reivindicar a "fé" do homem ocidental, e testemunhada não de forma doutrinal, mas sim por obras de potência e de evidência, nós afirmamos a possibilidade e a realidade efetiva daquilo que temos denominado Sabedoria. Quer dizer, afirmamos que é possível um conhecimento também positivo, direto, metódico e experimental no campo "metafísico", como aquele que a ciência esforça-se por conquista no campo físico, e que, como este, encontra-se por cima de qualquer crença, moral ou filosofia dos homens.

Sustentamos portanto que, em nome da Sabedoria de quem possa dar testemunho da mesma, devem ser desautorizados e relegados todos aqueles que, no âmbito das superstições religiosas, através de dogmas, de tradições no sentido mais estreito e sectário, alucinações e atos de fé cega, convertam-se nos custódios do sagrado e do divino. No lugar dos que "crêem" – cegos condutores de cegos – deve-se pôr aqueles que sabem e que, enquanto sabem, podem e são, assim como eram os homens-deuses conhecidos e venerados por todas as grandes tradições antigas.

Por tudo isso parece claro que nos determos naquilo que no campo

cognoscitivo é antieuropeu e antidemocrático, a respeito do que é Sabedoria na ordem da mesma obra, representa uma coisa totalmente distinta de um desvio supérfluo. Sem a referência à mesma a identificação que nos sustentamos, dos dois poderes, o sagrado e o temporal, em uma hierarquia única intensamente individualizada, não poderia ser justificada nem compreendida e seriam possíveis, em vez, erros de entendimentos dos mais sinistros.

Mas, compreendido agora de tudo que se trata, volta-se a confirmar e a reforçar nossa declaração, que nós, imperialistas intransigentes, não sabemos o que fazer com uma hierarquia religiosa (em oposição à gnóstica e iniciática). A uma organização material, a qual eventualmente uma hierarquia religiosa se agregasse, esta, na verdade, não aportaria nada, apenas um vazio contorno de formas vazias, uma fantasia de fé e sentimento, um embrutecimento por domas contraditórios e símbolos e ritos que não são seus, e dos quais já se perdeu o sentido; em suma, uma hierarquia religiosa não daria uma realidade superior, solar e testemunhada em potência, que nós pagãos compreendemos como espírito, daria em vez uma absoluta irrealidade, uma retórica antiariana e antirromana que se expressa no mesmo âmbito ético, favorecendo tudo aquilo que de feminino, de “romântico” e de fuga do mundo se tem acrescentado à alma ocidental.

É necessária uma superação, seja do idealismo religioso como do idealismo materialista, através de um positivismo transcendente, viril e olímpico.

Força Mecânica e Potência Individual

A terceira das ilusões européias é a potência mecânica que procede das aplicações tecnológicas da ciência profana, na qual, de maneira universalmente concordante, acredita-se ter um legítimo orgulho, o triunfo da civilização ocidental.

Pelo que se refere ao democratismo que se encontra na base do ideal de universalidade da ciência do Ocidente, se em sua exigência socialista e igualitária volta-se a encontrar o espírito geral da nova doutrina judaico-cristã, devemos reconhecer também antecedentes já no método socrático e

em alguns aspectos do sucessivo intelectualismo grego. Sem embargo, associando-nos a estas ordens de idéias com Nietzsche, podemos reputar tudo isso como uma antecipação e um prelúdio do espírito judaico-cristão, na medida que é justamente em tal espírito que vemos manifestar-se, de maneira mais desenvolvida, concreta e inequívoca, a instância universalista e igualitária. A cultura grega reflete, em vez disso, sumamente mais um conceito aristocrático do saber, e os temas principais de sua especulação foram tratados justamente pelas tradições da Sabedoria. A doutrina segundo a qual o saber efetivo encontra-se condicionado por um processo real de "purificação" e de transformação de si, presidido por uma iniciativa individual ativa ou pela potência tradicional de um rito, e tal saber não é um fato puramente mental e tanto menos – passando a outro aspecto – matéria de fé e de sentimento, fica como um tema fundamental do mundo clássico, até o Neoplatonismo. Ao contrário, na atitude passiva dos sequazes da nova doutrina, em sua intolerância por qualquer método e disciplina autônoma do indivíduo como via até uma "**gnose**", até uma experiência espiritual efetiva – intolerância escondida, mas presente sob as diferentes crenças sobre a "revelação", a "graça" e sobre o aspecto pecaminoso que assume toda iniciativa direta e precisa apoiada unicamente sobre as forças do homem –, em tudo isso se encontram suficientes temas de abandono que, unidos ao *pathos* democrático e igualitário, podem dar conta suficiente da eficiência do cristianismo mesmo no relativo ao caráter social, vulgarizado, inorgânico e impessoal do saber moderno.

Mas, mais além do malvado universalismo, na ciência moderna em particular há outro ponto-base que procede do cristianismo. E a ele queremos nos referir a seu pressuposto **dualista**. Na ciência moderna a natureza, com efeito, é pensada como uma coisa alheia, como um "outro" inanimado, exterior, completamente separado do homem; ela é assumida – ou se pensa assumi-la – como uma realidade em si, independente do todo de quem a conhece e do mundo espiritual de quem a conhece.

Agora bem, em tudo isso transita o tema que é próprio da atitude religiosa irrealista, oposta à imagem pagã-ária do mundo. Trata-se do tema da oposição do espírito e a realidade, quer dizer, a questão dualista: subjetividade do espírito contra objetividade da natureza; por fim, o tema da perda de sentido daquilo que significa justamente **objetividade espiritual**. Uma vez que se chegue a este ponto, a realidade natural converte-se em estranha, muda, sem alma, exterior, material. E justamente enquanto tal constituiu o objeto de uma nova ciência, a ciência profana

ocidental.

Mais além de não se esgotar num naturalismo – tal como hoje só a ignorância ou a falsificação tendenciosa de alguns pode apresentá-la –, mais além do conhecimento dos ideais da superação viril e da liberação absoluta, na concepção pagã o mundo era um corpo vivente, compenetrado por forças secretas, divinas e demônicas, por significados e por símbolos, de acordo com o dito de Olimpiodoro era a "expressão sensível do invisível". O homem vivia em conexão orgânica e essencial com as forças do mundo e do supramundo, de modo tal a poder se dizer, com a expressão hermética, que era "um todo no todo, composto de todas as potências". Não outro é o sentido que transita na doutrina ário-aristocrática do *âtmâ*. E essa concepção foi a base sobre a qual se desenvolveu, como um todo em sua maneira perfeita, o *corpus* das ciências sagradas tradicionais.

O cristianismo infringiu esta síntese, criou um abismo trágico. E assim, por um lado o espírito converteu-se no "mais além", o irreal, o subjetivo – daqui a primeira raiz do abstracionismo europeu –, por outro, a natureza converteu-se em matéria, exterioridade encerrada em si mesma, fenômeno enigmático – daqui a atitude que originaria a ciência profana[6]. E como ao saber interior, direto, integral, dado à Sabedoria, substituiu-lhe o saber exterior, intelectual, discursivo-científico, profano, simultaneamente com a conexão orgânica e essencial do homem com as forças profundas da natureza que constituíam a base do rito tradicional, do poder do sacrifício e da própria magia, substituiu-lhe uma relação extrínseca, indireta, violenta: a relação própria da técnica e da máquina. É aqui, desta maneira, que a revolução judaico-cristã contém o gérmen da própria mecanização da vida.

---

[6] – Não nos acuse de unilateralidade e de partidismo ao indicarmos os diferentes dualismos conhecidos também pelo antigo mundo pagão e oriental. Esses dualismos têm um caráter diferente do dualismo cristão. Também Platão conhecia o "outro", mas este "outro" era considerado como um não-ser, como algo inexistente e ilusório, não como uma realidade em si, e a idéia da matéria não foi conhecida pelos gregos, salvo pelo estoicismo tardio. A *mâyâ* oriental, mais que um dualismo, indica um sentido tal do espírito nas coisas, de fazer sentir o aspecto sensível destas como um véu de aparência enganadora. As doutrinas iranianas conheciam, é certo, duas forças cósmicas em luta, mas era justamente por isso que se encontravam no mesmo plano e se dirigiam ao sentido de uma síntese dada pelo predomínio final de uma sobre a outra. A natureza, pura, sem alma, puramente material e contraposta ao Eu nasceu tão só quando o espírito foi exilado num absoluto "mais além", quer dizer, só com a mentalidade judaico-cristã.

Na máquina achamos refletido o aspecto impessoal e igualitário da ciência que a produz. Assim como com o ouro achamos a dependência reduzida a sua forma impessoal, assim como a cultura moderna tem por ideal um saber universalista, bom para todos, inorgânico e transmissível como uma coisa, do mesmo modo no mundo da máquina nos encontramos ante uma potência também impessoal, inorgânica, baseada em automatismos que produzem os mesmos efeitos com absoluta indiferença em relação a quem atua. Toda a imoralidade de uma tal potência, que pertence a todos e não é de ninguém, que não é **valor**, que não é **justiça**, que pela violência pode fazer mais forte alguém sem que antes o converta em **superior**, resulta claramente visível. Sem embargo, como também resulta que isso é possível só porque não se encontra nem sequer uma sombra de um ato verdadeiro e próprio de tal esfera, nenhum efeito no mundo da técnica e da máquina é diretamente dependente do Eu como de sua causa, senão que entre o uno e o outro existe, como condição de uma eficácia, um sistema de determinismos e de leis que se conhecem mas não se compreendem, e que, como um puro ato de fé, reputam-se constantes e uniformes. Por tudo aquilo que um indivíduo é e por uma potência individual direta, a técnica científica não diz nada, pelo contrário, em meio de seu saber acerca de fenômenos e das inumeráveis diabólicas máquinas próprias, o indivíduo hoje é mais miserável e impotente como nunca o foi antes, sempre mais condicionado do que condicionador, sempre mais inserido numa vida na qual a necessidade de querer fica reduzida ao mínimo, o sentido de si, o fogo irredutível da entidade individual vai-se gradualmente apagando por um **cansaço**, um abandono, uma degeneração.

Com as "leis" descobertas por sua ciência, que para nós são simples abstrações estatítico-matemáticas, poderá também lograr destruir ou criar um mundo, mas não por isso sua relação real com os diferentes acontecimentos resultaria modificada: o fogo resultará queimando, seguiram modificações orgânicas perturbando sua consciência, o tempo, a paixão e a morte o dominarão com sua lei. De maneira geral ele será absolutamente o mesmo ser que antes, na mesma contingência que antes relativa àquele grau na hierarquia dos seres, que representa o homem em tudo aquilo que é humano.

Superar um tal grau, interessar-se por si mesmo, realizar a ação liberando-a, levando-a a atuar não por debaixo mas sim por cima dos determinismos naturais, não entre fenômenos mas sim entre causas de fenômenos, com a irresistibilidade e o direito próprios daquilo que é

superior, esta é, por sua vez, a via da verdadeira potência, que se identifica com a via da própria Sabedoria, porque ali onde **conhecer** significa **ser**, **certeza** significa também **potência**.

Mas este dever exige, sobretudo, a superação do dualismo, a restauração da concepção pagã da natureza, da concepção vivente, simbólica, sapiencial, que tiveram todas as grandes civilizações antigas.

Quando o homem, do estado de espectro em que se encontra, voltar a ser um "ser", um ser que é, e ressuscitar o contato e a simpatia com as forças profundas da natureza, o rito, o símbolo, e a própria magia não serão mais "fantasias", como a superstição daqueles que hoje, não tendo conhecimento de nada disso, falam como se tudo fosse uma superstição superada pela ciência, e se conhecerá que é justiça, que é sansão de dignidade, atributo natural de uma vida integrada, a qual se pertence como algo vivente, individual, inalienável.

Repetimos o que já dissemos no começo: a Europa criou um mundo que em todas as suas partes constitui uma antítese irremediável e completa do que foi o mundo tradicional. Não há compromissos e conciliações possíveis, as duas concepções do mundo encontram-se uma de frente a outra, separadas por um abismo a respeito do qual toda ponte que se faça é ilusória. Por outro lado, a civilização judaico-cristã está procedendo com uma velocidade vertiginosa em direção de suas lógicas conseqüências, e a conclusão última, sem que queiramos se profetas, não se deixarão esperar por muito tempo. Aqueles que enxergam tal conclusão e logram perceber todo absurdo e toda tragédia, têm que solicitarem a si mesmos a coragem de dizer um não rotundo a tudo isso.

É todo um mundo. Estas considerações sobre a ciência e sobre a máquina mostram, de maneira muito clara, até onde deve avançar uma renúncia, e como, apesar de tudo, a mesma é necessária e imprescindível. Renúncia que não pode significar um salto no vazio. As mesmas considerações mostram como deve ser possível um sistema diferente de valores, de possibilidades e de conhecimento, tão completo e total. Trata-se de outro homem e de outro mundo, os quais podem retornar e serem evocados desde as sombras, e ressuscitados a partir do momento em que esta onda de febre e loucura retire-se do Ocidente.

O Ativismo e o Mundo Humanizado

Com o advento da máquina, vincula-se estreitamente no Ocidente a denominada concepção ativista e “faustiana” da vida, enamorada do devir. A exaltação romântica de tudo que é esforço, busca, tragicidade; a religião ou, para melhor dizer, tomando a expressão de Guenon, a superstição da vida compreendida como um incoercível tender, como um princípio que nunca encontra satisfação e que, em perpétua sede e em perpétuo desgosto, dirige-se sem cessar de forma em forma, de sensação em sensação, de invenção em invenção; a obsessão pelo fazer e pelo conquistar, pelo novo, pelo “recorde”, pelo inusitado, tudo isso constitui o quarto aspecto do mal europeu, aspecto que caracteriza irreversivelmente a fisionomia da civilização ocidental e que em nossos dias chegou-se verdadeiramente a um desenlace paroxístico.

Já mencionamos de que maneira a raiz desta perversão pode ser referida também ao campo judaico-cristão. O espírito do messianismo é aqui seu espírito, sua matéria originária. A alucinação por outro mundo e por uma solução messiânica que escapa do presente é a necessidade de evasão dos falidos, dos rechaçados, dos malditos, daqueles que são impotentes para assumir e querer sua própria realidade, é a insuficiência das almas que sofrem, cujo ser é desejo, paixão, desespero. Gradualmente, tenazmente alimentada pelo judaísmo e convertida cada vez mais em galharda e necessária enquanto cada vez mais diminuída a sorte do “povo eleito”, esta obscura realidade partiu desde os baixos estratos do Império e foi o mito para a grande rebelião dos escravos, para a onda frenética que submergiu a Roma pagã.

E logo passando sobre a construção católica, deslocando-a para um lado, foi a loucura milenar; e quando a promessa e a espera mostraram-se falácias, e a meta se retirou retrocedendo até o infinito, permanecendo e exasperando-se a necessidade e o desespero, ficou um devir sem nenhum fim, uma pura tendência, uma gravitação no vazio.

A fuga desse mundo e o perene desenvolvimento do outro – esta angustia a respeito do mundo, que é o segredo da vida moderna e que desesperadamente grita poder ser um valor para escapar da consciência de si – é, por sua vez, o segredo mais profundo do cristianismo logo do fracasso de sua escatologia; é a maldição imanente que ele leva consigo e que se estendeu aos povos que se converteram, traindo o ideal olímpico, clássico, ariano.

Combinando o primeiro tema que vimos surgir do fracasso messiânico

– o tema da *ecclesia* convertida em lei de interdependência social – com este segundo tema que brota da mesma origem, nós nos encontramos ante a lei que domina toda a cultura e a sociedade atual: no plano inferior, o orgasmo industrialista, os meios que se convertem em fins, a mecanização, o sistema dos determinismos econômicos e materialistas, ante os quais a ciência se subordina – vinculado ao oportunismo, à carreira pelo êxito de parte de homens que não vivem, mas sim que são vividos – e, no limite, os novíssimos já mencionados mitos do progresso indefinido sobre a base do serviço social e do trabalho convertido em fim em si mesmo e dever universal; sobre o plano superior, o conjunto das doutrinas "faustianas", bergsonianas, das quais faláramos antes e a base da verdade socialista, do "devir do saber", do universalismo e da impessoalidade das filosofias.

Em última análise, tudo isso confirma uma mesma e única coisa: **a decadência, no Ocidente, do valor da individualidade**, daquele valor sobre o qual o próprio ocidental cacareja com tanto descaramento. Só as vidas que não se bastam a si mesmas buscam ao outro, têm necessidade de sociedade, de um sistema de apoios recíprocos, de uma lei coletiva, e tendem, – pois ao não ser, eles são busca, insatisfação, dependência a respeito do futuro –, são **devir**. As mesmas vidas sentem terror do que é o ambiente natural do homem, do silêncio, da solidão, do tempo vazio, do eterno, e atuam, agitam-se, dirigem-se daqui para ali sem tréguas, ocupam-se de tudo menos de si mesmas. Atuam sem sentir-se, para provar que são, solicitando à ação e a tudo que faz sua própria confirmação; efetivamente elas não atuam, mas são possuídas pela ação.

Tal é o sentido do ativismo dos modernos. Não é ação o que neles acontece, mas sim febre de ação. É o correr vertiginoso daqueles que se apartaram do eixo da roda e cuja carreira é tanto mais enlouquecida quanto maior é sua distância em relação ao centro. Tão grande e intensa é essa carreira, esta "velocidade", que a tirania da lei social no âmbito econômico, industrial, cultural e científico é fatal em tudo e por tudo, na totalidade da ordem das coisas que a mesma criou, uma vez que o indivíduo convertera-se em externo com respeito a si mesmo, uma vez que com o sentido da centralidade, da estabilidade e da suficiência interior perdera também o sentido do que constitui verdadeiramente o valor da individualidade. O ocaso do Ocidente procede irreversivelmente do ocaso do indivíduo como tal.

Dissemos no início que na atualidade ignora-se o que significa a ação. Esta é a verdade. Aquele que recorresse a algumas doutrinas tradicionais

hindus, das quais se poderia também achar correspondências em nosso Ocidente clássico, assombrar-se-ia ante a afirmação de que tudo o que é movimento, atividade, devir, mudança, é próprio do princípio passivo e feminino (*çakti*), enquanto o princípio positivo, masculino, solar (*çiva*) deve se referir à imobilidade. E assim também não se daria demasiada conta do que significa a outra afirmação contida num texto relativamente mais conhecido – o *Bhagavad-Gitâ* (VI, 18) – de que o sábio é aquele que distingue a não-ação da ação, e a ação da não-ação.

Nisto não se expressa, de forma alguma, aquele quietismo ou aquele contemplativo "nirvana", mas sim expressa-se a consciência daquilo que é verdadeiramente atividade. O conceito é rigorosamente idêntico ao que Aristóteles expressou ao falar do "motor imóvel", que é causa e senhor efetivo do movimento, sem se mover a si mesmo. Ele desperta, manda e dirige o movimento, faz atuar, mas não atua, quer dizer, não é transportado, não é pego pela ação, não é a ação, é uma superioridade impassível, calmíssima, da qual procede e depende a ação. Este é motivo pelo qual seu mando, poderoso e invisível, pode ser definido junto a Lao-tze como um "atuar sem atuar" (*wei-wu-wei*). Frente a isso, o que atua é já um atuado, o que é preso pela ação, o que se encontra ébrio de ação, de "vontade", de "força" no impulso, na paixão, no entusiasmo, é já um instrumento, não atua, mas sim padece a ação; e, portanto, aparece – para tais doutrinas – como um princípio feminino e de negação com respeito ao modo superior, transcendente, imóvel e olímpico dos Senhores do Movimento.

Agora bem, o que hoje em dia é exaltado no Ocidente é precisamente essa ação negativa, excêntrica, inferior, uma espontaneidade ébria que é incapaz de dominar-se e de criar um centro, que tenha fora de si a própria lei e cujo impulso secreto é uma vontade por distrair-se e atordoar-se. Chamam masculino e positivo, e exaltam, ao contrário, tudo que é feminino e negativo. Em sua cegueira, os homens atuais do Ocidente não vêem outra coisa e imaginam que a ação interior, a força secreta que não cria mais máquinas, bancos e sociedades, senão homens e Deuses, não é ação, e sim renúncia, abstração e perda de tempo. A "força" fica assim reduzida a um sinônimo de violência, a vontade fica cada vez mais identificada a um único tipo de vontade animal e muscular, da que tem como pressuposto uma antítese, uma resistência (em si ou fora de si) contra a qual se tende e se esforça. Tensão, luta, esforço, aspiração – *nisus, struggle* – tais são as consignas desse ativismo.

Mas tudo isso não é ação.

A ação é algo **elemental**. É algo simples, terrível, irresistível. Não há lugar nela para a paixão, para a antítese, nem para o "esforço", e muito menos ainda para a "humanidade" e o "sentimento". Ela parte de centros absolutos, sem ódio, sem berros e sem piedade, de uma calma que aterroriza e imobiliza, de um nível de "indiferença criadora" superior a qualquer oposição.

É o mando. É a potência temível dos Césares. É a ação silenciosa e oculta dos Imperadores do Extremo Oriente, fatal como as forças da natureza, de cuja pureza participam. É aquilo que se sente libertar-se da imobilidade mágica de algumas figuras egípcias, da lentidão alucinante de alguns gestos rituais. É o maquiavelismo desnudo, verde, em toda sua aspereza e inumanidade. É aquilo que se desencadeia quando – tal como sucedia na alta Idade Média feudal – o homem retorna só, homem próximo de homem ou homem contra homem, vestido apenas de sua força e sua debilidade, sem evasão e sem lei. É aquilo que resplandece quando – no heroísmo, no sacrifício ou no grande sacrilégio – surge de pé no homem uma força mais forte que o bem e o mal, que a piedade, que o medo e a felicidade, uma força ante a qual o olho não pode fixar-se e na qual se desperta a potência primordial das coisas e dos elementos.

Aquilo que em Física se denomina como a dissipação de energia por fricção, isso é o que os europeus denominam **heroísmo**, e do que, como crianças, gloriam-se. O tormento das almas aflingidas, o *pathos* das ingênuas mulheres impossibilitadas de dominar-se, de impor-se a si mesmas o silêncio e a própria vontade absoluta, tudo isso é o que hoje em dia é exaltado no Ocidente sob o nome de "sentimento trágico da vida", desde que alma cresceu o desequilíbrio e o dualismo, a "má consciência", o "sentido do pecado", o homem inimigo de si mesmo e violento contra si mesmo.

E de uma complicação surgiu outra complicação: a ação desapareceu detrás do prazer do sentimento e da tristeza. A resistência, quer dizer, a impotência converteu-se numa condição para o sentido de si, daí a necessidade do esforço, a exaltação romântica do esforço, o correr em círculo, o desejar, a superstição de que o valor não se encontra na chegada, mas sim em correr, não a posse ou o domínio, mas a conquista dolorosa, angustiante, não a realização precisa, desnuda, cumprida, mas sim a "tarefa infinita". O cristianismo, ao negar a harmonia clássica, o sentido da autarquia e do limite absoluto, o sentido da superioridade olímpica, da simplicidade dórica, da força ativa, positiva, dura e imanente, deu início a

um mundo de possuídos e encadeados.

Tudo no Ocidente fala de prisões, de sangue, de trevas, nada de liberdade. O grito de liberdade hoje se sente ressoar por qualquer lugar, mas não é senão um grito de prisões, um rugido de feras encadeadas, uma voz que vem de baixo. O “voluntarismo” moderno não é Vontade, mas é uma desesperada retórica que substituí a Vontade, um desafogo mental para persuadir-se de uma vontade que não se tem. E idênticos signos obsessivos, sintomas de preocupação, afirmações que atestam tão só a falta e a necessidade do que estas afirmam, são todas as modernas exaltações da “potência” e da “individualidade”, aspectos desesperados da decadência europeia sob uma lei penosa de “gravidade” e “dever”.

Posto que tudo no Ocidente é sinistramente grave, trágico, não livre. Tudo relata um sentido de necessidade profunda que em alguns se manifesta como extremo rigor, proibições, imperativismo, intolerância moralista ou racionalista, nos outros como empresa romântica e *pathos* humano. Claridade cristalina, simplicidade ágil manifestada em alegria espiritual de livre jogo, ironia e superioridade aristocrática, tudo isso não existe e não se concebe senão como um mito. Em cada coisa reina em vez um sentido de identificação, de queda, de interesse mórbido. É o mundo das prisões que ressoa ainda na humanidade maquiada com “heroísmo” e cosméticos, com um Beethoven e um Wagner. E quanta gravidade e paixão romântica existe na própria exaltação nietzscheneana da “gaia ciência”, na mesma trilha que Zaratustra!”. A maldição do Deus sacrificado estendeu-se por todo lugar, envolveu toda Europa como um bloco de sangue e metal, em sua obscura dor.

Este sentido “humano” da vida, tão típico do Ocidente moderno, confirma seu aspecto plebeu e inferior. Daquilo pelo qual alguns se envergonhavam – “o homem” –, outros, ao contrário, vangloriar-se-ão. O mundo antigo elevou o indivíduo até Deus, tratou de dissolvê-lo da paixão para adequá-lo à transcendência, ao ar livre das alturas, tanto na contemplação como na ação, conheceu tradições de heróis não humanos e homens de sangue divino. O mundo judaico-cristão não só privou a “criatura” do divino, mas também acabou rebaixando Deus a uma figura humana. Voltando a dar luz a um demonismo de um substrato pelásgico, substituiu as puras regiões olímpicas, vertiginosas em sua radiante perfeição, com as perspectivas terrificantes de seus apocalipses, de seus gêneses, da predestinação e da perdição. Deus não foi mais o Deus aristocrático dos romanos, o Deus dos patrícios em que se reza de pé, ante

o esplendor do fogo, com a frente alta e que se leva a frente das legiões vitoriosas; não foi mais Donnar-Thor, o aniquilador de Thym e Hymir, o “mais forte dentre os fortes”, o “irresistível”, o senhor da “ajuda contra o terror”, cuja arma terrível, o martelo *Mjolnir*, é uma representação correspondente ao *vajra* de *Çiva*, da mesma força fulminante que consagrava os reis divinos dos Arianos; não foi mais Odin-Wothan, aquele que leva à vitória, a Águia, o hóspede dos heróis que na morte sobre o campo de batalha celebram o mais alto culto de sacrifício e se transformam na falange dos imortais; mas sim, converteu-se, para dizer como León Rougier, no patrono dos miseráveis e dos desesperados, o holocausto, o consolador dos aflitos que imploram com as lágrimas do estase ante os pés do crucificado e na capitulação do próprio ser. Dessa forma, o Espírito foi materializado, o ânimo abrandado. Não se conheceu mais senão o que é paixão, sentimento, esforço. Não se viu mais o sentimento supramundano pela espiritualidade olímpica; também foram perdias, pouco a pouco, a dignidade viril nórdico-romana, e, num empobrecimento geral, um retorcido mundo de tragédia, de sofrimento e de enfermidade foi penetrando: o mundo “humano”, em vez do épico e dórico.

“Humanismo”: de tudo isso – suja neblina exalada pela terra, que veda a visão dos céus – existe quem se vangloria como se se tratasse do “valor” do Ocidente. Circula em cada uma de suas formas, encontra-se na raiz dos romantismos novos e velhos, de todos os humanitarismos, de todas as modernas febres de ação e vontade.

E nós gritamos: “é preciso purificar-se de tudo isso!”. Tarefa sumamente árdua como a extinção dos outros troncos já descritos que canonizam a decadência europeia.

O “humano” deve ser superado absolutamente, sem piedade. Mas para isso é necessário que os indivíduos elevem-se ao sentido da interior liberação. É preciso saber que esta não é objeto de sede, não pode ser objeto de busca ávida de parte dos encadeados que, como tais, não têm direito a isso. Esta não é como uma coisa simples que não se proclama nem se teoriza, da qual quase não nos damos conta, como uma presença natural, elementar e inalienável aos eleitos, ou ao contrário não é. Quanto mais se a quer, mais ela escapa, a necessidade lhe é mortal.

É preciso se deter, como quem, ao dar-se conta de correr alegremente sob um calor ardente, fala para si mesmo: “E se eu fosse mais devagar?”. E logo que fosse mais devagar, se perguntasse novamente: “E se eu deixasse de caminhar?”. E logo após parar de caminhar: “E se eu me sentasse?”. E

logo sentando-se: “E se eu me estirasse no chão, aqui nesta sombra?”. E, logo, estirando-se no piso, provando um alívio infinito e recordando com estupor sua corrida, sua velha prisão; da mesma maneira o ânimo dos modernos, que não conhece trégua, silêncio, nem descanso, deve ser gradualmente aplacado. **É necessário reconduzir os homens até si mesmos e obrigá-los a achar em si mesmos seu fim e valor**. **Que eles aprendam novamente a sentirem-se só, sem auxílio algum e sem lei, até que desperte o ato do absoluto mando e da absoluta obediência**. **Dirigindo friamente o olhar ao redor, que reconheçam que não há aonde ir, que não há nada o que pedir, nada a esperar, nada o que temer. Que respirem de novo, livres do peso, e que reconheçam a miséria e a debilidade tanto do amor quanto do ódio**. Que voltem a se levantar como simples... puras coisas já não meramente humanas.

Na superioridade dos aristocratas, na alta capacidade das almas senhoras de si mesmas, burlem-se do turbilhão de avidez com o qual os escravos se precipitam sobre o banquete da vida. Determinem-se numa indiferença ativa, capaz de tudo segundo uma renovada inocência. O poder de pôr em jogo a própria vida e de fixar os abismos sorrindo, de dar sem paixão, de atuar pondo num mesmo plano tanto o vencer quanto o perder, o êxito ou o fracasso. Que brote desta mesma superioridade, que faz dispor de si mesmos como de algo, e na qual se desperta verdadeiramente a experiência de um princípio mais forte que qualquer morte e qualquer corrupção. Que o sentido da rigidez, do esforço, do brutal “tu deves”, não exista mais senão como recordo de uma absurda mania. Reconhecendo a ilusão de todas as “evoluções”, de todos os “planos providenciais”, de todos os “historicismos”, reconhecendo todos os “fins” e as “razões” como andadores necessários tão só àqueles que, ainda como crianças, não sabem mover-se por si mesmos; os homens deixarão de ser movidos, senão que se moverão por si mesmos. Se seu Eu se converter no centro, destes homens e não mais espectros, ressurgirá então a ação em seu sentido primitivo, elementar, absoluto.

E aqui então, se a névoa maldita do mundo “humano” se dissipar, mais além do intelectualismo, mais além da psicologia, da paixão e da superstição dos homens, reaparecerá a natureza em seu estado livre e essencial. Tudo ao redor tornar-se-á livre, tudo finalmente respirará. Será superada através da experiência também a grande enfermidade do homem romântico: a fé. Ao homem assim reintegrado se abrirão efetiva e espontaneamente novos olhos, novos ouvidos, novas audácias. O

sobrenatural deixará de ser a pálida fuga de almas pálidas. Será **realidade**, e converter-se-á em uma só coisa com o natural. Na luz pura, calma, poderosa e incorpórea de uma ressurgida simplicidade dórica, espírito e forma, interioridade e exterioridade, realidade e suprarrealidade, converter-se-ão em uma coisa única, no equilíbrio dos dois membros, onde nenhum é mais e nenhum é menos que o outro. Será uma época de **realismo transcendente**. Nas forças de quem se crêem homens e não sabem que são **deuses dormidos**, voltarão a despertar as forças dos elementos, até os ápices da verdadeira iluminação.

E então, será superado também o outro grande vínculo humano, o do amálgama social sem face. Será translocada a lei que fez dos homens partes de uma máquina, pedras encadeadas no cimento impessoal do despotismo coletivo e das ideologias humanitárias, os indivíduos serão, cada um, princípio e fim em si mesmos, fechados cada um em si como mundos, rochas, picos, vestidos tão só de sua força e de sua debilidade. A cada um um lugar – um lugar de combate –, uma qualidade, uma vida, uma dignidade, uma força distinta, sem par, irredutível. Sua moral será: é preciso se impor à necessidade de “comunicar”, de “compreender-se”, à ignomínia do *pathos* da irmandade, à voluptuosidade do amar e do sentir-se amado, do sentir-se igual e afins, é preciso se impor a esta sutil força de corrupção que desagrega e debilita o sentido da aristocracia. Que seja querida a incomunicabilidade, em nome de um respeito absoluto e viril; vales e cumes, forças mais fortes e forças mais débeis, uma junto da outra, ou uma contra a outra, legalmente reconhecidas, na disciplina do espírito intimamente inflamado, mas exteriormente rígido e com a dureza do aço, que contem em magnífica medida o caráter desmedido do infinito; militarmente, como uma empresa de guerra, como num campo de batalha. Relações precisas, ordem, *cosmos*, hierarquia. Grupos rigorosamente individualizados que se organizam, sem intermediários e sem atenuações, através de ações nas quais alguns – homens e estirpes – ascenderão luminosamente, os outros irremediavelmente precipitarão. Em cima, seres solares e suficientes, uma raça de senhores de visão ampla, distante e temível, que não toma, mas sim dá em superabundância de luz e potência, e que, em uma conduta de vida decidida, aspira a uma intensidade sempre mais extraordinária e sempre equilibrada em sua calma sobrenatural.

Então o mito romântico, o do “homem” e do “humano”, desaparecerá e nos aproximaremos ao limiar da **grande liberação**. Num mundo de limpidez, as palavras de Nietzsche , o precursor, poderão então ressoar

num sentido transcendente: “Como são belas, como são puras, estas forças livres e não mais manchadas do espírito”!

Nietzsche, O Incompreendido

Uma vez mais nos conduzimos ante os mundos ideais, dos quais não queremos atenuar, mas sim, ao contrário, exasperar sua oposição.

Se é que há uma solução, ela deve dar-se unicamente numa ruptura e numa revolução total.

Temos chegado num ponto tal que não se deve mais esperar a eficácia dos enxertos. Não há nada que sobre a base de valores de nosso mundo contemporâneo seja capaz de salvar este cadáver que joga cada dia com as ressurreições e que confunde os temores da agonia com os do despertar.

É a substância mesma que deve ser destruída e renovada desde o fundo; sem o qual tudo o que pode ser dado como salvação será contaminado, não se salvará, mas sim padecerá do mesmo mal.

Em todos os campos – como já foi visto – as concepções hoje dominantes são a absoluta oposição aos pressupostos espirituais, sobre cuja base pode ser erguida uma restauração em sentido tradicional. Não se deve, portanto, hesitar, pretender que tudo que no homem moderno forma parte daquilo que o conduziu a atual perversão deve ser destruído. Mas ao mesmo tempo devemos sustentar com firmeza: **nós pretendemos a destruição tão somente na medida que conhecemos formas mais elevadas, mais gloriosas, mais viventes. Nós não queremos a negação, e**

sim a restauração. Há um sistema de valores completo, total, positivo, desenvolvido em correspondência com todas as outras formas acontecidas na “civilização” profana de hoje em dia, como base segura para superar – sem temor de terminar no nada – todas as negações próprias da decadência européia.

Ao demonismo do coletivo, ao anonimato da onipotente finança e à tirania do Ocidente socializado e judaico-cristianizado deve-se opor um ideal de um retorno às castas e à hierarquia qualitativa.

À ciência positivista e às profanações que – por seu intermédio – abriram todas as comportas ao plebeísmo do trabalho e da cultura, deve-se opor o ideal aristocrático da Sabedoria.

Ao abstracionismo hipócrita e moralista e aos formalismos de uma fé antiária, o ideal suprarreal e solar da iniciação.

À ilusão luciférica da potência técnico-mecânica, fruto de uma renúncia total, instrumento de novas necessidades e de uma nova escravidão, o ideal aristocrático da ação metafísica, a incondicionada potência que às elites de uma humanidade reintegrada podem oferecer o rito e a ciência sagrada tradicional.

À concepção romântica e faustiana da vida, a concepção liberada e dominadora nórdico-clássica e o ideal de uma experiência metafísica, como base para uma nova ação e uma nova contemplação.

O ritmo acelera-se, o círculo da civilização ocidental tende a se encerrar. Diante disso as atitudes possíveis são três:

1- Ou subtrair-se, levantando barreiras, abandonando a sua própria sorte os desviados e traidores de si mesmos, rompendo as pontes – inclusive antes de que pensem nisso os “filhos de Muspell” – para impedir que o contágio alcance nossos lugares mais escondidos.
2- Ou bem esperar a solução, **acelerando** o ritmo do “progresso”, esperando o final, ou, se isso não for suficiente, **determiná-lo**, de modo tal que o terreno se encontre livre para o fulminante surgir da nova árvore.
3- Ou bem assumir desde agora mesmo a voz de alarme e de rebelião, opor-se lentamente, tenazmente, sem piedade, com a força destrutiva por um lado e com força criativa por outro, à maré que ameaça levar as partes ainda sãs da Europa.

Mas, a base para tudo isso – repetimos mais uma vez – é o pressuposto para toda ação externa, é uma renovação interior. Antes de qualquer outra coragem, deve-se ter a **espiritual,** o que não nos consente tolerar nenhuma

confrontação e nenhum compromisso e que, manifestando a mais completa indiferença a quem nos acusa de ser anacrônicos, sonhadores, utópicos fora da realidade, pelo contrário nos levanta, impassíveis, na verdade tradicional.

E quem ainda não for capaz de fazer tudo isso só, pode achar um precursor dentro destes tempos obscuros, um incompreendido, que espera, todavia, nas sombras: **Friederich Nietzsche**. A experiência nietzscheneana não se encontra ainda esgotada, na medida em que na verdade nem mesmo começou. Encontrar-se-á já seguramente esgotada a caricatura estético-literária dele, condicionada pelo tempo, e também a redução biológico-naturalista de algumas partes de seus ensinamentos. Mas o valor que Nietzsche levou heroicamente e com o preço de um sofrimento sem nome – apesar de todo seu ser que se sublevava e cedia, até que, sem um lamento, logo após ter dado tudo de si, chega ao fim – foi derrubado. Esse valor, que se encontra mais além de sua "filosofia", mais além de sua humanidade, mais além dele mesmo, idêntico a um significado cósmico, reflexo de uma força eônica – o *hvarenô* e o fogo terrível das iniciações solares –, esse valor espera, todavia, ser compreendido e assumido pelos contemporâneos. Já no mesmo se encontra o alarme, o apelo ao desgosto, ao despertar e à grande luta, aquela no qual, tal como dissemos, ficará decidido o destino do Ocidente: cair no crepúsculo ou encaminhar-se a uma nova aurora.

Liberando a doutrina de Nietzsche de sua parte naturalista, reconhecendo que o "super-homem" e a "vontade de poder" só são verdadeiros enquanto são compreendidas como valores suprabiológicos, e, queríamos dizer, sobrenaturais; então, esta doutrina para muitos pode ser uma via através da qual se pode elevar-se ao grande oceano, ao mundo da universalidade solar das grandes tradições nórdico-árias, desde cujo cume se impõe o sentido de toda a miséria, de toda a irrelevância e de toda insignificância deste mundo de encadeados e possuídos.

Sobre esta base deve também compreender-se uma provisória ação prática, que deveria partir desde os mais altos pontos de vinculação, pelo momento ainda não acessíveis senão a uma pequena elite, enquanto que para os outros, que não compreendem, poderia ser só um motivo de confusão que os obrigaria a abandonar, na mão dos superiores, também os ideais de valor imediato, prático e irrealizável.

Os valores nórdico-pagãos são valores transcendentes, que recebem seu verdadeiro sentido só desde o interno daquela concepção completa

antimoderna e antieuropeia, que, em seus traços essenciais, já delineamos. Mas os mesmos também poderiam constituir princípios éticos, aptos para formar uma base para uma nova educação e para um novo estilo de vida, livres da hipocrisia, da vida e das alucinações das últimas gerações.

A experiência pagã não é uma experiência impossível e anacrônica, desde qualquer ponto de vista. Não sentimos, por acaso, quase todos os dias como o "paganismo" do mundo moderno é constatado e deplorado pelos representantes das religiões europeias? Esse paganismo é, em grande medida é verdade, um paganismo imaginário, trata-se de um mal onde se pode reconhecer as forças e as condições que em sua origem alteraram o mundo antigo pré-cristão.

Sob outros aspectos, em vez, esse paganismo é um paganismo verdadeiro. Trata-se de descobrir os aspectos através dos quais possa servir como meio para o fim, de modo a se transformar em alguma coisa positiva, sem ser de nenhum modo um sinônimo de materialismo e de corrupção, como lamentavelmente o reputa a maioria quando se fala de paganismo; convertendo-se em expressão de preparação para um estado superior e verdadeiramente espiritual, isso se permanecermos sempre fiéis às forças da raça nórdico-ária ali onde essas forças, se bem sempre oprimidas, não são vencidas.

O aspecto positivo do paganismo moderno o temos ali onde exista um realismo que signifique superação do romanticismo, onde se cumpra nas novas gerações uma não teórica, mas sim vívida eliminação dos diferentes espantalhos do pensamento, do sentimento, da arte e da moral; onde surja algo ordinário e bárbaro, mas unido às forças simplificadas, límpidas e dominadas da mais extrema modernidade, onde realmente aconteça uma nova objetividade, uma nova seriedade, um novo isolamento, que sem embargo não excluam a possibilidade de um unir-se na ação e para a ação; onde novamente despertem interesses mais para os objetos que para os homens, mais para as obras que para as pessoas privadas e as "tragédias" de seus autores, sejam estes indivíduos, raças ou coletividades; onde tome valor o impulso para sair da própria alma ao vasto mundo, restituído a seu caráter de eternidade e a sua indiferença ante o humano, não como uma fuga, mas sim como um retorno à normalidade, à naturalidade e à centralidade.

Tudo isso pode conter alguns princípios para uma provisória *catarses*. O esforço deve tender a que a via destas "superações" não desemboque – como na maior parte dos casos – sobre o plano da matéria e do mero

“viver” – do mero “mais perto” – para terminar assim no empobrecimento mais ignóbil das possibilidades humanas.

Seria necessário, pois, que os temas de um novo realismo, de um novo classicismo nórdico-pagão, de uma nova liberdade no essencial, no “antissentimental”, no “dórico” e no objetivo – que em modo desparramado mostram-se em diferentes tendências na geração mais recente, não poucas vezes acompanhados por temas viris de um novo nietzscheanismo – elevassem-se a um verdadeiro nível de espiritualidade (a achar vias que conduzam a algo que se encontra mais além tanto da matéria quanto do espírito, tal como o compreendeu a cultura moderna) e, através das elites antecipadoras, com um estilo de clara visão, de domínio e de perfeição individual, que desembocassem no extra-humano.

Se, sobre esta base, uma ética que podemos também denominar nórdico-pagã purificará nossas raças ainda saudáveis e as compenetrará integralmente em um novo estilo de vida, o terreno estará pronto para a compreensão e a gradual realização daquilo que tem um valor ainda mais alto e do qual temos falado para reconhecer que adiante, mais além, não se encontra o vazio, mas sim que o vazio se encontra tão só agora.

A Verdadeira Pan-Europa

A isto se pode vincular alguma consideração de ordem concreta acerca da situação da Europa contemporânea.

É um fato que, ainda no domínio meramente político e econômico, determinadas forças negativas que antes se manifestavam apenas esporadicamente e que se apresentavam numa condição desordenada, hoje se organizam, convertem-se em potências no verdadeiro sentido da palavra e, em sua pretensão hegemônica, em seu caráter destrutivo com respeito a tudo que em sentido estrito pode valer como tradição europeia, apresentam-se a nós como uma precisa ameaça ante a qual, também política e socialmente, impõem-se uma alternativa.

Assim como se encontram as coisas, surge um problema fundamental: é possível que a Europa, não obstante sua desordem econômico e política, possa afirmar sua autonomia ante potências não europeias e antieuropeias, ou, bem que, para salvar a própria existência, tenha necessidade de organizar-se unitariamente?

Este é o denominado problema pan-europeu, que o conde Coudenhouve-Kalergi (publicista e político austríaco do primeiro pós-guerra) recentemente formulou, assinalando a Rússia, a Inglaterra e a Ásia como as três principais potências ante as quais esse problema assume uma importância particular.

É, por demais, irrebatível o fato de que, dentro do sentimento geral de crise e de mal-estar hoje reinantes, que se expressa também no plano material da sociedade ocidental, as mentes melhores se vejam hoje obrigadas a evocar o ideal de uma superior civilização ecumênica, na qual um novo e uniforme princípio deveria organizar as raças europeias, dispersas e empobrecidas em suas forças e em suas individualidades.

O problema pan-europeu pode ser incluído em nossas considerações, e podemos dizer que o mesmo tem verdadeiramente um sentido e uma profunda razão de ser, enquanto é – *in primis et ante omnia* – expressão de uma necessidade de defesa da Europa ligada à Tradição. As vantagens práticas de uma união pan-europeia para nós pode ter um interesse tão só secundário e condicionado, não sendo o maior perigo que ameaça a Europa tanto um perigo material, mas sim **espiritual**. Não nos iludamos sobre a possibilidade de uma unidade sobre o plano da matéria e da "política", estes, por sua natureza, são planos da contingência, de relatividade, de irracionalismo e de compromisso, não se pode pensar que sobre eles pode ter vida uma forma dotada de verdadeira estabilidade não estando ali presente – como sua alma – um **princípio superior**. Só sobre o plano do Espírito pode tomar vida uma verdadeira unidade e ser superado todo impulso de cisma e de particularismo.

Localizando-se neste ponto de vista, pode-se também continuar vendo – com Coudenhove – a Rússia, Inglaterra e Ásia, como os principais centros de forças frente aos quais se faz necessário constituir um bloco europeu, mas com a condição de buscar ao mesmo tempo, o aspecto de perigo espiritual que corresponde a cada um deles.

No que concerne a Rússia, nos achamos ante a força mais ameaçadora para nosso futuro. Temos visto como os processos de regressão espiritual – particularmente em seu aspecto de queda do poder de umas após outras das antigas castas arianas – tenderam à insurgência de uma nova barbárie coletivista-proletária, mecanizada, inimiga declarada de tudo o que é liberdade, espírito e personalidade, tal qual justamente nos mostra a Rússia dos Soviets. Na consciência "obscuro-demônica" disto, os Soviets arrogam-se a missão profética de levar à humanidade futura uma cultura

universal, a cultura proletária com seu mito do homem-massa. E Coudenhouve justamente observa que, se ontem a Europa ante a revolução russa podia representar a ordem contra o caos, hoje justamente o contrário é a verdade: vemos os Soviets constituírem-se como um férreo bloco político, ideológico e econômico ao mesmo tempo, e se tal bárbara potência persiste na direção de uma absoluta organização de toda energia, de uma racionalização e uma organização de cada recurso natural e humano (do qual seu "plano qüinqüenal" é a primeira manifestação e até ao qual se encaminhou em função de determinadas intenções de domínio político internacional), então, para a Europa, fracionada por seus vários desacordos nacionais e internacionais, por sua economia e sobretudo por seus ideais, nada lhe resta a não ser encarar o perigo que não se pode subestimar.

No que concerne a segunda potência, a Inglaterra, a mesma deve ser considerada em sua estreita relação com os Estados Unidos, para poder valorar plenamente o antieuropeismo de uma cultura pragmática, mercantil, democrático-capitalista, essencialmente laica e protestante, chegada justamente nos EUA à sua conclusão final: o **mamonismo**, a desmedida padronização, a tirania dos *trusts* e do ouro, a humilhante religião da "socialidade" e do trabalho, a destruição de qualquer interesse metafísico e a glorificação do "ideal do animal". Assim, pois, desde este ponto de vista, a Inglaterra, cujo império mundial encaminha-se para o ocaso, constitui um perigo menor do que os EUA, que, objetivamente, pode considerar-se como o correspondente ocidental do mesmo perigo que no limite oriental representa para nós a Rússia dos soviets. A diferença entre as duas culturas não consiste senão nisto: aqueles temas que os soviets tratam de realizar com uma tensão trágica e cruel e através de uma ditadura e um sistema de terror, na América do Norte, ao contrário, prosperam com uma aparência de democracia e liberdade, enquanto se apresentam como resultado espontâneo, necessariamente alcançado através do interesse pela produção material e industrial, do desapego a respeito de todo ponto de referência tradicional e aristocrática, através da quimera de uma conquista técnico-material do mundo.

Pelo que se refere ao terceiro perigo, o asiático, para nós não subsiste no Japão europeizado e muito menos na China e na Índia. Foi mérito de Guenon pôr em relevo o fato de que justamente o contrário é o verdadeiro, quer dizer, que justamente o Ocidente é quem representa um perigo para esses povos, e mais, o princípio de sua decadência. O Ocidente injetou em

suas veias o **vírus da modernização**, causando a rápida dissolução de tudo o que estas grandes populações ainda conservavam de tradicional e de transcendente em suas organizações. Se num amanhã a Ásia, organizando-se como o Ocidente e participando de todas as contaminações do espírito moderno, representará um perigo político para a Europa, só esta é culpada e responsável de tudo isto. Do perigo asiático pode-se também falar num sentido totalmente diferente: trata-se do perigo que constitui para a alma europeia, particularmente na atual situação, uma espiritualidade ambígua, panteísta, confusa, em fuga com relação ao mundo, que se pode reencontrar nas milhares de correntes e seitas neomísticas e teosóficas contemporâneas, quase sempre vinculadas aos temas do humanitarismo, do pacifismo e da anti-hierarquia, estranhamente similares à cultura sincrética asiática da decadência do período alexandrino. Naturalmente, nada disso tem absolutamente nada a ver com o Oriente tradicional e sobretudo ariano; trata-se de um *pathos* que, no limite, pode nos conduzir ao substrato das raças inferiores, através de cujo domínio e civilização formaram-se as grandes culturas orientais, *pathos* que favorece justamente os fermentos de decomposição de um Ocidente judaico-cristianizado. Não menos e lamentavelmente em muitas correntes europeias o Oriente é conhecido e ativo sobretudo nesse sentido, e, esse sentido mesmo representa um perigo: o perigo de que, para combater o materialismo ocidental, caia-se num espiritualismo anti-ocidental e não viril.

Assim é como se integra a tríplice hostilidade ante a qual o problema de uma unidade europeia pode formular-se em seus verdadeiros termos. Lutar contra é aceitável, mas o essencial é: em nome de que ou de quem? Suponhamos que a Europa para poder se opor em sentido político e econômico à Rússia, como confederação das repúblicas soviéticas, ou aos Estados Unidos, organizar-se-á em modo precisamente correspondente aos ideais anti-hierárquicos “socialistas”, laicos, dessas duas potências, então nós veríamos que a solução positiva coincidiria com a negativa, a oposição equivaleria a uma escondida abdicação, a uma secreta claudicação, a um passar para o lado do inimigo justamente através da ação que deveria evitar a entrada. Por demais, seria desconsiderado pretender da soma de duas partes algo que não esteja presente nem mesmo em uma delas. Também representaria um absurdo iludir-se com que uma forma de qualquer tipo de unidade europeia pudesse servir para algo, se os povos que a integram não se encaminhassem, cada um por sua própria conta, a uma reação no mesmo sentido, a uma integração espiritual que refizesse tudo o que neles tende à

direção russa ou americana. Trata-se ao contrario de fazer de modo tal a que se comece a crer num espírito unitário que dê efetivamente a esses povos a possibilidade de achar-se unidos organicamente e, por assim dizer, espontaneamente em algo superior ante a própria existência individual.

A alma destas integrações e reações individuais, que desde o interno poderiam preparar o terreno para a formação de um bloco europeu, material e espiritual ao mesmo tempo, encontra-se nos ideais defendidos por nós, nos valores integralmente assumidos pela tradição nórdico-ária, como base para uma restauração aristocrática.

Coudenhove-Kalergi crê reconhecer como componentes da “alma europeia” – e, em conseqüência, como pressupostos para uma nova pan-Europa – o individualismo, o heroísmo e o socialismo, valores que a Europa moderna tomou da tradição clássica, ou melhor, nórdica e cristã. Mas a união desses três valores é algo comprometedor: a introdução do “socialismo” como valor europeu – tal como todas as nossas anteriores considerações o mostram – equivaleria a uma espécie de Cavalo de Tróia, que cedo ou tarde colocaria o bloco europeu em exposição àquelas forças que caracterizam o perigo ao qual nos devemos opor, e contra as quais se deve combater. Coudenhove-Kalergi caiu neste erro porque viu o componente do “individualismo” desde um ponto de vista puramente pluralista; portanto, aceita, como compensação da divisão e do atomismo aos quais poderia levar o individualismo, o direito do “socialismo” como cimento unificador. Em verdade, ao contrário, há um individualismo que já em si mesmo – através dos valores da fidelidade, do serviço e da honra – contem os gérmens para uma superação do isolamento e do egoísmo do sujeito e abre o caminho à possibilidade a uma limpa e saudável hierarquia. Nem os Romanos, nem as estirpes primordiais nórdico-árias tiveram necessidade de esperar o socialismo cristão para se elevarem a formas reais e superiores de organização. Por demais, há socialismos e socialismos: existe o socialismo ariano, como ideal guerreiro de associação de livres senhores, e o socialismo judaico-cristão, ambíguo, totêmico e não viril, feito de recíproca necessidade e de *pathos*, com o qual não saberíamos o que fazer, e que consideramos uma ofensa para alma europeia.

Se em nossa concepção a ideia aristocrática é o primeiro fundamento para uma restauração tradicional, com isso temos simultaneamente o princípio que, ainda em sentido prático e político, poderia levar-nos a uma superação daquilo que em substância hoje se opõe a uma unidade europeia.

Esse substancial opositor é o **nacionalismo**. Vemos como, com efeito, a

queda daquela unidade ecumênica que a Europa do Medievo já possuía efetuou-se através do nacionalismo. Havendo decaído o ideal hierárquico-aristocrático medieval, vindo a menos a diferenciação entre as castas e as corporações, havendo tomado seu lugar a obra da centralização nacional e da criação dos "poderes públicos", e havendo passado os chefes das funções superiores que os ligavam a uma "liturgia da potência", a uma ingerência direta e absolutista sobre o campo de uma política agora vinculada diretamente à economia e à nação, compreendida como país e coletividade, teve-se então uma materialização e uma regressão, que abriram as vias a um particularismo desagregador, àquele particularismo que ainda exasperadamente perdura e sobre o qual se regem as diferentes nações europeias, uma contra a outra, como outros tantos cismas, como outros tantos conceitos que se contrastam, e detrás dos quais se esconde uma série de hegemonias de tipo meramente políticas, econômicas e territoriais.

Portanto, somente tomando o caminho em sentido oposto – de modo natural, sem ter que voltar necessariamente a formas condicionadas pelo tempo, senão retomando seu espírito – pode-se passar a uma realização do ideal de uma unidade europeia. Na medida em que, assim como hoje o espírito é um instrumento a serviço da política, uma aristocracia pode ser confundida com uma plutocracia e com os chefes de uma organização puramente econômica, administrativa ou militar, também o Estado é considerado justamente, e tão só, uma nação, e não hierarquia de castas, correspondente a uma diferenciação e a uma hierarquia de valores; na mesma medida os apetites, o egoísmo, a competência, os planos de uma indústria ávida, etc., por quanto sejam esses também irracionais e autodestrutivos, serão as forças mais fortes cuja qualquer frente de intento de unificação fracassará.

É mais necessário que aconteça uma descentralização e uma desmobilização econômica, que o Estado, como princípio espiritual, liberte-se de seu aspecto material, que ponha nesse aspecto um âmbito **limitado**, sobre o qual o mesmo se eleve seguindo justamente o ideal hierárquico integralmente compreendido que, enquanto tal, nunca poderia terminar naquilo que é condicionado pelo particularismo e pelo materialismo, pela etnia e pela geografia. Nos diferentes estados temos então outras tantas aristocracias que vivendo uma mesma tradição do espírito e uma mesma liturgia da potência, aderindo interiormente aos valores essencialmente supranacionais desta tradição, determinaria uma

efetiva unidade desde o alto: aquela unidade supranacional que une o espírito sem mesclar os corpos.

De tal modo poder-se-ia chegar a uma Pan-Europa, poder-se-ia determinar coerentemente tudo o que é útil para resolver a crise européia e para formar um bloco europeu contra os perigos que, também materialmente, ameaçam sepultar os resíduos de nossa antiga civilização. Em alguns casos a unidade européia poderia ficar em um estado de realidade vivida, que não tem necessidade de nenhum ordenamento exterior. Mas em outros casos deveria estar pronta para mostrar, também dinamicamente, sua potência, recolhendo, em um impulso único e invencível, e em uma vontade única, as várias raças e tradições para um único fim de defesa ou de conquista, mas ainda seguindo sempre um impulso desde o alto, que deixe detrás de si os cegos determinismos das paixões políticas, que obedeça a uma idealidade, a algo universal e transfigurante, a uma aproximação com o ideal das Cruzadas, na qual a Europa, pela primeira e única vez, realizou uma ação universal, unificadora, mais além dos limites nacionais e de sangue.

E para a forma política de uma tal unidade, que estaria em conformidade com a tradição europeia, não podemos senão indicar novamente o *ethos* sobre o qual se basearam as antigas constituições nórdico-pagãs. Nós, portanto, pensamos naquelas livres associações que em tempos de paz eram como um parlamento de pares, de senhores independentes no interior do próprio *mundum*; em tempos de guerra, em vez, ou no momento de um fim comum e até quanto durava a ação comum, permanecendo sempre prontos para o chamado, transformavam-se com seus homens em vassalos absolutamente fiéis a um único Líder.

O Mito das duas Águias

As considerações que temos feito recentemente se adaptam para nos remetermos a um problema ainda mais concreto: consiste em avaliar o ponto desde o qual poderia partir a ação para uma nova unidade europeia.

Segundo nossa convicção tal início não se poderia ter de outra forma que não fosse através da união das duas Águias: **a Águia Romana e a Germânica**. Lenin disse numa ocasião: “O mundo romano-germânico

constitui o obstáculo maior para a realização do novo ideal proletário". Esta confissão é de grande valor para nós.

Se existe a necessidade de formar um cinturão de isolamento dos países europeus que podem com autoridade dizer de si mesmos que possuem uma tradição, contra aqueles que não tem nenhuma, ou porque renegaram-na ou porque perderam-na, e que para os primeiros, de uma forma ou de outra representam um perigo, então, só a união da Itália com os países germânicos pode constituir, desde nosso ponto de vista, o coração da formação de um bloco tal. O mundo romano-germânico representa o símbolo e a fonte de tudo aquilo que no Ocidente pode denominar-se "civilização" em sentido verdadeiro, qualitativo, tradicional, da mesma maneira que, ao contrário, o desvio socialista, mecanicista e plebeu, representa, como nós sabemos, a mais vergonhosa queda. **Itália, Alemanha e Áustria foram conjuntamente o pólo tradicional do Ocidente**. De leste a oeste pressionam povos antitradicionais: os Eslavos não tiveram nunca uma tradição, e nem sequer os Estados Unidos possuem uma; França, republicana e decadente, africanizada e mecanizada, primeiro foco da moderna insurreição dos escravos, já não tem tradição; a antiga Inglaterra aristocrática encontra-se nas mãos da democracia e está já, desde tal ponto de vista, próxima de seu declínio; os verdadeiros satélites do Mediterrâneo, dos Balcãs e do Norte, em níveis diferentes, inserem-se no mesmo marco e não têm nenhuma possibilidade de aproximarem-se a algo que tenha valor de um símbolo universal.

Nós não hesitamos em afirmar que na medida em que os esforços de uma rebelião e de uma restauração que se manifeste à sombra de signos essencialmente pagãos e arianos – por um lado a Águia e a Cruz Gamada, por outro a Águia e o Fascio Lictório – tivessem que assumir uma importância superior entre os povos alemão e italiano, isto não poderia fechar-se no denominado "sagrado egoísmo". Por demais, a um vínculo que não esteja ditado por interesses não só políticos, econômicos e militares – como no imoralismo do que hoje unicamente mantém estreitamente vinculadas ou bem divididas as nações – a um vínculo de tipo orgânico, integrativo do espírito e do intelecto, assim como do corpo, a nosso entender, são justamente chamadas sobretudo as nações italiana e alemã. E não hesitamos em afirmar que a restauração – em formas diferentes – daquilo que antes da guerra já teve sua problemática antecipação na "Tríplice Aliança", represente também a meta para um futuro melhor. A isso se une a possibilidade de dar à Europa um primeiro

centro, um sadio fundamento para sua defesa em todo sentido.

Naturalmente, o pressuposto é que nos dois países aconteça aquele processo de reintegração viril e solar do qual já falamos, e frente ao qual tudo o que a Alemanha e a Itália já oferecem sobre a base de sua nova ideia política não se possa considerar senão como uma preparação explorativa.

Em cada caso, a Itália já cumpriu um enorme passo à frente, ao eliminar os últimos resíduos que, se bem já gastos, ainda persistiam daquela ideologia do *Resorgimento* que se obstinava em apresentar a Áustria e os países germânicos em geral, como seus "inimigos seculares", e aos outros, latinos, como "irmãos". E se a Itália evocará um ideal imperial, o antigo ideal romano, não só de nome, mas também de fato, pensar então que as guerras tenham que ser feitas por ideologias românticas e "patrióticas" resultará simplesmente em algo ridículo. Seguramente, aproximar-se-á também o dia no qual – mais além dos impulsos superficiais e ilusórios – a própria guerra mundial revelará o sentido que não terá mais nada a ver com os hipócritas pretextos de uma ideologia humanitária e antiaristocrática. Mussolini já esclareceu que "a guerra mundial foi revolucionária porque, em meio ao banho de sangue, liquidou o século da democracia, do número, da maioria e da quantidade". Com efeito, a guerra mundial não significou outra coisa do que a insurreição e a coalizão dos nacionalismos plebeus e da moderna democracia mundial contra aqueles povos nos quais, no fundo, haviam-se conservado os últimos resquícios do antigo ordenamento imperial-feudal, e que lutaram mais em nome do conceito feudal do direito e da honra que do princípio plebeu moderno da terra e da "nação".

A respeito de tudo isso também existe um correlato para os povos germânicos. Se a Itália, do ideal nacional – do qual em menor medida tem uma própria tradição antiga, e isso, portanto, vincula-a mais com a nova ideologia francesa – deve passar ao ideal imperial-universal, que possui em virtude da ideia romana, na Alemanha devem ser superadas as barreiras daquele fanatismo e nacionalismo da raça, com o qual no fundo se cairia num particularismo materialista e antitradicional. É necessário também que a Alemanha desperte para sua melhor tradição, da supranação do Sagrado Império Romano da Nação Germânica. E então a via para aquele "Terceiro Reino", prenunciado por muitas correntes contemporâneas da restauração alemã, não poderia evitar de conduzir ao ponto no qual – como na época ecumênica medieval – a Águia romana novamente se una com a Águia nórdica.

Se a Alemanha deve defender a tradição nórdico-ária, deve então

distinguir-se – tal como nós o temos feito – entre o significado inferior, biologicamente condicionado, e portanto contingente e particularista, e o significado superior, espiritual, deste conceito, que não exclui o primeiro, senão que o integra e o conduz essencialmente à ideia de um tipo, de uma força primordial formadora, que deve ser despertada como força criativa também da nova unidade e da nova civilização da Europa. Se se permanece no nível onde o mito do sangue e da raça tem o valor de instância última, é evidente que a pretensão de uma missão universal, própria das raças superiores, encontre em princípio alguns obstáculos. Desde nosso ponto de vista, propriamente esta atitude de alguns ambientes nacionalistas germânicos deveria ser superada, não no sentido de uma renuncia, mas sim através da afirmação de uma ideia superior, livre do condicionamento da natureza e da contingência. Um nacionalismo espiritual não poderia nunca ser um obstáculo para um ideal universal, constituindo-se em próprio pressuposto deste.

Se Muller Van der Bruck tem dito que a Alemanha, logo de haver perdido a guerra, deve vencer a revolução, esta expressão para nós deve ser essencialmente compreendida no modo que a Alemanha deve rechaçar todo conceito reformista que a levaria na direção daquelas ideias políticas personificadas sobretudo por seus antigos adversários militares. Justamente nisto que hoje alguns deploram, quer dizer que a Alemanha não tem sido todavia uma "nação", no sentido de uma união social e anti-hierárquica de todas as castas, nós vemos o valor e o aspecto positivo e antimoderno deste povo. Devemos nos desfazer de todo socialismo, fazendo decididamente frente contra algumas extravagantes tendências de uma certa juventude. É uma prova sumamente indicativa de falta de consciência que nos demonstra aqueles que sustentam que a tradição alemã se havia detido no espírito da insurreição luterana e das guerras campesinas (sobre cuja base inclusive se chegou a proclamar uma "mensagem do Oriente", segundo a qual uma Alemanha "socialista" deveria unir-se à Rússia contra Roma e os resíduos do "feudalismo"), em vez de buscar seus verdadeiros fundamentos no mundo medieval e no *ethos* ário-germânico. Se podemos nos achar próximos a um antirromanismo de um imperador gibelino em luta contra o jugo sobre o qual havia querido obrigá-lo uma Roma passada ao campo de uma religião semítica, não nos podemos achar do mesmo modo com um antirromanismo de um rebelde sem tradição, que voltou aos textos da "revelação judaica", pesando-lhe demasiadamente aqueles resíduos de imperialidade, de hierarquia e de autoridade que Roma

conservava apesar de tudo. Deve-se sustentar com firmeza que, na mesma medida na qual o cristianismo representou a grande queda da humanidade nórdico-germânica, a Reforma representou a grande queda da humanidade nórdico-germânica e que é preciso a ela se opor não em nome da igreja senão em nome da própria tradição nórdica, em nome do espírito pagão integralmente assumido. Elevados a esta convicção, muitas antíteses artificiais que alguns alimentam contra Roma (também em um superior nível espiritual e cultural, por incompreensão ou falta de coragem espiritual ou por espírito sectário) serão automaticamente eliminadas. Lutero se encontra tão longe do verdadeiro ser aristocrático germânico como o está o socialismo de Karl Marx.

Passando agora a um ponto de vista mais empírico, na Itália, com o Fascismo, já teve início a manifestação de uma luta contra o câncer parlamentarista, contra a democracia e o socialismo. Uma vontade de ordem e hierarquia, de virilidade e de autoridade está invadindo a nova realidade nacional. Reconhecer aquilo que de positivo pode haver em tudo isso não deve nos impedir de reconhecer os múltiplos limites que, se perdurarem, manterão todavia aleijada a Itália de uma verdadeira restauração aristocrático-tradicional. A tendência fascista à centralização estatal tem por certo o valor de um antídoto contra o liberalismo democrático e o individualismo anárquico-desagregante, mas, sem embargo, deve ser moderada se é que se quer evitar o despotismos dos “poderes públicos” que, com necessária conseqüência, provoca a nivelação e o decaimento num mecanismo impessoal. Assim, a ideia corporativista do Fascismo, ainda tendo o valor de uma elevada superação de um ideal de colaboração, não deve conduzir nem a uma afirmação da política através da economia, nem a uma subversão no sentido sindicalista ou a uma estatização da economia, como é o desejo de alguns fascistas que consideram o movimento como um cumprimento da revolução moscovita. Trata-se mais bem de fazer reviver e tutelar o sistema qualitativo e pluralista das guildas e das corporações medievais, com sua relativa autarquia e, sobretudo, com sua secreta espiritualidade, sua superioridade com respeito à mera ganância e ao mero orgasmo ativista-produtivo. Naturalmente, na medida que isso seja todavia possível no mundo atual, devastado pela máquina e encadeado aos determinismos de uma onipotente finança internacional. A “revolução” fascista conservou a monarquia – e isto já é muito – mas não logrou ainda remeter a monarquia de mero símbolo à potência vivente. A monarquia, ainda no marco do Fascismo,

segue sendo lamentavelmente uma monarquia que “reina mas não governa”. Por outro lado, as denominadas “hierarquias” do Fascismo, quase sempre não se compõem senão de simples chefes de partido, muitas vezes gente que veio de baixo, sem nome nem verdadeira tradição espiritual, dotada mais da capacidade de sugestão dos “tribunos do povo” ou dos “capitães de ventura”, no sentido laico do Renascimento, que de traços verdadeiramente aristocráticos. Preso pelas lutas e preocupações da política concreta, o Fascismo parece desinteressar-se de criar uma hierarquia em sentido superior, que se apóie sobre valores puramente espirituais e que alimente tão só desprezo por todas as contaminações provenientes da “cultura” e do intelectualismo moderno, de modo tal a deslocar novamente o centro sobre algo que se encontre por cima seja da limitação laica seja da religiosa. A evocação fascista dos símbolos romanos se encontra ainda muito longe de acompanhar-se com a evocação da ideia romano-pagã, não só militar, senão sacral, do Imperium, que converteria em manifesta a totalidade do aspecto de compromisso e puramente oportunista a união de um fascismo integral com uma interpretação qualquer da religião judaico-cristã. Assim, pois, o fato da concepção fascista do Estado parecer ser essencialmente laica, “política”, quanto mais “ética”, faz de modo tal que até mesmo nós, imperialistas pagãos, consideremos como “melhor que nada” a situação em razão da qual o Fascismo, apesar da contradição, paga à Igreja romana – como portadora de autoridade universal supraterrena – ao menos o tributo de reconhecimento de sua primazia. Na mesma medida em que estes limites pudessem ser superados, a Itália, na via do Fascismo, poderia estar entre os primeiros povos os quais a provisória restauração tradicional e aristocrática chama a destinos superiores.

No que se refere à Alemanha, em consideração ao estado de luta no qual hoje ela se encontra, trata-se sobretudo de pôr em evidência os ideais e os mitos que melhor poderiam orientar as correntes, convertidas em impacientes pela situação atual. Se a Cruz Gamada, o signo ário-pagão do sol e do fogo que arde como força própria, seguramente pertence aos símbolos que melhor que qualquer um poderiam reconduzir a um verdadeiro renascimento germânico, sem embargo, devemos reconhecer que o nome do partido político que a retomou como emblema e que hoje se encontra revolucionando a Alemanha no sentido fascista, é muito pouco feliz. Com efeito, deixando de lado a referência à classe dos trabalhadores, tanto “nacionalismo” quanto “socialismo” são elementos que se adaptam

muito pouco à nobre tradição germânica, e seria necessário se convencer claramente de que é, ao contrário, uma contrarrevolução contra o socialismo democrático o que tem necessidade a Alemanha. A reconstituída Frente de Harzburg já indicou a via justa: um movimento de rebelião antimarxista e antidemocrática que se remetia à frente dos próprios elementos conservadores e tradicionalistas. Dever-se-á ter cuidado para que o momento “socialista” – mesmo que se tratando de um socialismo nacional – não tome a primazia, fazendo desembocar tudo no marco de um fenômeno de massa que se reagrupa em torno do prestígio momentâneo de um chefe. Por certo, muitas pretensões de “justiça social” têm sua razão de ser, e a rebelião contra a oligarquia capitalista é inclusive um pressuposto para a restauração de uma ordem qualitativa e aristocrática; por demais, não se deve esquecer que, enquanto se trate tão só disto, permanece-se sempre – seja ainda que como signo inverso – sobre o mesmo plano no qual se movia o marxismo e mais além do qual não concedia direito a nada. Sobre o povo alemão há até agora permanecido a impressão da uma tradição de ordem, de disciplina e de aristocracia. É necessário que permaneçam fieis a essa tradição, e reconstruir os elementos suprapolíticos nos quais a mesma possa achar uma superior justificação. Que na Alemanha o regime democrático-republicano não seja um estado de transição é esta uma convicção que toma sempre mais espaço nas mentes melhores. Em determinadas circunstâncias particulares e tempestuosas, a ditadura pode resultar um fenômeno necessário, mas não poderia nunca valer como solução verdadeira e suficiente. Pode ter valor enquanto representasse uma via pra reconstruir aquilo que sobretudo uma força externa – o destino de uma guerra perdida logo de uma maravilhosa tensão – destruiu. Esta é naturalmente uma questão de princípios e não de pessoas. É uma questão de tipo de regime. Tal como temos dito ao começo, a monarquia – que, como o Império, em sua supremacia sobre os diferentes estados autônomos, já nos dera uma imagem em miniatura do que poderia ser uma função integral supranacional europeia – é a base mais saudável para conservação duradoura de uma tradição e para a formação de uma hierarquia viril fortemente personalizada; uma hierarquia que se apóia sobre os princípios ário-feudais do serviço e da fidelidade, e não sobre uma “lei” qualquer ou uma de tantas “verdades sociais” que se insinuam com a tomada do poder por parte da casta dos mercadores e finalmente da casta dos servos. Naturalmente, uma ulterior condição para a Alemanha é a de desembaraçar-se de todas as substâncias de decomposição manifestadas no

pós-guerra, em muitas formas de literatura derrotista-pacifista, vaga, grotesca e realista-vulgar. A mesma antítese que se estabelece, por um lado através de um racionalismo professoral, enxágue, laico e incompetente, e, por outro, através do moderno romantismo da vida e do irracional, deve ser superada através da reivindicação do direito a um novo realismo de caráter transcendente, onde o ideal de cultura, em sentido clássico, supranacional, de espírito dórico, possa assumir uma nova forma. Ao espírito, à alma e ao corpo devemos impor-lhes desde o alto, em silêncio e dignidade, sua precisa lei, permanecendo plenos de repugnância ao mundo dos literatos, dos doutores e dos homens insignificantes, na dança ao redor dos complexos do *Eros* e da máquina da economia.

Formuladas já as reservas feitas à doutrina da raça compreendida de maneira unilateral, o **antijudaismo** é um ulterior ponto para o saneamento alemão. Mas, se se procede até o fundo desta direção, compreender-se-á que o judaísmo, contra o qual a Alemanha está lutando, é tão só um aspecto de um inimigo muito maior; que o antijudaismo conduz necessariamente à alternativa oferecida pela professão da religião cristã, ou, ao contrário, pela fidelidade a nossa verdadeira tradição, pela vontade de uma nova espiritualidade integralmente nórdico-solar, e portanto pagã, como máxima integração de nossas forças debilitadas e dispersas na idade obscura ocidental. O antijudaismo radical é possível tão só na medida em que contemporaneamente seja um anticristianismo [7]. Só sobre a base de uma espiritualidade ário-pagã se pode estabelecer uma antítese universal ao judaísmo, enquanto fenômeno também universal, cujas modernas formas econômicas e sociais não são senão determinados aspectos particulares sobre o plano material.

Favorecer sobre esta base a união das duas Águias, da Águia Germânica e a Romana, é o primeiro problema a resolver a Europa futura. Trata-se de ver se existirá a coragem e a intransigência suficientes para que surjam homens capazes de manter-se à altura deste mito, para que possam afirmá-lo como um “deve ser” de uma realidade futura. E a consciência de que somente nossos dois povos podem defender a antiga

---

[7] – Veja sobre isso a confissão de um judeu, o conhecidíssimo político e primeiro-ministro britânico Benjamim Disraeli (em Sybil), que tem uma importância particular. “O Cristianismo é um judaísmo aperfeiçoado ou não é nada; o Cristianismo é inconcebível sem o judaísmo, do mesmo modo como o judaísmo é incompleto sem o Cristianismo.”

Europa deveria nos dar a força suficiente para permitir que superemos tudo aquilo que sobre o plano racial ou político pode constituir um obstáculo para o entendimento.

Em espera das mudanças políticas que deveriam indicar à Europa a via até um destino superior, é necessário enquanto isso passar a uma **ação interior**, que é essencialmente esta: passar para a realização de um estado de espírito e de um estilo de vida que paulatinamente se aproximem do tipo tradicional. Mas em profundidade poderão ser encontrados os pontos de vinculação e as forças primordiais que, atrás dos bastidores, por mérito daqueles “chefes invisíveis” dos quais falamos no começo, estarão em grau de frear a queda e contrabalançar aquelas potências – elas próprias extra-humanas – que conduziram ao ocaso do Ocidente.

Restauração Gibelina

Para concluir com esta série de considerações, queremos aprofundar no tema recentemente mencionado a respeito das relações entre o ideal da nova civilização europeia e o catolicismo. Desde o ponto de vista puramente doutrinário não é necessário afirmar que a este problema, com tudo o que dissemos até agora, já seu deu uma resposta inequívoca. Mas se trata aqui de descer a um nível mais contingente, tendo presente os princípios através dos quais hoje possam reforçar-se movimentos que ainda tenham um caráter político.

Devemos sublinhar sobretudo que queremos falar especificamente do catolicismo em geral. É verdade que um católico não seria tal se não afirmasse que o catolicismo é o cristianismo e que a Igreja representa a herdeira legítima e única de Cristo. Esta “ortodoxa” convicção sem embargo não muda nada o fato de que o cristianismo, em conexão com o judaísmo, foi o terreno que direta ou indiretamente formou um todo que está muito longe de reduzir-se ao puro catolicismo. Temos já feito menção acerca de quais potências podem reencontrar-se no fator judaico-cristão, prescindindo da corrente que até um certo grau foi **romanizada** pela cidade da Águia e do Fascio. E, em respeito de nossa atitude a essas potências, não é necessário gastar mais palavras. É do catolicismo em sentido estrito que agora iremos nos ocupar.

É um fato irrebatível que o catolicismo, com seu grande aparato

hierárquico, com sua imagem de coisa estável, eterna, universal, com sua defesa de valores em um certo sentido supraterrenos, nestes tempos obscuros, exercite ainda sobre muitos uma magia sedutora. Isso implica inclusive que para alguns o conceito de Tradição se funde irreversivelmente com a tradição católica, e alguém, de maneira muito recente, na Itália, não hesitou em declarar oficialmente que se Roma é ainda o centro de uma idéia universal, a mesma o é tão só como Igreja Católica. Por demais, até pouco tempo, boa parte das grandes monarquias tradicionais da Europa era católica, e a ideia legitimadora foi defendida sobretudo sobre fundamentos católicos. Muitos intentos modernos de um retorno ao Medievo partem do pressuposto de que o catolicismo foi a força principal deste período.

Tudo isso é verdade, entretanto só nos mostra o quão restrito é o horizonte do homem moderno. O reconhecimento do catolicismo é possível tão só porque o sentido de um sistema de valores de uma dimensão muito diferente e de muita distinta pureza foi perdido. Dissemos a pouco: para aquele que nenhuma outra coisa possui, o catolicismo é já pelo menos algo. Frente às usurpações de um estado "laico" ou "ético", um Estado que ao menos reconheça a autoridade representada pela Igreja como uma autoridade superior e universal, para nós é indubitavelmente um valor. Mas, apesar disto, trata-se de ter coragem e de buscar até o fundo os elementos pelos quais se aprove o catolicismo, trata-se de observar logo com um olhar claro se esses elementos estão presentes no catolicismo numa forma mais além da qual não possa pensar numa superior.

Esses elementos – para nos limitarmos apenas aos principais – já foram mencionados: **uma lei de ordem, o reconhecimento do sobrenatural, o princípio de universalidade**.

No que se refere ao primeiro ponto, aquele que encontra na Igreja o princípio de ordem, deve-se naturalmente prescindir de um passado no qual a mesma não se apresente sempre sob tal aspecto. Mas há algo a mais. Também no ideal bolchevique temos um princípio de ordem. Portanto, é preciso especificar qual princípio de ordem estamos falando, para logo examinar até que grau existe uma conexão entre o princípio eleito e os pressupostos fundamentais da doutrina católica. Sobre a última questão a resposta não poderia deixar dúvida alguma: ficaria tão só o embaraço acerca da eleição de qual elemento seria usado para demonstrar, com base em textos, encíclicas e sílabos, que o ideal católico de ordem é essencialmente o da coordenação e não o da hierarquia, e que não está

interessado na forma especificamente política assumida pelos distintos estados, contanto que perdure sua subordinação à Igreja e à doutrina católica. O catolicismo, no fundo, segue sendo cristianismo, enquanto "socialismo" dos povos, sob uma espécie de vigilância paterna que favorece um nivelamento destes ante o espírito. Esse é o ideal de ordem que lhe resulta congenial. É esse o ideal que poderia atrair para si as melhores forças da restauração da Europa? Daqueles que não se esquecem da herança de seu mais nobre ariano? Por certo que não. Na medida em que, ao contrário, o catolicismo, apesar de tudo, represente o ideal hierárquico, ditas forças poderiam encontrar na Igreja um apoio. Por outro lado, é um fato que tudo aquilo que do ponto de vista da Igreja logrou realizar de bom e de grande através dos séculos ache sua razão de ser não tanto nas afirmações doutrinarias do primeiro cristianismo e da própria filosofia ortodoxa, quanto mais bem no elemento romano, que em parte ela revitalizou e lhe fez própria. Mas se isso é verdade, cada retorno consciente ao catolicismo não poderia ser senão uma via para superar o próprio catolicismo, remetendo-se de maneira direta à tradição romana pré-cristã, viva e criativa, ali onde conclui o compromisso e onde as forças imperiais, que assumidas pelo catolicismo já bastarão para causar uma oposição protestante, voltam-se a encontrar em estado puro. A valorização de Maurras sobre a Igreja como princípio de ordem move-se em um âmbito de ideias não muito longe das nossas. Os fascistas italianos – se é que não se trata do mais vulgar oportunismo político – poderiam reconhecer a Igreja tão só em função da possibilidade de vincular a ideia cesárea de Roma com o catolicismo. E não seria difícil achar outros exemplos deste gênero.

Passemos agora a um ponto ainda mais particular: ao catolicismo como base da doutrina legitimista em referência ao **direito divino**. Também aqui é preciso que se faça uma discriminação. Em primeiro lugar, trata-se de reconhecer tudo aquilo que no catolicismo tem estado em contradição com essa doutrina. Não se deve esquecer que foi justamente a Igreja, em primeiro lugar no Ocidente, a afirmar a doutrina do direito natural, quer dizer, da origem popular e da natureza profana da realeza, frente à tese gibelina dos "dois sóis" e do princípio de sobrenaturalidade do Império. Isso foi assim porque a Igreja compreendeu bem que no marco de uma doutrina do direito divino integralmente compreendida – tal como foi o caso de parte dos Hohenstaufen – ficaria muito pouco para suas aspirações hegemônicas. Portanto, se o catolicismo chegou a apoiar a tese do direito

divino, nisso se tem um ulterior compromisso. Essa doutrina, na medida em que cria uma base sobrenatural como pressuposto da potência legítima, não é na realidade senão a redução da uma doutrina muito mais concreta, antiga e tradicional da **divindade régia**, à qual já temos repetidamente nos referido. Acaso o catolicismo voltará a querer sustentar a afirmação de Gelásio I segundo a qual "após Cristo nenhum homem pode ser ao mesmo tempo rei e sacerdote", como ao contrário ocorria nas tradições arianas e pagãs? Queria saber como compreendido o direito divino do dominador em um modo diferente da simples condição na qual a Igreja o "reconhece" tão só de nome, ou também através de uma "consagração" que – já excluída desde séculos dos verdadeiros e próprios sacramentos – hoje não poderia representar nada mais que um vazio símbolo e um mero cerimonial? Mais uma vez: **o catolicismo é demasiado pouco**. Nós repetimos que o princípio do direito divino deve ser compreendido concretamente e não de maneira formal e convencional, deve ser compreendido no sentido que um ser efetivamente divinificado, testemunhando como pessoa uma natureza extra-humana – por fora de qualquer convenção e de qualquer reconhecimento exterior por parte de outra autoridade –, possua o direito verdadeiro e legítimo de dominar. Portanto, também aqui, o que poderia nos conduzir ao catolicismo nos conduz mais além dele, e, em concepções como as que são próprias das grandes tradições pré-cristãs, nos mostra um todo muito mais completo, determinado e sólido.

Temos agora, em consideração ao segundo ponto, o valor do catolicismo enquanto defende um ponto de vista suprapolítico e guia as almas a uma ordem sobrenatural. Também aqui deve se pôr como premissa que para poder reconhecer ao catolicismo esse valor deve-se prescindir de tudo que, como cristianismo, apresenta-se no sentido de uma redução romântica, passional ou sentimental e humanizada por seu comportamento frente ao divino. Apesar disto – logo do materialismo e laicismo, insinuados por todos como um câncer no mundo moderno – deve ser reconhecido em um nível totalmente geral, um direito superior a um sistema que desloca o baricentro até algo verdadeiramente sobrenatural. Por certo que esta não é senão uma premissa. Mais além do problema da relação com o supramundo, permanece o de examinar acerca de qual natureza é esta relação. E aqui se encontra – como já se sabe – o maior e insuperável obstáculo, de nossa parte, imperialistas, para reconhecer ao catolicismo um valor positivo. Ante o sobrenatural são possíveis duas

atitudes fundamentais: a solar, viril, afirmativa, correspondente justamente ao ideal tradicional da realeza sacral, e a lunar, feminina, religiosa, passiva, que corresponde justamente ao ideal sacerdotal. O sacerdote, por mais poderoso que seja, é consciente de dirigir-se a Deus como a um senhor a quem ele serve e ante ao qual ele se humilha, de Deus ele recebe todo poder e é tão só um intermediário do espírito. Foi sobretudo a religião judaica a que levou ao extremo esta atitude, ao pintar com cores quase masoquistas a sujeição da criatura e o *pathos* de sua distância de princípio a respeito do Onipotente. Ao contrário, o tradicional rei sagrado era ele mesmo de natureza divina e os Deuses eram seus pares, assim como eles, o rei era de estirpe "celeste", tinha seu próprio sangue, era pois um centro, um princípio afirmativo, livre e cósmico. Então, se nossa tradição primordial é a tradição solar, não temos que nos iludir, a vontade de restauração correspondente a essa tradição, antes ou depois, achar-se-á em luta contra o catolicismo, precisamente como aconteceu no Medievo gibelino; a menos que o catolicismo, sobre a base do que agora diremos, aceite reconhecer o verdadeiro posto hierárquico próprio de um sistema religioso.

Um problema análogo, inclusive independente do aqui tratado, apresenta-se para o que se refere ao último ponto: o valor do catolicismo enquanto princípio de universalidade. Já temos sublinhado que se o anticatolicismo limitou-se à afirmação de um princípio particularista, estritamente racista, nacionalista-totêmico, nós não hesitaríamos, apesar de tudo, em nos declarar a favor do catolicismo. Mas, ao contrário, de modo excepcional e provisório, se se comprazer no reconhecimento do valor e do direito superior próprio do que é universal, impõem-se um ulterior problema, na medida em que há universalidade e universalidade, assim como há uma forma solar e outra lunar na relação com o sobrenatural. Depois de tudo isso que até agora se falou, sobre esta conclusão não é necessário insistir, enquanto deve ser já clara para qualquer um: frente à universalidade solar, sobre uma base imperial e hierárquica, culminante no ideal da divindade régia, encontra-se a universalidade lunar, de base eclesiástica e socialista, que culmina no sacerdote servo de Deus. Qual dessas duas universalidade nós arianos, enquanto herdeiros dos Césares sagrados e dos filhos régios de Thor e Odin, solicitaremos para uma nova civilização europeia? A voz secreta de nosso sangue deve dar a resposta a essa pergunta e nossa coragem espiritual deve poder afirmá-la frente aos costumes de pensamento, aos prejuízos, às superstições e às falsas

tradições que se insinuaram nas diferentes raças europeias.

Qual espaço e qual função poderia então seguir tendo a Igreja no marco de uma civilização ecumênica imperial? Buscamos responder de modo mais inequívoco a esta pergunta. Para poder assim o fazer é preciso voltar brevemente sobre o que se disse com relação à ligação entre sabedoria e fé.

O principio de desigualdade, sobre o qual se fundava o espírito tradicional, estabelece como axioma que de acordo com a diversidade dos homens e de suas possibilidades naturais existem modos muito diferentes de entrar em relação com o divino. Para os melhores – que serão sempre uma minoria – é possível estabelecer diretamente um laço com o divino, transformando-se nele e possuindo-o como um estado vivo e concreto da própria experiência, e esta é a via solar, o ideal iniciático. Aos outros, à maioria, à massa, não lhe resulta possível efetuar uma tal transformação e realização, neles os vínculos de natureza meramente humana resultam mais fortes. Para tais se encontra aberta outra via: vincular-se com um voto a algo que lhe é oferecido na forma de um ser particular, real e transcendente, como é o deus do conceito teísta. Em lugar do **conhecimento** do divino, penetra a **fé** no divino; em lugar da experiência, pois, o dogma; em lugar do sentido de suficiência e da suprapersonalidade, a insuficiência e a dependência com respeito ao Onipotente.

Assim se tem um sistema religioso que acha seu lugar e sua razão de ser também no mundo tradicional, enquanto que se refira à massa e se ofereça como um sucedâneo àqueles aos quais resulta fechada a via da realização aristocrática, suprarreligiosa e iniciática. O principio de hierarquia estendido ao domínio espiritual, mas mais além da religião popular e devocional, mais além dos cultos e da fé da massa, deixava predominar sem contradição uma doutrina iniciática, um esoterismo, uma tradição da sabedoria e do rito, que em sua origem foi justamente privilégio dos príncipes e da nobreza. Em tal modo, toda a Tradição pode aceitar em sentido integral, e justificar sem desprezo aquele que sabe e aquele que não sabe, com a condição de que o eixo seja só um, com a condição de que não haja nenhuma saída, com a condição de que aquele que não sabe, e que só presume saber, reconheça, adore e louve aqueles que se encontram por cima dele.

Em tal concepção integral o sistema da Igreja Católica não poderia representar senão um sistema correspondente justamente, de modo aproximado, ao da religião popular das culturas antigas. O conflito com o

catolicismo é insolúvel tão só na medida em que o mesmo não reconheça o seu lugar; enquanto pretenda ter um valor mais alto, a religião *par excelence,* por cima do qual não se acharia mais nada e afora do qual só existiriam desvios e erros, em síntese, na medida a partir da qual não tenha ou não queira ter nenhum sentido para uma hierarquia de valores que, objetivamente, são superiores a tudo o que é “religião”.

Não é necessário ressaltar que justamente este espírito de intolerância e conjuntamente de limite, formou o primeiro cristianismo e sobretudo o judaismo, de modo tal a assumir os traços de uma verdadeira e própria inversão daqueles valores das elites tradicionais, a favor dos pertencentes às castas inferiores. Por essa razão, as virtudes pagãs e aristocráticas são denominadas “vícios esplêndidos”, o tipo do sábio e do iniciado converte-se em “inimigos de Deus” e as qualidades de suficiência, de força calma e consciente para a realização de si, são sublinhadas como estigma de orgulho luciférico. Tudo isso já foi destacado por Nietzsche e não tem necessidade de ser repetido. Temos feito menção em geral também ao fenômeno da usurpação – já manifestada no mundo antigo – relativa à casta dos sacerdotes, os quais tomaram o poder e as funções sagradas, originalmente privilégio dos reis.

Mas, voltando aos tempos atuais, deve-se naturalmente afirmar nos mais claros termos que aqueles valores frente aos quais a Igreja, com um retorno a normalidade e à verdadeira hierarquia, estaria obrigada a aceitar a própria subordinação, não estão presentes na realidade. No mundo moderno falta completamente a contraparte de uma idealidade que, ainda ancorando-se como a Igreja numa origem e numa finalidade sobrenatural, represente não o pólo religioso, mas sim o pólo solar do espírito, e forme o espírito de uma universalidade, não de tipo socialista-solar, senão de tipo imperial. E nos havemos de ter nos manifestado com suficiente claridade, de modo tal que ninguém possa pensar que nós podemos apoiar um anticatolicismo laico ou político, um anticatolicismo que represente a tentativa de uma potência temporal ou nacional de advogar-se uma autoridade espiritual, ainda que de tipo tão só religioso. Apesar de tudo, isso não impede que, no caso do princípio e do mito, para nosso despertar se tenha que estabelecer inequivocamente o conceito de uma ordem integral na qual a Igreja – vamos repetir – poderia ser admitida na medida em que, enquanto expressão de uma espiritualidade daqueles que tão só podem “crer”, ficasse num nível hierárquico dependente do Império, compreendido como encarnação da espiritualidade régia dos que “sabem”

e dos que “são”. Tratar-se-ia de sustentar assim a **Águia sobre a Cru**z, o símbolos solar do direito dos pais (Império) sobre o lunar do direito das mães (Mãe Igreja). Somente assim se poderia falar num tradicionalismo integral e voltar a uma ordem de justiça e normalidade.

A luz da própria origem nos prova com efeito a legitimidade dessa ideia. Só quando as estirpes arianas primordiais da Índia dividiram-se e entraram em contato com as forças adulteradoras das raças originárias do sul, do *puhorita* – que em sua origem era o sacerdote em relação de dependência ao rei sacro, unido a esse mesmo rei, de acordo com a precisa forma do ritual, à maneira como se encontra a esposa com relação ao esposo, a terra com relação ao céu –, é surgiu o *brahmân*, no sentido de uma casta dominante de sacerdotes. Na China, na antiga Roma, na antiga Hélade, o rito foi essencialmente privilégio do rei, e a casta sacerdotal, quando não se identificava com a aristocracia, esteve-lhe subordinada. O mesmo pode-se dizer a respeito das estirpes nórdicas primordiais; parece que os reis noruegueses eram os únicos a celebrar os ritos, e entre os germânicos, se nunca houve sacerdotes, esses mesmos sacerdotes nunca tiveram a mesma supremacia e mesma dignidade dos reis divinos e dos chefes. No Egito, só no final da vigésima dinastia a casta sacerdotal logrou tomar posse do poder e dar origem à dinastia dos grandes sacerdotes de Tebas, em detrimento da autoridade dos reis solares. Nos primeiros séculos do cristianismo, a própria Igreja Católica não foi senão um órgão oficial dependente do Império, e os concílios de bispos remetiam as sanções de suas decisões ao príncipe, não só nas questões disciplinares, mas também nos assuntos dogmáticos. Aos reis merovíngios e carolíngios pagaram o tributo de reconhecimento expressado na fórmula: “*Melchisedek noster, mérito rex atques sacerdos, complevit laicus religionis opus” – “vos gens sancta estis atque regale estis sacerdotium*”; e de Leão III se diz que, ante Carlos Magno, logo deste receber a coroa romana, **prosternou-se segundo a antiga tradição**: “*post laudes ab apostólico more antiquorum principium adoratus est*”, diz o *Liber Pontificalis*. Tais referências, tomadas dentre muitas outras que sem dúvida se poderia citar, nos mostram justamente a ortodoxia tradicional de nosso conceito gibelino; nos mostram o que quer a justiça, ou bem que, num ideal hierárquico integralmente compreendido, a Cruz – enquanto símbolo sacerdotal – tem uma função e um aspecto positivo enquanto permaneça subordinada à Águia. Na medida em que a Igreja não possa ou não queira fazer isso, imediatamente se reinsere-se no marco das forças antitradicionais, destrutivas ou

paralisantes, coloca-se no nível do fator conflitivo judaico-cristão que, tal como fora já uma das causas da decadência de nosso mundo, em nós antimodernos, não pode achar senão implacáveis e inexoráveis inimigos.

Conclusão

Cremos haver já dito bastante para que os traços principais de nosso mito imperial se façam claramente reconhecidos. Não se trata aqui de uma tomada de postura. O sistemático e aprofundado desenvolvimento dos pressupostos que podem consolidar essa tomada de postura numa forma que não seja, como aqui, a de uma campanha militar, encontra-se em outros escritos nossos.

Ao começo, dissemos que a civilização européia deve contar com uma mudança total, sem a qual ela está destinada a perecer. A superstição plebéia, segundo a qual o homem ocidental acredita na quimera do desenvolvimento e lha consagrou a conquista material do mundo, afortunadamente se encontra desvanecida. Falar do ocaso do Ocidente não é mais como ontem, como no século do Iluminismo e do costume jacobino da deusa razão, uma absurda heresia. Já, um pouco por qualquer lugar, se fazem visíveis as conclusões últimas até as quais se devia conduzir a decantada "civilização". Frente a essas conclusões alguns voltam sobre seus passos, que disso novas forças surjam para a reconquista.

Portanto, uma apelação, como pretende apresentar esse livro, não se encontra privada de uma razão de ser. Existem homens que não pertencem a esse mundo moderno e que nada nesse mundo poderia lhes extraviar, exaltar ou humilhar, mas que, apesar de toda decadência, estão prontos para lutar com todas as suas forças, para tais homens já chegou o momento decisivo.

É por todos conhecida a saga do imperador gibelino que espera um despertar na montanha para combater com seus fiéis na última batalha. Esta acontecerá quando as esquadras de Gog e Magog abaterem o simbólico muro que estava em seu caminho e partirem para a conquista do mundo. Aquele que traduza em realidade o sentido desse mito apocalíptico não poderá subtrair-se da idéia de que esse momento não está mais longe. As esquadras de Gog e Magog são os *dêmones* do coletivo e a emergência do homem-massa socialista, onipotente em todo mundo, tanto no espírito

quanto na matéria. Frente a estas forças o símbolo imperial gibelino representa a apelação à congregação das forças ainda sadias.

Não falamos muito de política, de reformas sociais e econômicas, sendo simplesmente ridículo o pensamento de se elevar por tal via a uma restauração, seria como aplicar remédios sobre partes enfermas do corpo quando o sangue já estivesse infectado e envenenado. O que só conta é estabelecer uma ordem de valores através dos quais se possa desconjurar-se os obscuros destinos que, também sobre o plano material, pesam sobre a Europa. Há quem diga que isto não é política nem realidade; nós tranquilamente lhe contestamos que tal afirmador não sabe mais o que significa política nem o que é a realidade.

A exaltação criada pelos momentos de perigo, de crise e de alarme, compõem-se de vários e muitas vezes irracionais e contraditórios elementos. Em conseqüência, examinando os vários movimentos sociais e culturais, reacionários e reformistas, achar-se-ão, pois, muitos fatores impuros, condicionados pelo inferior, paixões de uma maneira ou de outra pertencentes àquele mesmo mal contra o qual eles intentavam se defender. Mas, em algum movimento se achará também algo melhor, uma vontade na qual secretamente se desperte a possibilidade de um verdadeiro renascimento.

A essa vontade deve se indicar um caminho.

Para os não destruídos, os não vencidos, propomos o símbolo radicado na Tradição e afirmamos que só através de um retorno à espiritualidade solar, à concepção viva do mundo, ao *ethos* viril e pagão e ao ideal imperial, como heranças sagradas de nosso sangue nórdico-ário, as forças da rebelião europeia poderão arder naquela alma da qual até agora carecem, pois só ela poderá dar-lhes uma absoluta consciência de si mesmos, só ela poderá impulsionar-lhes a quebrar o círculo da idade obscura do Ocidente.